

Mário Ypiranga Monteiro

HISTÓRIAS FACETAS DE **MANAUS**

anedotas envolvendo figuras amazonenses



HISTÓRIAS FACETAS DE MANAUS

Anedotas envolvendo figuras amazonenses



GOVERNADOR DO AMAZONAS

OMAR AZIZ

VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS

JOSÉ MELO

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA

ROBÉRIO BRAGA

SECRETARIA-EXECUTIVA

ELIZABETH CANTANHEDE

MIMOSA PAIVA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LITERATURA

ANTÔNIO AUSIER RAMOS

CULTURA
Secretaria de Estado

Av. Sete de Setembro, 1546

69005-141 – Manaus-AM-Brasil

Tels.: (92) 3633-2850 / 3633-3041 / 3633-1357

Fax.: (92) 3233-9973

E-mail: cultura@culturaamazonas.am.gov.br

www.culturaamazonas.am.gov.br

Mário Ypiranga Monteiro

HISTÓRIAS FACETAS DE MANAUS

Anedotas envolvendo figuras amazonenses



© Mário Ypiranga Monteiro, 2012

EDITOR RESPONSÁVEL ¶ **Antônio Ausier Ramos**

COORDENAÇÃO EDITORIAL ¶ **Jeordane Oliveira de Andrade**

CAPA ¶ **Ângelo Lopes**

PROJETO GRÁFICO ¶ **André Martins**

REVISÃO DE PORTUGUÊS ¶ **Sergio Luiz Pereira**

REVISÃO TÉCNICA ¶ **Marita Socorro Monteiro**

NORMALIZAÇÃO ¶ **Ediana Palma**

M77zh Monteiro, Mário Ypiranga.

**Histórias Facetas de Manaus: anedotas envolvendo figuras
Amazonenses** / Mário Ypiranga Monteiro. – Manaus: Governo
do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

226p. : il. ; 15x21cm.
Inclui Títulos publicados.

ISBN 978-85-64218-17-8

1. História – Manaus (cidade). 2. Figuras Amazonenses. I. Título.

CDD 981.33

CDU 981.13

Somos um Amazonas cheio de orgulho da nossa gente, de nossas raízes, de nossa extraordinária vida cultural. Cada vez mais vamos investir no grande potencial da nossa cultura, na capital e no interior, com o foco na geração de oportunidades para novos talentos.

Omar Aziz

Mensagem proferida pelo governador Omar Aziz à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em fevereiro de 2011.

À minha esposa Anita, aos meus filhos, netos e bisnetos.

Mário Ypiranga Monteiro

APRESENTAÇÃO

Mário Ypiranga Monteiro continua, mesmo depois do encantamento de sua elevação espiritual, oferecendo os frutos de seu trabalho, imenso trabalho dedicado à pesquisa histórica, desta feita com importante obra titulada como *Histórias facetas de Manaus*, uma das muitas que deixou finalizada e que sua muito amada filha Marita Socorro Monteiro se dedicada a trazer a lume com o selo das Edições Governo do Estado.

Trata-se de pesquisa beneditina, singular, envolvendo muitos personagens dentre os quais vários que com ele conviveram, intensamente, na política, no jornalismo, no magistério, na Academia, cada qual com suas particularidades. Conta-se de “estórias”, revelação de segredos, interpretação de notícias e notinhas vinculadas na imprensa amazonense, algumas jocosas, outras maledicentes, com possibilidade de tantas serem apenas uma das versões que o faro verdadeiro comportaria, enfim, o fato do bom pesquisador trazendo a público o que correu por entrelinhas e conversas de botequim, esquinas, fuxicos e anedotas com poetas, escritores, políticos, advogados, magistrados, militares, gente do povo. São revelações em preto e branco, podemos dizer assim, trazidas à luz do dia depois de passados muitos anos dos acontecidos, e ainda revestidos de algum sigilo porque muitas das vezes Mário preservava o nome do fulano registrando apenas as iniciais. Ou seja, conta o milagre, dá a pista do santo sem revelar o santo por inteiro.

Tivesse eu oportunidade de sintetizar em boa conversa com ele, daquelas que travamos aos sábados ou domingos quando o visitava em seu arsenal de livros, rodeado do carinho de sua Anita de belos olhos e coração magnânimo, haveria de dizer, em síntese: “esse Mário Ypiranga”, tal como Benjamin Lima fez com Jorge de Lima e sua “Nega Fulô”, copiando o próprio autor: “Esse Jorge de Lima!”.

Foi a paciência e o tempo, a maturidade e o amor pela pesquisa, o zelo pela história do Amazonas e o olhar apaixonado com que Mário espiava de sua janela a vida de nossa Manaus, que lhe conferiu, por certo, o interesse por essas particularidades, constituindo ou reconstituindo um anedotário pitoresco extraído dos

jornais, folhetins, folhas e pasquins lançados a esmo na capital amazonense em anos os mais diversos, sem poupar mais sem expor, ele mesmo, a qualquer dos envolvidos nas historietas que ele reconstitui, analisa e comenta, enxertando, aqui e ali, com observações de quem viu ou participou dos quadros de humor e falácia narrados.

É muito bom constatar que a produção literária presença de Mário Ypiranga Monteiro, grande mestre, amigo de meu pai Lourenço da Silva Braga, professor ginásiano, companheiro de Academia de Letras e do Instituto Histórico, continua inovando na pesquisa histórica, e lavrando um tento importante em caminho que sugere humor, mas que decorre de fatos verídicos ou intensamente propalados como tal.

Merece ser lido, e bem lido este livro do Mário, retirando-se dele as lições que surgem entrecortadas pelas paródias, pelas facetas, sem que representem ofensa mesmo quando os ditos e os de cujos sejam de logo identificados. Ele pretendeu apenas recuperar os fatos e brincar com os acontecimentos, ainda que não possamos desconhecer que o autor tinha a língua afiada, no bom sentido, notadamente contra os falsários da verdade histórica e os pesquisadores de meia-tigela, como classificava os afoitos quando publicavam verdadeiras heresias. Nada passava despercebido pelo crivo do professor Mário Ypiranga Monteiro. E este livro mostra mais uma vez a sua capacidade de atento observador da História do Amazonas.

Dia de Manaus de 2012.

Robério Braga

Pouco provável é que se consiga reunir substancial conteúdo para alentado volume de uma história que, sendo diferente, e talvez até deformada pela vocação oral, viesse na realidade constituir saboroso elemento de informação sobre a realidade humana em sociedade, e onde se juntassem ao mesmo tempo realidade e fantasia. Realidade e fantasia deformada pelo grotesco que é a caricatura da sociedade humana, como anteviu Victor Hugo. É também pouco provável que tal HISTÓRIA alcançasse uma esfera de amplitude maior que o raio de ação do homem comum, nela interessado não somente como observador, mas e principalmente, como atante.

Seria de qualquer sorte muita pretensão nossa cavoucar na aridez daquele terreno escassamente mapeado pela cultura de empréstimo. Diga-se, que o fato é contemporâneo do europeu, vítima e agente ativo do anedotário, e diz-se bem. Mas não e diz certo, porque basta olhar para o herói burlesco nativo Kalawunseg, para ter-se uma ideia do senso de menoscabo do amazoníndio.

Houve um tempo em que a imprensa (e esta seria a fonte perene do anedotário) servia de veículo ao pitoresco do dia a dia, salientando-se nos registros locais, nas “mofinas”, nos “pelourinhos”, na “berlinda”, nas “trepações”, nos comentários policiais e mesmo num tipo de folha impressa medíocre e humorística, chamada “pasquim,” e destinada particularmente a glosar a vida alheia. Esse tipo de folha impressa, geralmente de quatro páginas e reduzido tamanho, que o povo continua chamando pejorativamente “pasquim,” é talvez o renascimento do verdadeiro pasquim manuscrito vigente na vila e cidade da Barra antes de 1850, portanto anterior ao advento da primeira imprensa que esteve instalada no Seminário de São José, dirigida pelo padre italiano Frederico Henrique Cattani.

As crônicas anteriores a esse período fazem alusão a um indivíduo de mote “Pasquino” (Fulano de tal Figueiredo), considerado o *sterco in ore* da região. Mas é na imprensa, a partir de 1899, nessa imprensa especial, representada pelos jornais humoristicamente denominados “limpa bunda”, os de nomes Papagaio, Chi-

bata, O Coió, O Charuto, A Tesoura, O Cipó, O Linguarudo, O Monóculo, A Farpa, O Chaleira, O Plebeu, O Barés, O Poeta, O Rio-Mar, O Boato Teatral, Pontos nos ii, A Plateia, O Racha, A Sereia, O Guri, Você viu?, O Besouro, e outros mais, que se recolhe punhados de referências maliciosas a esse ou àquele gajo. É bastante que o cidadão se destaque um pouco dos demais (em grau superior e inferior) para ter seu nome caricaturado numa picuinha que corre a rua, vai à praça, ao mercado, à igreja, sai da cidade etc. Isso é velho como a Sé de Braga. Existem inclusive repertórios de anedotas internacionais, a exemplo do famoso *Diccionario ilustrado de Anécdotas*, de Vicente Veiga, Editoria Gustavo Gili, S. A. Barcelona, 1947. Mas o melhor trabalho dessa espécie ainda é o do escritor maranhense Humberto de Campos.

Essa imprensa alegre encerrou suas atividades em Manaus a partir da década dos trinta. Depois de trinta e cinco não houve mais lugar para a frutificação da capciosa maneira de mexer com a vida alheia, chafurdar até na vida privada do indivíduo, porque então a existência tornou-se mais neurótica com a guerra e a violência tomou conta da cidade. Ainda mais porque o “liberalismo” do ditador Getúlio Vargas criou aqueles códigos de ética para a imprensa, que funcionavam pelos canais dos Dipes e dipinhos do país, amordaçando a boca dos jornalistas.

Qualquer pessoa poderá ter acesso a uma considerável massa de informações, nessa faixa, consultando jornais e revistas de Manaus, onde charges escópicas ou tipografadas aparecem como manifestações de uma liberdade onde pontificavam a ironia, a graça, a glosa, a caricatura, o mexerico, a insinuação, o paralelismo, o truanesco e o jográfico, em verso e prosa. Na música, que se saiba, muito pouco; na poética transborda as quadrinhas picarescas de mesa de botequim, o mesmo acontecendo no desenho, no risco, no retrato, na pintura, no grafite, na superposição, na colagem etc. Excelente volume de material para monografias, que estudantes de Universidades deveriam captar, recusando a fraude.

Não vamos considerar, por nenhum modo, exaustivo este trabalho. Ele é apenas um começo. Talvez nosso ambicionado projeto se baste com as referências admitidas aqui, enquanto maiores

possibilidades ocorram a outros pesquisadores.¹ Mais uma observação: a experiência individual do autor, sua mania de coletar e arquivar fatos e fotos perecíveis é responsável por muitas das peças que não tiveram outra oportunidade e outro veículo que as paredes encaladas de reservados de bares e de botequins, panos de muros, rodapés de paredes de prédios, mármore de cafés, e também a transmissão oral. E está explicada a natureza destas historietas, que refletem o cotidiano de uma sociedade em mudança constante.

Mário Ypiranga Monteiro

1 Já estava escrito isso quando o jornalista Almir Diniz publicou um livro recordando atividades de seu tempo de jornalista. Sirvo-me da oportunidade para informar que o jornal da oposição *Gazeta da Tarde* (30/3/1922) publicava diariamente matéria jocosa intitulada “Subsídio para o Dicionário histórico, político e etnográfico do Amazonas”, mexendo com as pessoas da situação. Essas mofinas vinham na seção “Gazetilhas”.

PATER NOSTER



Gaspar Guimarães

O **Almanch Palais Royal**, de 1909, página 3, Manaus, publicou a seguinte troca de bilhetes em versos, sobre a prisão de um popular de nome Francisco Pater Noster. Os autores eram os advogados Gaspar Guimarães, então chefe de Polícia, e o Alcides Bahia, eterno deputado estadual. Dizia o segundo, solicitando liberdade para o confinado:

Gaspar,

O Pater Noster foi preso,
No xadrez o pobre está,
Por certo em fúrias aceso,
Muitos pinotes dará!

Por que foi seguro o Pater?
Qual a causa da prisão?
Não foi por bater na Mater..
Do caso é outra a razão.

O Pater viu um sujeito
Que vive nesta cidade
E, pondo-lhe o rosto a jeito,
Sovou-o bem à vontade.

Mas, isso é delito enorme
Que o Pater leve à cadeia
Onde tristonho ele dorme
Sem jantar, almoço e ceia?

O Pater Noster foi preso
Para, de certo alegrar
Dos filhos a récula em peso...
Manda soltá-lo, Gaspar!

O prefeito da Polícia respondeu imediatamente em versos:

O Padre Nosso está preso
E não pode se soltar,
Sendo dele antigo veso
Suas contas ajustar.

Tem altar e tem capela
(que capela e que... altar!)
Para que mesmo na cela
Possa à vontade rezar!

Por isso amigo Bahia,
Satisfazer-te não posso
Até ao romper do dia
Fica preso o Padre Nosso!

Apesar de tudo o chefe de Polícia mandou soltar o preso.

O PERU DE NATAL

O mais latino dos advogados de Manaus, que todo mundo conhecia por ser o maior “revolucionário” do Estado, sabidamente metido em toda revolução, de que se aproveitava para deitar a mão aos livros de Direito que encontrava na hora do queima, encontrou-se na via pública com um popular sobraçando volumoso peru. Trocadas as primeiras impressões sobre saúde da vítima, preço e transporte, o esperto criminalista pagou o preço estipulado e disse ao dono do bichim que o levasse a casa. E foi-se, rua do Barroso acima, para o Tribunal de Justiça. O peru foi mesmo entregue no endereço e a madama pagou novamente a não encomendada ave, acrescida de mais cinco mil-réis, preço do transporte, exigido pelo dono. O fato aconteceu pela manhã, entre nove e dez horas. Chegando para o almoço, quase uma da tarde, o alvoroçado e quase gago (falava depressa, como bom descendente de português) “grande casuísta” indagou do peru.

– Que peru? – Paguei os cem cruzeiros, como você mandou.
– explicou a senhora, indignada – e mais cinco mil-réis de carroto, e uma hora depois o mesmo gajo veio aqui pedir de volta o bicho, alegando haver-se enganado no endereço, e exigiu o pagamento de mais cinco mil-réis, pelo carroto de volta.

O quiproquó foi desfeito depois de “foste tu”, “eu não” etc. O vendedor, além de ganhar mais dez cruzeiros sobre o negócio, ainda ficou com o peru, que foi vender adiante, na certa. Por isso foi que o Dr. R. N. de C. deixou de comer um gordo peru de Natal e foi enrolado em cento e dez mil-réis.

A ORIGEM DOS LATICÍNIOS

É psicologicamente prejudicial a uma criança o elogio público sobre sua capacidade intelectual. Pelo menos as pessoas que conheci nessa circunstância, foram vítimas mais tarde dessa gratitude extemporânea. Não sei o que foi feito dos precoces “mostrengos” de sabedoria do meu tempo de estudante primário e secundário. Deles nunca mais ouvi falar, como se houvessem sido precipitados num abismo escuro.

O mocinho de referência teve realmente educação esmerada, pois passou pelo Colégio Estadual do Amazonas, no tempo em que ali se ensinava de verdade. Como se livrou do pesadelo da matemática e de outras disciplinas, não se sabe, mas diziam ser ele “pé de boi”, isto é, não cabulava aulas e perseguia sempre as notas altas na sua classe. Oxalá...

Formado bacharel em Ciências e Letras, ingressou na nossa Jaqueira, onde estudara o pai (o do peru), e onde o pai ensinava. Não importa o quê, pois foi reprovado pela junta que veio cá examinar os professores que se candidataram a efetivos defendendo tese. Sobre essa questão de “teses” eu já escrevi uma crônica, há tempos, declarando que quase todas elas eram praticamente dignas da lata do lixo, inclusive algumas defendidas na Escola de Comércio Sólón de Lucena.

Saído ainda a feder às sebtas daquela Faculdade de Direito que tantos luminares perlustraram no passado, o mocinho foi cair justamente numa mistura de disciplinas que formavam o conglomerado “língua portuguesa-literatura”, da Escola de Comércio Sólón de Lucena. É possível que o radiante filho do luminar da criminalidade soubesse algo de gramático, e mesmo de literatura, não se discute isso, mas o professor José Martins Santana, que era filólogo, e professor na mesma escola, achava um tanto perigoso afirmá-lo. O fato, contado por ele numa roda de amigos (entre os quais eu e o então Juiz de Direito doutor Marcílio Dias de Vasconcelos), no botequim **A Reforma**, é tanto mais saboroso quando partido de quem se jactava de ladino em tudo. Numa aula de economia do Estado de São Paulo, o mocinho Dr. P. de C. empurrava como um dos produtos econômicos os laticínios. Um dos alunos

menos inteligentes daquela escola-padrão (ainda vive), porém dos mais corajosos, indagou na hora o que vinha a ser laticínio. A resposta foi clara, afirmativa, rápida e cheia de conteúdo nociológico:

– É a fabricação de latas de conserva...

Esta, entretanto, não foi a única exibição pública de picaretagem moral-intelectual do único rebento do homem do peru de Natal. Há coisa pior...

JORNALISTA TRAPALHÃO

Houve em Manaus um cidadão de cor, feio e burro, que acudia pelo nome muito lúcido de Elesbão Luz. Regia de qualquer maneira uma escola pública primária na Chapada do Pensador, porém vivia constantemente na cidade, na roda de plumitivos que se reuniam na **Cervejaria Boêmia**. Já falei várias vezes desse sujeito e de sua constante presença na vida ativa de Manaus. Não tinha sorte naquilo que escrevia ou procurava noticiar com boas intenções. Era mesmo burro, e como toda gente, publicou livros, de que possuo dois. Maranhense daquela fornada recrutada por seu conterrâneo Dr. Eduardo Ribeiro, o publicitário tinha noutro maranhense, Dr. João Coelho Cavalcante (João Maluco ou João Barafunda), adversário certo e implacável. O melhor de tudo é que ambos representavam naquela etapa do grande jornalismo manauense a antinomia da eidética: enquanto o primeiro só rabis-cava asneiras, o segundo era latinista e crítico literário de grande lucidez. Havia na administração pública de então um cavalheiro muito festejado como historiador e advogado, com escritório no mesmo local onde estava a **Livraria Calderaro**, rua de Enrique Martins. Chamava-se João Batista de Faria e Sousa, famoso historiador, preceptor do jovem Arthur Cêzar Ferreira Reis, e era redator do **Diário Oficial**, de que foi também diretor. Cavalheiro muito respeitado em todas as rodas sociais, e nada pacato com respeito a decisões em prol da honra, chocou-se com a notícia de que o jornalista Elesbão Luz publicou na revista-jornal **A Evolu-**

ção. Esse pasquim merecia, como outros, um livro crítico, tantas são as asneiras nele publicadas. Eram sócios do Elesbão Luz dois famosos jornalistas não menos trôpegos, Otávio Pires (pai e filho), de quem o impenitente João Barafunda dizia:

Otávio Pires pai,
Otávio Pires filho:
um ao milho sobressai,
outro sobressai ao milho.

A senhora esposa do Dr. João Batista de Faria e Sousa, ilustre advogado, deu à luz sem novidade, e os dois sócios se apressaram em proclamar a alvissareira notícia, em grande estilo. E sapecaram que o “filho natural” estava passando bem e a mãe de parabéns pela feliz délivrance. O pai armou-se do bengaloide que costumava usar, era moda, e saiu atrás de um dos dois desastrados. Por sorte encontrou ao Elesbão Luz na redação do **Comércio do Amazonas** e lá mesmo ia desancar o costado do Elesbão, quando a turma do “deixa-disso” apareceu na pessoa do Dr. Aprígio Martins de Meneses e do pessoal da redação, e impediu o massacre, sob a honrosa promessa de retificação, nova notícia que desfizesse aquela sombria e pouco virtuosa filhança “natural”. Muitos anos depois outro jornalista não menos desastrado, de nome Luís Gonzaga Bessa, diretor proprietário do pasquim **Correio de Manaus**, andou às voltas com os filhos do coronel Bernardo Ramos, por haver dito que aquele ilustre homem era “filho natural” do jornalista impressor Manuel Ramos, dono do semanário **Estrela do Amazonas**. O prometido é devido. Na próxima edição do jornal o festejado Elesbão Luz retratou-se, publicando uma extensa nota elogiosa, mas ainda hoje ninguém sabe o motivo, no fim da nota em que se declarava a paternidade da criança, sai esta coisa horrosa, que justamente deu ganho de causa ao noticiarista, embora agarrado com a boca na botija haja recebido a primeira avalanche de impropérios e uma porretada na cabeça: “podemos afiançar que o comandante Paulo Emílio nada tem a ver com o caso”. Depois da tomada de contas os ratos se ocultaram num buraco distante chamado Matas do Besouro, nos cafundós do Judas, até que

a tempestade passasse. Falou-se muito numa brincadeira de mau gosto dos tipógrafos, o que, aliás, foi frequente em Manaus.

TROCA DE IDENTIDADES

Eu era revisor-redator do **Diário Oficial**, mais ou menos por mil novecentos e trinta e seis. Estava acostumado com a vida de jornal, pois desde ginasiano que me meti a jornalista, trabalhando no jornal **A Vanguarda**, do senhor Jacy Zany e depois no **O Estudante**, do Ginásio. Conhecia todos os macetes porque naquela época empregava meu tempo disponível, à noite, no **Jornal do Comércio**. Sei que tipógrafos do tipo Garra de Ferro, Aranha Chacon e outros possuíam suficiente moral para prejudicar alguém, contaminando os textos sérios com palavras ofensivas. Por outro lado eu tinha a vantagem de saber ler escrituras rabiscadas, pois como historiador cansei de desvendar textos difíceis manuscritos nas atas da Câmara Municipal de Manaus. E antigamente, naquela etapa de que falo, muitos cidadãos que publicavam editais e outras notas costumavam assinar seus nomes como se algum centopé sujo de tinta houvesse passado sobre o papel. Um desses fulanos era o odiado padeiro doutor C., magistrado em Porto Velho, useiro e vezeiro em mandar seus calhamaços com a assinatura mal feita. Ora, se um tipógrafo habituado a deslindar sentenças manuscritas não era capaz de fazê-lo com a assinatura do padeiro virado doutor, como podia um iniciante Yano Monteiro revisor, saber que diabo disso era aquilo?

De vez em quando surgia ali uma encrenca por causa de nomes errados. Mas dessa vez a coisa piorou porque, para nossa desgraça, ninguém sabia que o padeiro não morria de amores pelo carpinteiro.

O edital, ou coisa que o valha, assinado fulano C., circulou no jornal com a identidade de fulano C. P. Quando essa heresia chegou às mãos enfarinhadas do padeiro, ele dirigiu ao Dr. Álvaro Maia governador um “protesto” em estilo de chafarica, exigindo

punição severa para o culpado daquela agressão ao seu enfatuado prestígio de autoridade e de magistrado. Ao magnânimo espírito do Dr. Álvaro Maia pouco interessava uma castanheira a mais outra a menos, porém era de sua obrigação mandar correr o marfim. O marfim correu, foi bater nas mãos do diretor da Imprensa Oficial que era naquela altura o Dr. Washington Melo. O culpado de deixar passar a gralha fora o revisor de plantão depois das seis horas, Yano Botelho Monteiro, prestigiado ali: primo do governador, astro do futebol amazonense e meu primo distanciado. Convidado pelo diretor a explicar-se, o Yano nada mais fez que empurrar o trecho linotipado contendo o nome da castanheira, mas com a copa tão embrulhada que nem o melhor a eidético seria capaz de decifrar. A situação era ruim, mas eu disse ao Dr. Washington Melo que se topasse o que eu responderia ao governador, em termos, a resposta salvaria a reputação de todos, inclusive a má reputação do Dr. C. Ele aceitou e eu fui para a máquina, bati umas cinco linhas de introdução falando no extinto paleógrafo que o Dr. C. deveria ter lido no curso infantil, outras cinco na incapacidade do tipógrafo ler manuscritos. Outras cinco sobre a necessidade de ser colocado à máquina o nome completo do Dr. etc., e terminando por dizer, noutras cinco linhas, que “desconhecendo a pessoa do Dr. C., não havia motivo nenhum para o compositor trocar seu nome por outro, fosse de quem fosse quanto mais por um desafeto”. O Yano assinou essa patuscada e lá se foi à defesa anexada a ofício do diretor. Nunca mais o C. mandou matéria para a Imprensa Oficial que não viesse sua identidade visível, à máquina de escrever. A minha sub-reptícia maldade não foi contestada, mas o Dr. Washington Melo me contou haver o Dr. Álvaro Maia ficado impressionado com a defesa ao pé da letra, dando um ensino ao ex-padeiro: – *Esse Mário Ypiranga vai longe...*

BOA RIMA...



Huascar de Figueiredo

O Dr. Huascar de Figueiredo era tido como um sujeito de língua suja, e a propósito correm várias histórias, que não são de modo algum inverídicas. Uma delas viajava entre a gente que trabalhava no jornal **A Tarde**, de Aristofano Antony. Todas as tardes, no início da aparição do jornal, reuniam-se lá os intelectuais Drs. Leopoldo Peres, Huáscar de Figueiredo, Ramaiana de Chevalier, e gente do jornal, Jovino Lemos, Júlio de Carvalho Filho, Genesino Braga, outros, de passagem. Após a briga e a polêmica violenta travada entre Leopoldo Peres e Aristofano Antony, a tertúlia esmoreceu e eram raros os encontros.

Uma tarde em que a alegria discreta reinava na redação, em cima, apareceu uma visita, levada pela mão generosa de Júlio de Carvalho Filho, era o poeta Sebastião Norões, amazonense de Humaitá, recém-formado em Fortaleza, e falecido em Manaus, após um insulto cerebral, e não no Ceará, como disse certo “historiador” de fancaria.

Júlio de Carvalho Filho, que ainda não era formado em Direito, fez a apresentação, muito suntuosamente, começando pelo diretor do jornal. Chegando a vez do Dr. Huáscar de Figueiredo:

– Aqui o poeta Sebastião Norões.

Huáscar de Figueiredo, estendendo a mão e curvando-se:
– Boa rima pra colhões...

EDIÇÃO DE JORNAL ESGOTADA

Eu ainda emprestava minha colaboração diária ao **Jornal do Comércio**, na qualidade de redator-chefe, quando aconteceu. Não foi apurado o caso porque nem o Dr. Epaminondas Baraúna nem a direção dos *Diários Associados* interessaram-se em saber quem e quem havia contaminado de vírus nocivo à edição do jornal, naquele dia procurado com insistência. Mas o caso passou-se com o próprio Baraúna, que tomava conta, sempre tomou, da parte financeira. Baraúna não era jornalista. Sempre foi querido do velho Dr. Vicente Reis (o *Vi centos Réis*, ou *Vicente Pidão*), pela honestidade com que sempre se empenhou na sua seção.

Uma manhã, lá para as oito horas, estava o Baraúna sozinho na saleta das finanças do jornal, quando aparece um garoto e lhe pede um exemplar por compra. prontamente Baraúna entregou-lhe o jornal, que o garoto logo passou a ler, e repelindo-o, disse:

– Este não, eu quero o que traz aquilo imoral.

Baraúna danou-se, botou o garoto para correr e logo ali estendeu a mão para o telefone, que tilintava danadamente. Contatado, a voz do outro lado perguntava se ainda “havia colhões de mola para vender...”.

É que havia na primeira página do jornal um quadradinho, anunciando colchões de mola. A primeira edição do jornal foi esgotada por causa dessa safadeza de um tipógrafo posto na rua, o qual, por vingança, na hora de rodar, lá para as quatro da manhã, introduziu uma linha no anúncio. Não é preciso dizer que o dia inteiro Baraúna e outros foram obrigados a ouvir aquela mesma pergunta.

Toda vez que ouço alguém dizer que seu livro esgotou-se rapidamente me vem à memória o que o velho Cocello da **Livraria Acadêmica** me contou. Havia em Manaus, nos idos de 1915, mais ou menos, um barbeiro português metido a erudito, com ateliê na rua de Enrique Martins, e a quem uma navalhada cortara a orelha. Uma das orelhas, que o velho médico Adriano Jorge dizia haver sido um benefício, porque surdo ele “falava menos”. De fato, parece haver sido o único sujeito de sua classe que não falava quando tosquiava a crina dos pacientes. Depois ele mudou-se para uma edícula vizinha à mercearia **A Cosmopolita**, na rua do Marquês de Santa Cruz, em frente à Alfândega. Lá foi que o conheci, já velho e alquebrado, vendendo sua biblioteca de autores portugueses raros, os volumes estendidos sobre a calçada da mercearia, lado da avenida, entregue a negociata ao contrerrâneo “seu Ogusto”.

Barbeiro “sem orelha” era como era conhecido vulgarmente. Quando estabelecido na rua de Enrique Martins, publicou um romance – **Os miseráveis da ilha** – que causou certa impressão nas pessoas de suas relações de amizade, pelo insueto do assunto. O autor colocou certa quantidade de livros na livraria do Cocello, e no dia seguinte já andava aborrecendo a paciência do livreiro sobre a procura e venda. Assustou-se quando soube que não se vendera nenhum.

– Em todo o caso, procure naquele monte, pode ser que hajam vendido.

O autor foi ao monte, e verificou espantado, que em vez de dez havia doze livros. E no sábado da segunda semana, outro susto, invés dos doze havia quinze. Indagou do livreiro a razão daquela disparidade, e o Cocello muito santamente:

– Homem, eu não sei. É a primeira vez que vejo livro parir aqui na minha casa. É melhor o senhor levar tudo, do contrário a ninhada aumenta e eu é que tenho de fugir daqui...

É que os amigos se haviam cotizado e cada um levou o seu exemplar, sorrateiramente arrumando-o no monte já exposto.

AINDA LIVRO ESGOTADO

Falava-se numa roda de livros muito procurados, logo após a revoada de obras editadas pelo governador Dr. Arthur César Ferreira Reis. Muita gente pretendia ser a sua maçaranduba a preferida pelo povo. Indagado, o professor Alfredo Fernandes, a respeito da sua, ele muito sensatamente respondeu:

– A minha caiu no “esgoto” público e desapareceu num instante. Não tenho mais nenhum exemplar...

Alfredo Fernandes era ator de teatro e escritor teatral, professor no Instituto de Educação do Amazonas.

POR UM SONETO DE BILAC



Virgílio de Barros Ramos

O “jornalista” F. C., mais conhecido nas rodas do pano verde por “Jubeca” (mote aplicado pelo professor doutor Antônio Teles de Sousa, do Ginásio Amazonense), possuía e era o diretor e agenciador de anúncios fantásticos, uma revista mensal com o pomposo nome **Alvorada**, dado pelo professor doutor Álvaro Botelho Maia, a pedido. No princípio a publicação correu bem, com circulação nor-

mal, colaboração de alguns literatos velhos e novos, porém depois foi atrasando, espacejando os números, e quase que desaparecendo de circulação porque o dono, de um vigarismo nunca visto, “comia” os anúncios e estes não saíam porque a revista não saía... Por fim, dera de esmolar colaboração a gato e sapato, e quando não conseguia um original ele mesmo se encarregava de arranjar. Descobriu na literatice fora de tempo do doutor (advogado) V. de B. uma mina a explorar e não teve dúvida em fazê-lo, a seu modo, isto é, à revelia dos autores. No começo a coisa funcionou direito, porque ele pedia ao literato a colaboração, mas depois ele mesmo resolveu “encher bucha”, como se dizia na linguagem de antanho para o ato de acudir a uma página ameaçada de ficar em branco.

Saído o último número da revista e entregues aos assinantes e anunciantes, o que lhes era devido, o Jubeca desapareceu no rumo das baiucas do pano verde, naquela época explorada pelo senhor Camilão, um sírio grandalhudo que vivia de explorações de todo gênero de jogatina.

Enquanto o F. C. jornalista perdia os cobres (era casado, tinha filhos), no escritório dos advogados Drs. Waldemar Pedrosa, Huáscar de Figueiredo, Leopoldo Peres e Virgílio de Barros, situado na rua de Lobo d'Almada, havia sido levantada uma questão muito séria (na ausência do último) sobre quem o autor do soneto publicado na revista, se ao Virgílio de Barros (ausente na ocasião) ou ao velho e falecido Bilac. Leopoldo Peres afirmava ser de Bilac, uma “obra-prima, aliás, muito conhecida” para ser ignorada. Ou aquilo era maldade preconcebida do “jornalista manchego”, ou fora “plágio bem caracterizado” do Sr. Dr. Virgílio de Barros, que sendo “criminalista”, não devia ignorar a lei que defendia os direitos autorais, lei, aliás, hoje muito mal aplicada, pois o que mais se vê por aí vergonhosamente é o plágio.

Ficou para decidir-se quando o acusado “um bom pai de família envolto naquela sórdida manobra do vigarista Jubeca” viesse à tarde ao escritório, pois o Dr. Virgílio de Barros passava as manhãs na Fazenda Pública, de que era advogado.

À tarde, reunidos os advogados, como de costume, Leopoldo Peres, o mais indignado de todos, pega a revista e dando-a ao acusado, disse-lhe amistosamente:

– Vergílio (como chamava, aliás, acertadamente), muito bonito o soneto que publicaste nesta merda. É uma pena que uma joia viesse parar nesta cloaca.

Aí, todo pavoneado com o elogio, o dê Barros pronunciou-se:

– Ê, esses meninos acham que sou bom poeta e vivem me perseguindo atrás de colaboração gratuita. Eu ajudo-os...

A voz intrometida do Dr. Huáscar de Figueiredo:

– Acontece que o soneto assinado por ti é muito antigo e pertence ao Olavo Bilac...

A voz macia e maligna de Leopoldo Peres:

– E já andam proclamando que plagiaste o príncipe dos poetas brasileiros, e isto é mal para ti. Se fosse comigo a coisa iria feder a chifres queimados...

Foi então que o acusado leu o soneto, tempestuosamente rasgou a revista em quatro e saiu armado do seu inesquecível bengaloide, disposto a rachar as costas do culpado. Para felicidade do F. C., que naquele instante estava no Café da Paz disputando uma alegre partida, a dinheiro, um funcionário do escritório saiu na frente, a ver se descobria o ameaçado de esfolamento. Encontrou-o, contou-lhe tudo, e o Jubeca, assustado e medroso das consequências, deu no pé. Passou um mês de molho, *esperando que o barro amolecesse...* – como diria depois. E depois que deu uma nota de desagravo, do contrário funcionava o trabuco.

VETERINÁRIO DA ACADEMIA



Nunes Pereira. Foto do livro de Moacir Andrade.

Quando estive em Manaus o escritor francês Eugène Noel, a Academia Amazonense de Letras prestou-lhe homenagens com almoço de vinte talheres e sessão magna no Ideal Clube. Naquele tempo a pobre Academia não possuía sede própria, vivendo ao deus-dará, até que o capitão Nelson de Melo, por influência do jornalista Clóvis Barbosa, doasse-lhe o prédio da rua de Ramos Ferreira, contra a opinião das freiras do Instituto de Benjamin Constant que lá haviam tido uma capela, e esperavam ficar de posse definitiva do anexo. Depois de perderem a questão, passaram elas a permitir que os alunos danificassem o edifício, quebrando vidros das janelas e partindo as lâmpadas da fachada. Até ameaçando de morte a zeladora.

O imenso escritor francófilo Péricles Moraes apresentou os acadêmicos, um a um, e de acordo com as bagagens literárias e a simpatia pessoal, ia fornecendo detalhes, esse mais, aquele menos etc. Quando chegou a vez do Dr. Manuel Nunes Pereira, este, que era dado a bufonarias, curvou-se muito pomposamente e latiu:

– Monsieur Manuel Nunes Pereira, le veterinaire de la Academie...

Não é necessário dizer o que houve depois...

UM DON JUAN FRUSTRADO

Quem não conheceu o jornalista U., na década de quarenta, perdeu um ótimo amigo e um grande conversador. U. era desses indivíduos dotados de percuciente inteligência, que substituíam, nele, a erudição livresca. Nem era formado em coisa alguma e nem possuía sequer o curso ginásial. Autodidata em economia por mera inclinação, publicou dois livros, com sacrifício e coragem (era pobre e médio burocrata), mal empregado é o que é. Vivia quase que perambulando pelos cafés, a discutir as causas econômicas dos países metidos na guerra, dando palpites frescos, armando e desarmando potências, general sem espada e sem comando, mero desfrutador de fora das trincheiras.

Em frente ao **Jornal do Comércio** (época dos **Diários Associados**) residia a senhorita Amália Ferreira, “fino ornamento do nosso set social”, e que havia consentido ter o nome apresentado à lista das “mais bonitas” do Brasil no setor Amazonas. A Amália perdeu, não porque não tivesse as condições necessárias para “chegar lá”, mas porque as candidatas eram tantas, como sempre, que escureciam o céu azul da campanha pela eleição da melhor. Não, porém, para o U. O U. fez-se campeão na luta pela eleição da sua bela paraninfada, escreveu crônica, deitou discursos inflamáveis onde a chamava de última representante das últimas ucranianas, envolvendo seu nome e sua beleza numa auréola de mística amorosidade que deu para desconfiar.

Havia no jornal um repórter de talento e de ousadia, chamado Pedro Lemos, irmão do Sr. Jovino Lemos. Pedro Lemos vivia descobrindo astuciosamente foguetes espíões nos céus do Amazonas, fantasmas na avenida de Getúlio Vargas, uma santa na rua de Borba (esta deu água pela barba e até capela foi erigida naquela rua) e vai daí descobriu a inclinação amorosa do U. pela senhorita Amália Ferreira. De fato, o U. dera para ir ao jornal todos os dias, de manhã, à tarde e à noite, e ficava como um papangu na porta a olhar para a alta janela da casa da princesa dos seus sonhos. Sabido e sentido o caso como uma febre do coração, o Pedro Lemos resolveu atirar o U. contra a trincheira, que eram as convenções

paternas, pois o U. era casado e cheio de filhos, além de que, olhava contra o governo, pois levava um defeito na vista, que o obrigava a usar óculos escuros.

“Maria Amália Ferreira completa anos amanhã”, comentava Pedro Lemos na redação, em voz alta para o U. ouvir. Já vinha tramando há dias uma mofina contra o pobre namorado. Havia chegado o momento de aproximar o U. de sua distante princesa da janela alta da avenida. Adquiriu um cartão-postal dos mais expressivos e redatou respeitoso cumprimento de “aniversário natalício extensivo à família”. Até aí nada de mais, era a homenagem de um admirador. O diabo é que o trêfego repórter não se contentou com essa medíocre prova de admiração e daí haver imaginado a “resposta” da deusa, com um bem montado cartão cuja letra feminina ornada de ramos dava a feliz ideia de que ela topava uma entrevista a dois, pois afirmava que “esperava vê-lo no dia seguinte à noite na recepção que a família oferecia aos amigos”. Dizia mais que “se mostrava agradecida pela lembrança”.

De posse desse diabólico salvo-conduto o dom Juan não tergiversou. No dia seguinte, às oito em ponto, empunhando um festivo buquê de flores, e bem-posto como um noivo que vai receber a noiva atravessa o U. a avenida, e é recebido. Toda a turma do jornal acotovela-se na janela do andar de cima para ver o resultado daquela embaixada jocosa. O que houve lá dentro não se sabe, mas pelos furiosos gritos que o U. dava e pelas ameaças de morte (chegou a ir a casa disque buscar um revólver para matar o autor da cachorrada) não deve haver sido muito generosa a recepção do convidado de pedra. Todavia, a família deve haver percebido a extensão da brincadeira, recebeu aquilo como uma diversão. O U. nunca mais entrou no jornal.

O ÚLTIMO BANQUETE NO HOTEL CASSINA



Rego Monteiro

Aqueles dois sócios, Elesbão Luz e Otávio Pires (pai), na década de vinte, resolveram melhorar de vida, andava o professor Otávio com a corda no pescoço. Anunciaram um banquete em homenagem ao guabiru desembargador César Augusto do Rego Monteiro, governador do Estado, e Elesbão, como agente mais ativo, endereçou os convites, cerca de duzentos. O ambiente escolhido foi o Hotel Cassina, naquele tempo em decadência, portanto não iria custar muito o aluguer do prédio por um dia.

Distribuídos os convites, cerca de duzentos, o clube dos puxa aderiu imediatamente e houve pedidos de mais lugares, no que ficou acertado que se fariam duas mesas, a primeira para os cães de fila da administração, e a segunda para o pessoal “da baixa”.

Na véspera do grande rega-bofe, porém, apareceram mais cem convidados extras, voluntários, o que constituiu verdadeiro tumulto, pois chegariam a quinhentos os talheres. Assim mesmo metidos numa enfuca os dois sócios realizaram a anunciada homenagem, com duas mesas, a segunda entre duas e quatro horas da tarde do dia oito de setembro de 1922, pois que sua excelência o Paliteiro Chinês, desembargador Rego Monteiro (tem nome de rua, nesta cidade cujos habitantes ele e sua camarilha torturaram)

passaria o governo ao substituto legal, seu genro, Dr. (médico) Turiano Meira, um dos canalhas que atuavam na administração e que assinaria a “venda” de parte do Estado do Amazonas a uma companhia estadunidense.

A primeira parte da ágape decorreu sem novidades, as quatro tartarugas e mais alguns pratos de contrapeso serviram aos comensais, mas quando chegou a vez da segunda mesa, não havia mais senão o pitiú que exalava a cozinha do hotel, situada na parte baixa, da então rua de São Vicente. Ao corre-corre acudiu o Elesbão Luz com suas ideias luminosas. Havia duas saídas a tomar imediatamente: ou serviam novamente os restos deixados nos pratos pelos comensais, ou empregariam os miudos sobrantes, misturados com picadinho de carne de vaca e preparados na banha das tartarugas. Prevaleceu o segundo argumento e assim foi salva a pátria, mas o Otávio Pires (pai) e o pessoal da segunda adoeceram de uma diarreia que quase arrasta todos para a cidade dos pés juntos, escapando o Elesbão, que participou da primeira enxurrada.

Essa estupenda ideia foi repetida no Rio de Janeiro, no banquete que o Dr. Átila Sayol de Sá Peixoto organizou para homenagear a bancada amazonense e o governo Álvaro Maia, que por sinal foi quem mandou quatro tartarugas das grandes para o rega-bofe político. Mas o autor da ideia, como não podia deixar de ser, foi o Dr. Walmick Ramayana de Chevalier, que conhecia de sobejo a história do banquete, relatada por seu pai, um dos comensais, e que, como inventor da presepada, guardou logo dois quartos para si.

Comentando o fato para mim, dizia o Dr. Átila Sá Peixoto:

– Mano, foi um sucesso absoluto. Nunca na minha vida vi tanto xereta que se proclamava amazonense interessado em comer tartaruga com arroz e farinha-d’água...

O DÊ ÓCULOS



Dr. Paulo Nery



Dr. Plínio Coelho

Durante a furiosa campanha eleitoral em que se engalfinharam os partidos nacionais União Democrática Nacional e Partido Socialista Democrático, cada qual contando com o privilégio de chegar os colmilhos aguçados ao pobre osso nacional enfrentaram-se os jovens e ardorosos políticos Drs. Plínio Ramos Coelho e Paulo Pinto Nery. Ambos de origem animal, o povo esfregava as mãos para ver quem levava a melhor, se o coelho que só possui dois dentes, ou o pinto que os perdeu há muitos milhões de anos. O coelho, no entanto, dizia-se mais próximo do osso porque seus dentes estavam apropriados para roer...

Naquela barulhenta conjuntura um testa de ferro chegou-se para um caboco, voto em potencial, e perguntou-lhe em quem iria votar.

- No dê óculos...
- Mas os dois candidatos usam óculos.
- Depois eu vou votar naquele qui tem um pê e um ó no finá.
- Os dois têm essas letras no final.
- Bem, entences vou votar no qui tem nome de bicho pulo meio...
- Os dois tem nome de bicho...
- O caboco, dando o fora:
- Agora tê bate...

CARTÃO DE VISITA

O gozativo poeta maranhense João Maranhão, que pontificou no meio literário manauense da década de 1900, e que mais tarde voltaria a Manaus como delegado fiscal do Tesouro Nacional, publicou o seguinte poema-piada, relacionado com um fato verídico de sua época de boêmia. Titula-se o trabalho “O cartão de visita” e foi publicado na revista local *Cá e Lá*, número dois, ano primeiro, doze de fevereiro de 1914:

Neste país essencialmente agrícola,
Depois que ao silvícola
Sucederam os tais civilizados,
Foram surgindo os homens diplomados,
E isto ficou de uma maneira tal,
Que hoje os diplomas vendem-se a granel
E qualquer vulgaríssimo mortal
Que não for bacharel,
É coronel da Guarda Nacional
Gentil leitor amigo,
Palestrando contigo,
A esses fatos sabidos me remonto,
Para referir-te uma pequena história
Que, há muito tempo, trago na memória.
E que hoje aqui te conto.
Era uma vez um simples seringueiro,
Que tendo grande saldo recebido,
Achou-se convencido
De que era um Rotschild brasileiro:
Abandonando logo a machadinha,
Defumadores, rifles e terçados,
Quis desfrutar também essa vidinha
Deliciosa dos endinheirados;
Para Manaus, num buque se metendo,
O nosso herói assim disposto vinha
A descontar o tempo que, sofrendo,
Lá pelas brenhas suportado tinha.

Recém-chegado a pátria dos Barés,
Era preciso, para entrar na lida,
Que se exibisse sempre na Avenida
Vestindo branco da cabeça aos pés,
E foi por isso que, garboso e ufano,
Entrou sorrindo em casa do Serrano.
Relacionado estava já nos meios
Dos cinemas, teatros e cassinos,
Que se adornavam todos superfinos
Para lhes abrirem carinhosos se
Mas o ricaço havia observado
Que era elegante, pra fazer a fita
Ofertar ao sujeito apresentado
Um cartão de visita,
E em todos vira os nomes e apelidos
Aos competentes títulos unidos;
Ele porém, ingênuo seringueiro,
Apesar de brilhantes e dinheiro
Em grande soma sempre conduzir
Não atinava, entretanto, com os processos.
Simples e diversos,
Do seu diploma em breve conseguir:
Eis porque resolveu incontinente
Copiando o que viu em toda a gente
Mandar gravar seu nome num cartão
Onde o seguinte todo mundo lia:
– Francisco Pedro de Jesus Maria
ex-passageiro do vapor Lobão”.
26/1/914.

O poeta João Maranhão, pai do poeta amazonense Petrarca Maranhão, residente no Rio de Janeiro, reuniu e publicou vários trabalhos esparsos em jornais e revistas de Manaus, inclusive o seu belo poema **Diaes Irae** sobre a morte de Ária Ramos. Essa abertura que ele faz com tanto espírito, não desmente em nada o que seria mesmo a atmosfera social de Manaus naquela época, pois correm

como verdades muitas outras piadas envolvendo seringueiros ricos que retornavam do pesadelo do Acre nadando em dinheiro.

O PAI DO GENERAL



Cônego Israel

O velho P. L. era escriturário da Alfândega de Manaus, colega de meu pai, quando eu andava pelos nove ou dez anos de idade. Possuía então quatro filhos, a contar pela idade Waterloo, Wellington, Weimar e Weigélia, esta falecida quando menina, de febre amarela. Às vezes as famílias punham os nomes dos filhos começando por uma letra, mas no caso presente o P. L., que não era muito competente, misturou palavras inglesas com alemãs, as dadas às filhas. E ninguém o convencia de que estava errado. O mais velho acabou general e esteve em Manaus em 1930, quando tenente, tomando parte ativa nas conspirações contra o Dr. Washington Luís. O Wellington “Cabeçudo” não era de estudos, mas empregou-se num Banco, de que foi demitido. Sentindo-se desmoralizado, o pai tocou-o para o Rio, a fazer companhia ao irmão Waterloo, então segundo-tenente do exército. Mais tarde a família retirou-se, e a boa Weimar (que ele chamava Uêimar, quando é

Váimar) se foi, deixando muitos corações despedaçados, pois era pra lá de boa...

No dia do batizado do menino Waterloo (iria chamar-se Waterloo Bonaparte) verificado na igreja Matriz, o cônego Israel, que era professor de História Universal no Ginásio, e implicava com antropônimos incomuns, indignou-se com o nome e tentou convencer o senhor P. L. que deveria substituir aquele nome estapa-fúrdio. O P. L.: – Eu queria um nome que enchesse a boca...

Irritado, o cônego fechou ruidosamente o livro de registros e bufou:

– Pois ponha aquele que o general Cambrone gostava de citar.² E retirou-se, resmungão.

Apesar de tudo mudaram o nome, ficou só Waterloo P. L., mas a predição do bom pai foi acertada.

OUTRA DO CÔNEGO

Foi lembrando a facécia acima, que resolvi contar outra do cônego Israel, pois ele implicava mesmo com os nomes que chamava “pagão”. Esta aconteceu quando meu pai levou meu irmão mais velho à água lustral. Inquirido o nome, meu pai, que já conhecia a história acima, repetida muitas vezes pelo colega de repartição acima mencionado, P. L., declinou lentamente:

– Agilulfo...

Pra quê! O cônego cruzou os braços e latiu:

– Ponha um nome cristão! Que mania essa, de batizar filhos com nomes estrangeiros, que ninguém sabe quem foi e o que fez?

2 Como se sabe, os generais de Napoleão Bonaparte eram de baixa extração social, rudes e tarimbados. O nome mais comum na boca do general Cambrone era “merda”.

Meu pai, muito calmo, olhando duro nos olhos do velho sacerdote:

– Agilulfo foi o primeiro rei católico dos Lombardos... Está na História Universal que o cônego ensina...

CONTESTE!

Durante a guerra entre o Peru e a Colômbia, em 1940, o comando deste último país contratou vários telegrafistas de Manaus para servirem em Tabatinga e Letícia. Entre eles foi contratado o Sr. C. que exercia a profissão também no **O Jornal** de Manaus. Certa feita o comando de Letícia indagou qualquer coisa ao operador, que respondeu por cima, pois não sabia espanhol nem para dar os bons-dias. O comando insistiu na pergunta e nada... O C. calado. Aí o comando mandou prendê-lo por insubordinação e desrespeito às ordens superiores com a agravante de estar prejudicando o “serviço de guerra”. É que o C. não sabia o que fosse em espanhol a palavra “conteste”, e por isso contestou respondendo o contrário do que se lhe pedia, que era confirmar ou negar a vinda de mais navios de guerra peruanos bem equipados.

OUTRA DO HUÁSCAR



Thaumaturgo Vaz à direita e Maranhão Sobrinho

Ia a enterrar o poeta Taumaturgo Vaz, grande boêmio, muito popular em Manaus. Seguravam nas alças do caixão Péricles Moraes e Dr. Virgílio de Barros, e atrás Huáscar Figueiredo e José Chevalier. Quando se aproximavam da entrada do cemitério de São João, o Dr. Virgílio de Barros muito sentidamente, leu em voz alta a sentença posta acima do portão de ferro:

– Labar...o... mêta...

O Huáscar imediatamente:

– No cu, Virgílio, no teu cu...

Péricles Moraes, censor:

– Que é isso, Huáscar, respeita o *de cujos*...

O Huáscar:

– O de “cu” deve de estar rindo, pois “jus” era o seu estilo...

O TRINTA



Prof. José Chevalier Carneiro de Almeida

Na sua mania de depreciar os colegas, o escritor Péricles Moraes não perdia vaza para relatar anedotas que envolviam intelectuais. A respeito do professor José Chevalier Carneiro de Almeida ele menosprezava-o, dizendo claramente ser um inepto, nada conhecendo de literatura. E contava para todo mundo o seguinte episódio, acontecido quando se procurava escolher os nomes que deveriam formar a equipe de trinta acadêmicos para a nova Academia Amazonense de Letras. José Chevalier estava presente. Péricles Moraes contou e recontou o número deles e só dava vinte e nove. Desesperado por não saber o que fazer, exclamou:

– Mas quem diabo seria esse medíocre, cujo nome não nos ocorre?

José Chevalier na sua obscura presença:

– Sou eu, Péricles, o trinta...

Houve aquela gargalhada e Chevalier, admitido, passou a ser chamado de O Trinta, pela corriola, até que um dia, aborrecido com a brincadeira, reclamou zangado. Mais tarde o filho Ramayana de Chevalier teria razões de sobra para criticar, nas rodinhas da avenida, a obra francófila de Péricles Moraes, “escrita para brasileiro não ler e para francês não entender”.

AINDA O HUÁSCAR

Ninguém sabe em Manaus porque o Dr. Huáscar de Figueiredo caçava certo número do *Diário Oficial* do Estado. Na verdade, qualquer coleção daquele periódico, em certas repartições, ou em todas, mostra que foi surrupiado um número. Ele comprava, a peso de ouro, aquele amaldiçoado jornal em que alguém, o governo ou particular, exarara uma pecha contra a sua conhecida capacidade de arranjar dinheiro. Foi o único sujeito que conseguiu sobreviver a todas as revoluções, passando-se, na hora agá, para o lado da situação, apesar de conhecido como parcial de todos os governos, maus e bons. Foi o que aconteceu no governo Álvaro Maia, quando o Dr. Huáscar mandava na Fazenda Estadual, comprando créditos de exercícios findos de quem os houvesse, e havia-os, e muitos. Eram seus sócios os fazendários O. A., J. A., R. S., V. de B., e outros santinhos.

Era um advogado de sucesso. Foi patrono da causa de uma polaca célebre em Manaus, herdeira de certa vultosa quantia, a qual ficou tão agradecida que, além dos vinte por cento embolsados por conta do trabalho, recebeu de presente grossa pulseira de ouro cravejada de brilhantes, mimo adquirido em Paris pelo seu amante milionário, que não era seringueiro, mas proprietário do grande bazar “Passepourtout”.

Os dias passaram, e certamente até anos, quando a pobre mulher, já em plena decadência (residia em boa casa da rua da Independência), necessitou do auxílio da justiça, a fim de reaver o prédio caído nas mãos de certo agiota judeu, que conheci frequentando muito assiduamente o café “Leão de Ouro”. Lembrando-se do seu amigo Huáscar, a ele recorreu, com a declaração prévia de que não tinha com que pagar os custos da ação defensiva. Pensamos que o Huáscar nada prometeu à valetudinária dama, mas o certo é que na hora da onça beber água, quando ela reclamava, em lágrimas, que ele a abandonara para servir a quem lhe queria arrancar o couro, Huáscar respondeu-lhe, e isto sem nenhum sentimento de pena pela situação da velha hetaira:

– Isso foi quando a senhora tinha um couro suave, agora seu couro não presta nem para fazer um tambor, a coisa é diferente.

A cena passava-se no bar “Ponto Chic”, que o advogado frequentava diariamente. Quando o Huáscar levantou-se da banca e saiu, um poeta popular muito conhecido sentou-se e escreveu:

“Cora o alvo deste mármore
de pudor, vergonha e medo,
se nesta banca se senta
o Huáscar de Figueiredo”.

POR CAUSA DE UMA “GUEISHA”

Todo mundo sabia em Manaus que o Dr. Huáscar de Figueiredo, além de caloteiro inveterado, era também aquele *stercum ore*, isto é, tinha a boca suja. O Dr. Huáscar de Figueiredo possuía uma cicatriz na orelha esquerda, que procurava esconder com o cabelo crescido.

A cicatriz, diminuta, pouco visível de longe, era consequência de sua despudorada mania de ofender as pessoas como se estivesse tratando com jumentos teimosos, a poder de chibata. Fisiologicamente era um neurótico, dono de certo cacoete que o fazia fungar e erguer os ombros de minuto em minuto. Na tribuna era excelente orador e conseguia persuadir o ouvinte com sua dialética de fancaria. Foi assim que conseguiu atravessar várias situações de perigo, quando exercia as funções de redator do jornal *Estado do Amazonas* depois convertido em *O Jornal*, por compra. Em ambos os periódicos sua função era dinâmica, porque os diretores, o velho Archer Pinto e seu filho Aguinaldo, carregavam dois tapa-olhos, permitindo que o redator fizesse o que mandava sua moral desequilibrada. Depois do Huáscar passou a redator no *O Jornal e Diário da Tarde* o jornalista Herculano de Castro e Costa, este sim, mais equilibrado e melhor conscientizado da função do jornal, além de que escrevia melhor do que o Dr. Huáscar de Figueiredo.

Uma tarde, já quase escurecendo, chamou o Dr. Huáscar ao tipógrafo Aranha Chacon, que acabava de chegar para o turno da noite, vindo do *Diário Oficial*. Chacon, que nós conhecemos de perto, pois éramos naquele então revisor do órgão oficial, de dia, e à noite revisor de *O Jornal*, não jantava porque não dava tempo. Ingeria seu meio copo de cana e estava “blindado”, como dizia. Não era um operário ignorante; ao contrário, possuía suas fumaças de leitor assíduo da Biblioteca Pública, quando havia vagar. Estava capacitado a corrigir as imbecilidades de muita gente que se ufana de jornalista. Era preto e orgulhava-se de ser descendente de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Chacon apresentou-se e o Dr. Huáscar intempestivamente foi dizendo:

– Preto, componha este artigo o mais rapidamente possível.

Chacon, de volta:

– Sou preto, mas tenho vergonha, não sou da sua cozinha. E sempre comi e bebi à minha custa.

Deu as costas e foi para a oficina. Quinze minutos depois voltou, com o compositor já recheado de linhas. Huáscar estava sentado, escrevendo, e diante dele a xícara de café quente, recentemente trazida pelo servente. Rodou a cadeira:

– Que há, preto?

Chacon, engolindo em seco para não estourar:

– É que a palavra “geisha” está errada, não se escreve assim.

Os dois Archer Pinto, pai e filho, presentes, contiveram um risinho amarelo, não se sabe se de hipócrita solidariedade ao redator corrigido pelo tipógrafo, ou de deboche contra o tipógrafo que ousava corrigir ao advogado jornalista. Acontece que no comenos Huáscar, desmoralizado, havia alcançado a chávena para uma golada. Parou o gesto no ar e bufou, vermelho de raiva:

– Seu negro indecente, quem é você para me corrigir?

– Não se diz para “me corrigir”, mas “para corrigir-me”, segundo a regra gramatical.

Não houve mais palavras. Huáscar, desvairado, atirou com a xícara e o conteúdo na cara do Chacon e esbravejou, vermelho de cólera:

– Vá para a cozinha, seu moleque, que é seu lugar...

Chacon, insultado, recuou e arremessou o coletor de tipos na cara do Huáscar. O sangue logo espirrou, mas o pequeno aparelho de metal havia roçado pela orelha, quando o alvo desviou-se. Foi um deus nos acuda! Todo mundo correu para ver. E o Chacon no dia seguinte contou para nós que se estivesse armado teria estripado o Huáscar, na hora. Apenas correu para o botequim “A Baratinha”, ingeriu um gole para revitalizar-se e pegou o bonde para a sua querência. Foi esperar deitado a polícia, que não foi molestá-lo porque os três amigos evitaram a propagação do escândalo, e o Dr. Huáscar ainda mais interessado em esconder as suas burrices.

CARLOS MESQUITA E A GUERRA

Quando chegou a Manaus a notícia do torpedeamento do navio do Loide Brasileiro “Baependy”, a multidão dirigiu-se enfurecida para a “Vila Itália” e lá, destruindo a predicação em letras graúdas de ferro, arranhou logo uma nova com o nome do navio sacrificado. O governo italiano naturalmente protestou, depois, com a declaração de que não fora submarino italiano o agressor, porém o povo, impelido pelos oradores de ocasião, não aceitou a desculpa, e haja pau.

Carlos da Silva Mesquita, professor de língua inglesa no Ginásio Amazonense Pedro Segundo, estava como de hábito no “Bar Americano”, sorvendo gostosamente seus goles duplos, triples, quádruplos, quádruplos, quintuplos de grog e rosnando, por entre dentes, como era costume, contra os amaldiçoados “engraxates”, com Mussolini à frente, que estavam destruindo a civilização em nome da latina, mais antiga. Com o pé firmado na forma de madeira da caixinha do engraxate, ele blasonava para quem quisesse ouvir.

– A civilização latina está aqui, aos meus pés, estão vendo? O resto é farofa. O colonizador do mundo está aqui me engraxando as botas. Este se chama Da Vinci e atende também pelo nome de Victor Emmanuele, comendo macaroni embrulhado em papelli.

BANQUETE MACABRO

Contava o Dr. Sadoc Pereira, na mesa cativa da “Pensão Maranhense”, as suas experiências de juiz de Casamentos fora da capital, lugares não muito distantes como Careiro, Cambixe, Varre Vento, Terra Nova, Curari, Puraquequara, Tarumã, Santa Maria do Janauacá, Manaquiri, Tabocal, Água Fria, Iranduba etc. Sempre se deu bem nas relações com a gente humilde e hospitaleira como é o caboco amazonense, herdeiro daqueles apanágios do indígena malocado, nada havendo a dizer contra o tratamento cerimonioso, a ordem, o respeito mútuo, as atenções e o refocilamento. Sobretudo este capítulo numa pessoa abstinência e sóbria, que não dançava, não prazia o culto das conversas banais, das chachotas, das anedotas fesceninas. Almoçava ou jantava na mesma mesa, democraticamente, pastando a sua ração, mas ocupando, por deferência do dono da casa, o lugar de honra, à cabeceira.

Mas um dia (há sempre um dia na vida pacata do mortal), o Dr. Sadoc Pereira se viu uma situação difícil, ele que era um juiz íntegro e humanitário. Foi no Varre Vento, num dezembro nada auspicioso, com trovoadas do nascente, após tormentosa viagem que o colocou fora de forma, tantas foram as tribulações. Terminada a refeição, saiu ao atá, a fim de fazer aquilo. A casa era rodeada de árvores frutíferas e havia um estendal (jirau), onde, para surpresa sua, e desgosto, viu penduradas, a secar ao sol, umas vinte carcaças de guariba. O que mais ofendeu a sensibilidade do juiz foi o esgar estereotipado, um riso de dentes brancos colhidos na surpresa da morte. Teve náusea e foi acometido de um vágado. Esteve para alojar todo o conteúdo do estômago. Posto não soubesse que havia comido macaco, procurou saber a razão do massacre.

– É que não conseguimos um boi inteiro, e os convidados são muitos. Temos apenas um porco e galinha para o jantar.

Daquele dia em diante o juiz passou a precaver-se, rondando o terreiro a ver se não havia peles de macacos.

– Mas até que é digerível, o raio do macaco.



Dr. Henrique Rubim

Quando eu andava pelo terceiro ano do curso do Ginásio Amazonense Pedro Segundo, tive por colegas a dois sujeitos, dois irmãos: Aluísio de Hugo Silva e Ivan de Hugo e Silva. O primeiro, mais velho (já era repetente três anos), era um tipo distanciado das obrigações escolares e votado à prática de truques com lenços e baralhos, com que distraía a atenção dos colegas. Ocupava a última carteira, furtando-se sempre às inquirições dos mestres.

Durante todo aquele terceiro ano, que foi duro para mim, reprovado em língua francesa e obrigado a repeti-lo, ocupou a cátedra de História Universal o advogado Dr. Henrique Rubim, com a licença do titular Dr. Paulo Eleutério, que se mandava para Belém a lecionar no Ginásio Paes de Carvalho. O substituto era um leigo, posto que não fosse tolo. Simplesmente não conhecia a matéria programada, por isso durante as aulas munia-se de meias tiras de papel almaço escrito a lápis. E lia-as ou mandava os discentes copiarem na lousa.

Aquele método pouco escrupuloso de transmitir conhecimentos acabou criando uma atmosfera de incompatibilidade, de fastio pelas aulas e ninguém mais prestava atenção ao ventriloquismo do expositor, porque, além do mais ele era míope (persistia em não usar óculos) e gaguejava na decifração da grafite.

O Aluísio de Hugo e Silva oficializou o costume de aproximar-se do púlpito, assim que o professor sentava, e manhosamente puxava conversas fora do sério, do tipo “hoje nós não queremos saber de guerras, fale das grandes mulheres, Messalina, Popéa, Aspásia, Friné”, “Recite aquele soneto de Bilac sobre a nudez da Friné. Guarde a sebenta”. Seu cinismo chegava ao cúlmén de rebaixar os sessenta anos do professor, reduzindo-lhe a idade, chamando-o “menino”. Um dia o Aluísio foi mais longe: pediu licença para “ir lá fora” e dirigiu-se ao telefone. Contou-nos que ligou para a sua irmã, pedindo-a para chamar com urgência o professor. O velho foi atender, mas o Aluísio botou a mão nas laudas, prometendo tomar conta delas. Não se sabe o que o velho pensou do falso telefonema, o certo é que voltou e aí começou a tragédia, ele procurando com afã a página (que estava no bolso do Aluísio), e a turma toda se espremendo para conter o riso. No ano seguinte o Dr. Henrique Rubim seria dispensado, ou ele mesmo tomou as providências para escapar ao ridículo.

BALÕES DE BORRACHA



Dr. Aristides Rocha

Falemos do Dr. I. de H. e S. Foi três vezes meu colega: no ginásio, como aluno, na Faculdade de Direito e na cátedra, ele professor titular da cadeira de História do Brasil e eu na de Geografia Geral. O Dr. I. de H. e S. era o reverso da personalidade do irmão, só igualando-o na índole. Aparentemente sério, tomava suas liberdades não raro malsucedidas. Na escolaridade era superior ao irmão, pois chegou a publicar um livro versando questões de Direito, funcionava de advogado afreguesado no fórum da capital, andava constantemente armado. Mentia opor quantas juntas tinha.

Quando a nossa Faculdade atravessou aquela crise de inépcia provocada pelo Ministério da Educação, era fiscal federal o Dr. Vicente Torres da Silva Reis, e portou-se com muita exigência no cumprimento de sua obrigação. Eu andava ainda no primeiro ano e fui obrigado a repeti-lo pelo excesso de faltas. Até alunos do quinto ano sofreram o mesmo vexame. É que havia muita facilidade: o matriculado podia exercer as funções de promotor público em comarcas distantes e no fim do ano prestava exames. O Dr. Vicente Reis acabou com as facilidades, dando um golpe de morte na anarquia. Até aí sua atitude era saneadora, mas o castigo alcançava alunos já prontos, com retratos de formatura no quadro. A coisa começou antes. À passagem do aniversário de falecimento

de Rui Barbosa, o Diretório Acadêmico recebeu um telegrama insólito do chefe de gabinete do Ministério da Educação, solicitando se prestasse uma homenagem ao grande brasileiro. O insólito do despacho era a frase: *se não houver quem saiba enaltecer a figura do conselheiro, que pelo menos se divulgue o fato na imprensa local*. O texto pode não ser idêntico, mas a intenção era meio debochante. Aquela cultura carioca, cultura carnavalesca, foi sempre cotada abaixo de zero. Respondemos, pela voz do Diretório Acadêmico, dando uma lição de etiqueta e de valor moral ao Ministério que ameaçava fechar as portas da Faculdade, pondo na frente às figuras antipáticas dos Drs. Aristides Rocha (diretor) e Vicente Reis (fiscal federal). Naquela altura circulou um volante achincalhando os dois. Diziam:

O seu Aristides Rocha
fede a merda pra xuxu
perdeu a tesão, é broxa,
só a tem no olho do cu.

Para o Vicentina Réis:

A minha sorte malsina
me desampara de todo
vivo a correr pra sentina
pois só me dou bem no lodo.

Distanciamo-nos do Dr. I. de H. e S. É que naquela altura foram distribuídos na praça dos Remédios muitos balões coloridos, pedindo-se às crianças que gritassem “morra o Pé de Curica!” e “morra o Vicentina!”. Terminada a distribuição dos balões, apareceu uma menina de seus quatro anos a pedir o seu. O I. não teve dúvida: abriu a carteira, e deu-lhe um preservativo (hoje se diz camisinha). Não tardou muito a aparecer o pai da menina e estabeleceu-se uma confusão que por pouco não acabava em morte, pois o culpado portava arma de fogo, e embora negando o fato deplorável, ameaçava o pai de família com o queimante.

DESPACHO SUMÁRIO

Amigo meu e ex-colega de Ginásio ocupava em comissão o cargo de diretor do Serviço de Agricultura do Estado. Um dia lhe apareceram dois funcionários, pretendendo permutar os receptivos lugares de serventes, alegando ambos morarem distantes da repartição, isto é, um residia mais perto de uma e o outro da outra. O chefe não pôs dificuldades e mandou que viessem pelos canais competentes. Ali mesmo, com a ajuda da datilógrafa os dois sócios assinaram a petição e o meu caro amigo assinou-a, satisfeito de haver contribuído para o bem-estar do próximo:

– Podem irem.

MOEDEIRO FALSO

Relatei no meu livro *Mocidade viril – 1930 – O motim ginásiano*, as atividades negativas do mau estudante arruaceiro A. S., que afinal de contas não concluiu o curso do ginásio, mandado, por castigo, para os seringais da família em Carauari.

Após os agitados dias que sucederam à vitória do Sr. Getúlio Vargas, Manaus ficou entregue à custódia dos ginásianos, que se desobrigaram da honrosa incumbência com a maior ordem e disciplina, a fim de evitar-se macular o espírito democrático que amparou a revolução. Não há exagero no que afirmo, pois fomos nós, ginásianos, quem defendeu vidas e fazendas dos descaídos, com sentinelas armadas na frente das casas onde estavam homiziados. Mas o estudante A. S., que jamais tomou parte no motim ginásiano de 1930, entendeu de tomar desforço contra o português proprietário do botequim “O Pimpão,” porque havia sido esbordoado, flagrado em emprenhar a máquina caça-níqueis, introduzindo moedas de cobre e de zinco, tampas de cerveja amassadas etc.

Depois da guerra até os covardes são heróis, reza o ditado popular. A. S., armado até os dentes, marchou para o botequim, e lá promoveu desordens com seus parciais, pretendendo arruinar a si-

nagoga do lusitano. Houve, de fato, prejuízos, com mármore quebrados e garrafas estilhaçadas nas altas estantes, mas A. S. não saiu contando vitória. Eu comandava o Corpo Auxiliar de Polícia Ginásiana, e fui alertado para a manobra do arruaceiro. Reuni alguns bons companheiros e prendi A. S., Vaca Brava, Mário Bacalhau e outros, confiscando-lhes fuzil e sabre-baioneta, metendo-o sem mais aquela no xadrez da Polícia Civil, cujo chefe era o Dr. José Pais de Sousa Brasil. Dali A. S. foi entregue ao irmão mais velho, que o remeteu de castigo para os seringais de Carauari. O resultado de toda aquela presepada foi que a família do “revolucionário” de ocasião foi obrigada a indenizar todos os prejuízos exigidos pela vítima. O português, depondo na polícia sobre as atividades escusas do mocinho, agitava os braços cabeludos e gritava:

– Ai! O bintenero! Ai! O moedeiro falso que me estragou o negócio...

LATIM ERÓTICO

O estudante M. B., filho de professor, não era aquilo que se esperava, um bom exemplar de vocação para os livros. Educado na convivência diária com os pais, adquiria hábitos de correção que superava a todos nós. O M. era incapaz de nomear o colega pelo nome de batismo, era sempre pelo de família. A mim chamava Monteiro, a outro Pereira, a outro Resende etc.

Não tomava parte nas atividades ruelas, não formava rodas de anedotas, terminadas as aulas ele partia direto para casa. Brasonavam-no com vários codinomes: Burro Branco, Enferrujado, Bituca, Surubim Catita, Pintado, Gato Malhado, mas evitavam contrariar-lhe, porque então ficava vermelho e seria capaz de cometer um desatino. Bom colega, ele revelou o outro lado de sua psicologia difícil, na gloriosa tarde de 12 de agosto de 1930, assumindo uma atitude francamente belicosa contra a Polícia Civil. Foi para o xadrez, onde permaneceu agitado e casmurro, até perto

de meia-noite, quando o pai foi recebê-lo das “caridosas” mãos do delegado Cruz Camarão.

Seguíamos na etapa final de conclusão do curso, e muitos dos colegas estavam de viagem marcada para o Rio de Janeiro, a fim de tentarem Medicina, Direito, Politécnica, Marinha etc. Edmundo Fernandes Levy e Alzir Câmara iriam lecionar no colégio Cardeal Pais Leme, de propriedade do português Antóvilva Vieira (ele não sabia se com /a/ ou /o/), pagando assim a hospedagem.

O M. B. tinha o vício de sentar-se atrás do companheiro que melhor soubesse a matéria, durante as provas escritas. Era a última prova, de latim, disciplina em que tropeçava mais do que nas outras. Sentou-se atrás do Alzir e passou a enfezá-lo, exigindo-lhe ditasse a tradução do Aulo Gelo. Como o Alzir não atendesse, ele meteu-lhe a caneta nas costelas e bramou raivoso:

– Passa, desgraçado!

Acicatado, o Alzir não teve dúvida:

– Escreve Burro Branco: *Pompeia, aquela mulher sensual de seios de alabastro e pernas piramidais, só tomava banho em leite de jumenta a fim de conservar a plenitude de suas carnes que fizeram perder a cabeça de Cípião, o Africano, de Catão, o herói manchego, de Cícero, o poeta que lhe dedicou um famoso livro chamado “Arte de amar”, de Nero, e de outras sumidades históricas. Foi Pompeia quem estimulou a célebre guerra de Troia cantada por Homero no seu grande livro e morreu no patíbulo, tendo a bela cabeça decapada por golpe de cutelo, em Paris, durante a Revolução Francesa, de ordem de Napoleão Bonaparte.* Faz ponto final, Burro Branco, porque eu vou entregar minha prova.³

Entregue a prova, o Alzir escafedeu. O padre Monteiro (Letícia cognado, pelas suas cóleras repentinas) costumava entregar as provas corrigidas aos alunos, a fim de que eles verificassem seus erros e se corrigissem. Entregou a todos, menos a do M. B. Este ficou vexado, rubro de despeito, e reclamou. O padre, muito calmo, disse:

3 O professor padre Manuel Monteiro (não era meu parente) não exigia na composição mais do que seis linhas, se o trecho fosse vertido. O Alzir era filho do jornalista e poeta Levy Assis.

– Sua prova, seu M., eu me reservo o direito de mostrá-la a seu pai. Mas fique certo de que está reprovado. Isto é o máximo que eu posso fazer pelo senhor, porque o certo era enviá-la para o Ministério da Educação.

O Alzir fez bem em desaparecer de circulação, porque o M. andou prometendo arrancar-lhe o coração pelas costas.

Nesse ano, o quinto, eu fui também reprovado em Latim, mas por falta de frequência, de sorte que fiz companhia ao M. numa segunda época melancólica, antevisão da saudade daquela agitada vida estudantil que iria deixar.

O M. B. formou-se em Direito pela nossa Faculdade.

BABAÇU FOLGAÇÃO

Quando em entrei no Ginásio Amazonense Pedro II, em 1925, já lá andavam dois famosos vadios, Afonso Cleómenes Borba e Joaquim Gonçalves, inseparáveis amigos, o segundo mais conhecido por Babaçu. O agnome vinha da circunstância de introduzir o fruto da palmeira em todas as produções agrícolas dos Estados brasileiros. Eram dois tratantes que animavam a vida boêmia daquela época em que o estudante ginasiano detinha um prestígio absoluto, era respeitado e impunha-se por dois argumentos simpáticos: a solidariedade nos confrontos e a cortesia admirável para com o próximo. Quanto ao aproveitamento intelectual, é duvidoso que os dois mantivessem um nível compensador, mesmo relativo, que se equiparassem, por exemplo, ao do estudante Arthur César Ferreira Reis, que se iniciava no conhecimento e na exploração dos quadros históricos do Amazonas. Contudo, os dois concluíram o curso e se mandaram para o Rio de Janeiro, a fazer Medicina. Do Afonso Borba nada consta nos meus registros, perdeu-se no *maremagnum* daquela absorvente boêmia. Babaçu formou-se em Medicina, casou-se e eu fui encontrá-lo em Porto Velho, à testa do serviço médico federal. Ele era irmão mais novo

do médico amazonense Dr. Paula Gonçalves, uma família tradicional no Amazonas.

Babaçu era de estatura mediana, moreno claro e pesadão. Tinha um cacoete na loquela, falava entre os dentes e gaguejava um pouco. Era de índole alegre, comunicativo e prestativo, mas não perdia a oportunidade de ser faceto. Lembro-me de que numa parada de Sete de Setembro, o Babaçu inventou de tocar cornetim, na banda militar do Ginásio. Tudo muito bem, o cornetim era um instrumento aerófono de cobre, menor do que a corneta. Mas o sucesso do improvisado foi uma epidemia de risos e de assobios da parte do povo acumulado em frente ao Ginásio. O tocador seguia tão entusiasmado com a sua performance que não se deu conta de que a banda silenciara e ele continuava com a boca no trombone, bochechas inchadas.

Nas festas promovidas pelos alunos, no pátio, o Babaçu fazia questão de vestir-se de mulata e requebrava muito bem.

DETETIVE MALSUCEDIDO

Conheci-o pessoalmente: era um homem de cor, retaco, perneta de um olho, que abusava impavidamente da paciência do próximo consumindo uns trabucos fedorentos de cem réis. Chamava-se Edgar Freire e residia com a família na Cachoeirinha. Quando de folga não queria ser incomodado, não atendia a nada que se relacionasse com a Polícia Civil onde estava lotado. Edgar Freire era um sujeito precioso, e talvez encarnasse o verdadeiro tipo de cão de fila no meio daquela gentinha analfabeta e rude. De poucas palavras, era, contudo, muito cortês, sisudo, e jamais portava arma de fogo nas suas operações de caça. Edgar Freire não prendia bêbado, não acudia a tumultos rueiros, e um dia foi censurado porque estava em casa, de folga, e não deu o ar de sua graça ao pavoroso incêndio do Foguetearia Iracema, a dois passos de sua querência.

– Negócio de fogo é com bombeiro, eu sou detetive.

A sua maior decepção como polícia aconteceu, dizia, quando ingressara no ofício. Fora destacado para vigiar e prender casais de namorados que seguiam preocupando os moradores da Vila Municipal Operária. É que na esquina das ruas Teresina e Maceió, fora começado o palacete Constantino Nery, e abandonado, ficando de pé somente as paredes até à cimalha. No meio do que seria o salão nobre cresceu uma castanheira, cuja copa ultrapassava a massa de cantaria de pedra. À noite aquilo servia de refúgio a casais predispostos, e as famílias reclamavam, exigiam pôr cobro à imoralidade. Edgar Freire aboletou-se na taverna da esquina, com o único mirante pregado no vulto sombrio do palacete mal-assombrado. Como não bebesse, vingava-se mamando aqueles charutos negros de tostão, empestando a atmosfera de fumaça tóxica. Sua espera não foi infrutífera, lá para as dezesseis horas uma sege de praça desovou um casal que logo sumiu no brejo. Ele aguardou um quarto de hora, para agir, dando tempo ao casal de acomodar-se na pensão do calango. Quando pensava em flagrá-los, um segundo coche, daqueles fechados, estacionou na frente do palacete e outro casal sumiu no escuro.

– Ótimo, assim eu apanho quatro coelhos duma vezada.

E partiu. Estava munido de lanterna, mas só fez luz depois de cautelosamente haver contornado a massa pétrea. Divisou uns vultos que se arranchavam para o deleite, espichados no capim. Premeu o botão e o feixe de luz revelou uma dona de boa aparência, na posição “à missionário” (decúbito dorsal), e o galã, de calças arriadas, ajumentado sobre.

Edgar Freire apagou a luz e retirou-se, compelido por um sentimento de nojo misturado com respeito. Era a esposa do chefe de Polícia, com seu amante, o subdelegado. Foi a primeira vez que o detetive considerou-se vencido.

CONSOLADORA DOS TRISTES

Existem mulheres que parece foram talhadas para o ridículo, principalmente quando se desviam das funções caseiras para aumentar o rol das *bas bleu*. Conheci uma, portuguesa de nação, separada do marido, muito atirada, bom par de dança e habitué de tudo quanto cheirasse a dançará. Podia não ser encontrada à missa, mas numa festa sua presença era lugar comum. E disputada porque, além de jovem e possuir carnes, era atraente, comunicativa, e até compassiva para as maliciosas conversas de pé de ouvido. Chamava-se F., e andava sempre pajeada pelo irmão mais novo, um A. de alcunha “Meio Quilo” porque de estatura meã.

À altura de 1932 começou a circular o jornal humorístico *O Guri*, de propriedade do “jornalista” M. G. Não era o único que circulava aos sábados, pois havia a veterana *A Sereia*, de outro analfa de nome A. de O. Os dois “jornalistas” nada escreviam e os jornais viviam à custa das “trepações” que os colaboradores enviavam, de graça. Uma das colaboradoras (cola-borrador, dizia-se) era a senhora F., que assinava um palmo de futilidades, sob o garrido pseudônimo “Consoladora dos tristes”.

Nos artigos ela prometia dar alívio aos padecentes do mal do amor ou comunicava conselhos, sendo ela própria, dizia, uma vítima resignada. De fato, era resignada, pois não perdia uma festa. O marido morava junto, mas não dormiam no mesmo quarto. É a velha história do marido cuco que deixa a mulher e vai morar por perto.

Na nossa igrejainha noturna da “Leiteria Albano”, rua de Enrique Martins, pontificava um rapaz desequilibrado, de mote Réré, mais interessado em deliciar-se com as piadas do que com literatura, de que não entendia nem cuidava. Era apenas um mirone. Em tudo punha ele admiração: “Mas é mesmo?”. Junto, costumava sentar-se um judeu de nome Mardock, que também se mandou para o Rio naquela fase de arribação que precedeu a guerra. Mardock passou a estimular o Réré metendo na cabeça do tolo a ideia de ir procurar a “Consoladora dos tristes”. Insinuou ser a mulher gentil para com os “clientes” e que havia na sala uma maple macia onde ela, reclinada, chamava aos peitos o pobre derrotado e ali

passavam uma deliciosa noite de fruções libidinosas. Ouvindo aquilo, o Réré lambia os beiços, prelibando a gostosura do amor clandestino fácil. Estimulado, tomou a decisão uma noite e partiu para o entrevero. Foi bater na casa da F, rua do Frei José dos Santos Inocentes, atrás do Hotel Cassina. Veio a deusa abrir e ficou admirada de ver aquela cara abestalhada de bode no cio. O Réré, rodando o chapéu nas mãos trêmulas:

– Dona Consoladora, eu vim apelar para os seus carinhos, pois sou um deserddado da fortuna, um namorado infeliz, toda mulher que arranjo me tomam...

Quem respondeu foi a voz ameaçadora do marido, aparecendo subitamente. Empurrou brutalmente a mulher para um lado e berrou:

– Deixe que eu lhós faço...

E pôs o Réré para fora aos murros e pontapés, tirando-lhe sangue do nariz. Nessa noite a F. teve de consolar-se a si mesma depois da baita surra de cinturão. Escusado é dizer que a turma não esperou o resultado da empresa, abalando da Leiteria.

Havia outra, que assinava “Mensajeira do Amor”. Com esta a coisa foi pior. O namorado ou noivo interceptou certa mensagem assinada Jacinto Leite Aquino Rego e foi ao gogó do diretor do jornal, exigindo o nome de batismo do insolente que propunha a literata *bas bleu* uma noite a Kama. A lei de imprensa proibia pseudônimos sem identidade civil e a revelação da identidade sem autorização judicial. O ofendido foi queixar-se à Polícia Civil, e esta mandou buscar o M. de O. G., que se apresentou com o advogado Dr. Manuel Machado Barbuda. Ficou em nada, mas o ofendido vingou-se aplicando umas tapas na eleita, pelo que, denunciado, foi metido no xadrez. Havia outros que assinavam colaborações (“trepações”, chamavam-se às mofinas) com nomes insinuantes do tipo “Naracha”, “K.C.T.”, “K.T. Espero”.

TIA BIÁ, SEUS ANJOS E SEUS JARAQUIS



Turma da ferrugem, Mario Ypiranga na segunda fila, agachado, segundo da esquerda para a direita

A “turma da ferrugem” do Ginásio Amazonense costumava de vez em quando, após as aulas da tarde, pegar o bonde de placa “Cachoeirinha” e ir tomar banho nos igarapés do Quarenta ou na Raiz. Depois visitava a banca de comedorias da querida dona Beatriz (Tia Biá). Não havia tamboretas para os fregueses, mas o marido dela arrastara um tronco morto de seus quatro metros de longo, que não sendo confortável para nádegas aristocráticas bastava para bundas de estudantes vadios.

A especialidade do negócio da Tia Biá era o jaraqui frito. Frito na hora, com todas as prescrições da receita do caboco. Não faltava o aromático molho de pimenta-murupi e/ou malagueta nem a farinha amarela submetida a novo processo de torrefação. Ela própria ia ao mercado pelas compras, e selecionava os peixes maiores e que porventura estivessem ovados, o que nem sempre acontecia. Para seus anjos ela servia a espécie “pele lisa”, deixando os “pele grossa” para outros, não ginasianos.

O marido de dona Biá era o seu oposto: magro e seco como um tambaqui de cacete, de seu feitio alegre, deliciava-se com as

pillérias dos fregueses. A morena era boa, comunicativa, e tinha o costume de chamar-nos a nós “seus anjos”, carinhosos tuteamento que nos sensibilizava. Cada um de nós comia no mínimo dois peixes, a cinco tostões a cuia. No fim do repasto, dona Biá dava uma toalha limpa, molhada em água de cheiro, para esfregarmos as mãos, e pescava do uru uma garrafinha contendo líquido amarelado e servia meio copito de mocororó, “para ajudar a digestão”. Não repetia a dose, por mais que seus “anjos” implorassem. E aquilo era só para nós.

Às vezes eu tenho lágrimas de comoção, lembrando aquela fase de nossa vida, recordando a dignidade com que éramos sempre recebidos em toda parte, mal grado a insólita agressão de tartufos que não tiveram infância. E lembrando-me da boa preta, acho que ela desenvolvia um senso de maternidade que suprisse a carência dos filhos que não teve.

A última vez que pousamos na sua tenda foi para nos despedirmos. Foi um dezembro de poucas alegrias, com cinco dos nossos diplomados e um na quarta série, Francisco Carioca Benfica. Os demais eram Edmundo Fernandes Levi, Paulo de Tarso Bezerra, Heirocérice Pessoa, Nelsinho Araújo e seu irmão (o Gogó de Guariba), Nelson Cabral e ninguém se sentia com coragem para despedir-se da boa mulher. Enfim, teria que ser. Eu guardo ainda a sua imagem. Agarrou-se a cada um de nós, em soluços, e beijou-nos na face. Não, eu paro aqui, não tenho condições para continuar...

Como nós éramos queridos...

NACOR OU NOCOR?



Plácido Serrano Pinto de Andrade

Era servente no Ginásio Amazonense Pedro Segundo um indivíduo estrábico, sério, sujeito a crises de epilepsia. Fazia a chamada dos alunos, quando o professor não se abalava a fazê-lo. Ficava na porta da sala de aula, e dali resmungava o número. Não gostava de nós, mas nós não alimentávamos nenhuma aversão a ele, pela recíproca.

Mal o Nacor começava a chamada o Aluísio Hugo aproximava-se dele e com um cinismo estudado procurava interromper.

– Eu já lhe disse, seu Nocor, para comprar uns óculos de aumento, você assim não soletra os nomes direito. Deixa ver isto, eu faço a chamada.

Ou então metia a mão no bolso do paletó do Nacor, com uma desfaçatez canalha, procurando “uns níqueis para o café”. O Nacor ficava irritado e ia chamar o diretor. Lá vinha o velho Plácido Serrano. Pois o Aluísio, invés de ir sentar-se, continuava a sua tarefa, agora insinuando observações maliciosas:

– Dr. Plácido, esse menino ainda não aprendeu a ler, está na fase do tatibitate, é conveniente mandá-lo lá para cima.⁴

4 Na parte superior do edifício funcionavam a Escola Normal e o grupo escolar Barão do Rio Branco. Aluísio referia-se ao grupo.

O que mais enjoava o pobre Nacor era a teimosia com que o Aluísio pretendia modificar seu nome de batismo.

– Eu já lhe disse várias vezes que seu nome é Nacor e não Nacor. Nacor foi um figurão do reinado de Nabucodonosor.

A que título o impudente procurava desmoralizar o funcionário? A palavra Nacor é o anagrama de “corno”, e não constava que o Nacor o fosse. Aluísio era um despeitado, não gostava do pobre zarolho por causa das muitas faltas que levava por não estar atento à chamada.

Aluísio veio a descobrir ser o Nacor protestante, por isso um dia fez-lhe umas admoestações jocosas:

– Seu mano, você deve abjurar dessa seita do diabo. O inventor dela, um Lutero, também olhava contra o governo e escapou de ser torrado por um raio vindo do céu. Toma tento, rapazinho, tu ainda usas calças curtas e faz xixi na rede, deixa de andar na companhia do Edésio,⁵ que já está marcado pelo garfo do Belzebu. Domingo que vem eu vou buscar-te para irmos à missa e te confessarás, depois farás a Primeira Comunhão com outras crianças.

Aluísio, acusando-o de haver-lhe surrupiado um livro de latim, o *Cornélio Népoté*. Da discussão passaram ao desforço físico e Aluísio acariciou a face do reclamante com uma bolacha de estalo. Mitritades, que era de outra série mais adiantada, acabava de sair da aula de desenho e portava um compasso. Não teve dúvida, baixou o ferro na cara do acusado, por pouco não lhe atingindo o olho. O ferimento, profundo, abriu uma brecha na região do zigo-ma esquerdo, e a arma ficou pendurada.

Aluísio, mal grado o seu temperamento frio, não teve suficiente coragem para retirar o ferro. Fê-lo o estudante Raul Printes de Lemos. Recuperando-se, Aluísio saiu atrás do criminoso, a deitar sangue e a gemer. E como não conseguisse alcançá-lo, tomou o alvitre de acompanhar os colegas até à “Farmácia Studart”, pelo curativo. Vingou-se, indo vender o compasso à “Mascote”. Esse aluno não primava pela educação doméstica. Um dia apareceu manquitolan-

5 Edésio de Freitas, bedel do Ginásio, chefe do Nacor, era metodista, não batista. Falava inglês fluentemente. Foi o decano dos guias turísticos, publicando um livro *Manaus a tanto por palavra*.

do, apoiado em tosca bengala, queixando-se de calo avariado. Mas veio a descobrir-se que estava contaminado de gonorreia, e foi logo denunciado à diretoria, que o mandou retirar-se, proibindo-lhe a presença nas aulas até curar-se. Reclamando que iria obter muitas faltas, o diretor prometeu-lhe presenças na pajela.

OS TRUQUES DO CALOTEIRO

Conheci de muito perto ao coronel (Guarda Nacional) Francisco Castelo Branco, delegado fiscal de Mato Grosso em Manaus. Por várias vezes fui seu vizinho, amigo e colega dos filhos Francisco e Paulo. Francisco foi aquele ginásiano que enviou as barbas de presente ao professor Dr. Antônio Teles de Sousa.

O Dr. Castelo Branco possuía ainda duas filhas, uma delas normalista e a mais velha, excelente pianista, noiva há dez anos com um pilantra que não se decidia pelo *cojugo vobis*. Ultimamente residia ele na rua do Barroso, à ilharga do edifício-sede do Rio Negro. Era conhecido em Manaus como o maior caloteiro de sua espécie. Cozinheiras só permaneciam no emprego três meses, eram perseguidas de um lado pelo calote e do outro pelos dois rapazes. O velho não dava importância ao comportamento estúrdio dos filhos machos, só importavam as fêmeas, a quem era necessário vestir pelos padrões do *grand monde*, fazê-las presentes nas reuniões sociais, casar com a devida pompa, de véu e grinalda, não fosse ele coronel e delegado fiscal.

Era formado em Direito e podia sustentar uma palestra em nível médio sem desafinar o cavaquinho. Mas não sabia encaminhar os filhos machos, pois era do tipo “fala manso”, e ele mesmo dava o mau exemplo caloteando a todo cristão, só não o fazendo na casa porque esta era paga pela repartição.

Eu estava uma tarde lá, à espera do amigo Francisco, quando o fornecedor de pão, um galego bem empenado de cara, foi introduzido. Vinha cobrar nada menos do que seis meses de for-

necimento, e já o havia feito várias e múltiplas vezes. O coronel, balouçando-se na cadeira, com a voz mansa e pacífica:

– Ó, meu amigo, sente-se.

E gritou para dentro:

– Alina, minha filha, vem aqui, está cá o nosso amigo Antônio, vem distraí-lo com um pouco de música...

O pobre padeiro ainda tentou renovar a cobrança, mas o coronel levantou-se e disse solenemente.

– Seu Antônio, fique ouvindo a boa música, que acalma os nervos, pois com muita pena tenho de deixá-lo, vou retirar-me a serviço.

O jeito do padeiro foi ouvir música, atraído não pelos acordes, mas pela simpatia da prendada filha mais velha.

MAÍNO MAIA DA GAMA

Era eu professor de Geografia Geral no Colégio Estadual do Amazonas e tinha certa dificuldade em manter um nível razoável de conhecimentos na faixa etária dos onze aos quinze, faixa que representava a enorme quantidade de matriculados na primeira série ginasial. Numa dessas classes do turno matinal havia um rapzinho moreno e magro, de aspecto sadio, mas de caráter dissimulado. Chamava-se Maíno Maia da Gama, e o nome sempre me lembrou aquele capitão “agarra índio”, em alguma coisa responsável pela prisão de Ajuricaba.

Maíno me tinha em muita consideração, sabendo que eu era dos poucos professores que não toleravam insubordinação de aluno, fosse quem fosse, tivesse ou não bigodes. Era, porém, um aluno negligente, distanciado das obrigações escolares, e muito ativo, espécie de ovelha negra quando não havia alguém tomando conta do rebanho. Não era malcriado, insolente, e até polido, saudando os mestres com respeito.

Uma manhã, com a sala sem professor e sem vigilância, o Maíno resolveu comemorar os seus dez anos de permanência heroica

na primeira série ginásial. Eu só conheci no meu tempo de estudante a um caso mais ou menos igual: o de Waldemar Henrique dos Santos, marcando passo durante seis anos na primeira série. Porém o Maíno bateu o recorde. E não era porque fosse tapado. Ao revés, era inteligente demais. É que ele gostava do Ginásio e tinha pena de “deixar os colegas”. Não comprava livros, não levava nada, nem cadernos nem lápis. Ia só com a cara, e não cabulava aulas. Sua frequência era cem por cento.

Para comemorar o grande evento, Maíno subiu na cadeira do professor e começou um discurso laudatório, em que se ufanava de ser decano dos vadios, um padrão digno de ser imitado. Foi aí que primeiro ouviu-se um estalo, a que o inflamado orador não deu atenção, e em seguida o móvel desmilinguiui, atirando o vitorioso orador no chão. Estrondosa gargalhada saudou aquele final burlesco, e os alunos passaram à turbulência, danificando a fazenda alheia. Acudiu logo o inspetor de alunos, o Cangalhas (ex--jogador de futebol e sujeito duro no respeito à disciplina), pegou o Maíno pelo pescoço e levou-o à Diretoria, que funcionava na parte de cima do prédio. Não me recordo quem era o diretor na ocasião, mas ali mesmo o Maíno foi cientificado de que o seu veteranismo havia terminado e foi mandado para casa. A classe foi suspensa por uma semana, não por haver permanecido solidária ao perturbador da ordem, mas pelos danos causados à fazenda pública.

Várias vezes encontrei-me depois, na rua, com o Maíno. Sempre respeitoso, me saudava polidamente, mas eu via no seu ar alegre um tônus de dissimulação.

O INCRÍVEL “DR.” GÓIS TELES

Conheci-o pessoalmente, circulando nos maduros sessenta, sempre gamenha, pintando de branco, bengaloide girara girando segundo a moda, um florão de bogari à lapela, colarinho de pontas viradas e botinas de atacar. Era um gajo de certa maneira simpático, solteirão por conveniência, e residia com dois compa-

nheiros na república por cima da “Casa Dias”, a que ele chamava “Cenóbio” (esquina das atuais ruas do Comendador Alexandre Amorim e de Luiz Antony).

Góis Teles (esqueci o nome de batismo) blasonava de ser descendente de honrada família brasonada, mas seria incapaz de demonstrar os ramos principais de sua árvore genealógica, jamais que sendo maranhense. Suas andanças pelo bairro dos Tocos eram justificadas pela querência dos pais, moradores antigos na rua da Bandeira Branca, onde ele fazia as refeições ordinárias. Frequentava uma casa à rua de Xavier de Mendonça Furtado, possivelmente namorando uma das solteironas de uma família. Góis Teles havia um fraco pelas mulheres, mas só “para passar o tempo”.

O seu cacoete era pretender falar difícil, ilustrando o discurso coloquial com termos e sentenças absurdos, e contar vantagens, exagerar, bater timbó.

Certa feita li um palmo de artigo versando a popular figura do célebre Tenente Nascimã (Nascimento) e o autor, comentava as besteiras daquele militar, atribuindo-lhe o que abaixo se diz e que na verdade saíram da boca do Góis Teles. O caso se deu assim: indo de passeio ao bairro de São Raimundo, uma tarde de domingo, o petímetre teria de atravessar em catraia. Só havia disponível no Porto das Catraias umazinha, e o barqueiro, um preto, cochilava à espera de fregueses. Góis Teles interpelou-o:

– Ó, da costa da África, descendente de Caronte, quanto pedes tu em moeda sonante para me transportares num ápice deste polo àquele hemisfério?

O barqueiro acordou atônito e perguntou:

– O quê, cemitério?

Góis Teles, de volta:

– Ó, se dizes isso por ignorância, trânsito, mas se queres menoscar da minha alta prosopopeia, lasco-te esta bengala fosfórica no alto da sinagoga dessa cabeça raquítica e te transportarei às plagas transoceânicas.

O barqueiro não teve dúvida em segurar as faias e desaparecer.

Meu pai, que relatava essas e outras, ouviam-nas da boca dos dois companheiros de república do pretensioso mulato, os aduaneiros Filobaldo Garrido Teixeira e Periandro (Peri).

Havia mais. Góis Teles era apontador do serviço federal de terras e um dia em que estava de serviço, recebeu do engenheiro superintendente das obras a ordem de manter os homens na periferia do canteiro, enquanto ele vinha à cidade. Góis Teles, com aquela pompa que lhe era peculiar, dirigiu-se aos trabalhadores num discurso impregnado de mal-entendidos:

– Ilotas da república, manda quem pode que todos fiquem na periferia.

E como não fosse de ficar esperando, recolheu-se ao barraco para fugir à soalheira. Dormiu. Lá para o fim da tarde o engenheiro voltou e, não vendo ninguém no campo, indagou do morador, que ajudava no serviço, o motivo da deserção.

– É que o doutor apontador disse que todos estavam de férias...

Góis Teles não era doutor em coisa alguma, mas fazia por parecer que sim, principalmente na roda do mulherio.

Outra de suas fraquezas era a filúcia. Góis Teles gabava-se de ser o querido das fêmeas, o bonitão dos Tocos, o convidado para banquetes de muitos talheres, o envolvido em aventuras noturnas com maridos deprimidos, e o aduaneiro Periandro descobriu que ele andava querendo arrastar a asa para sua irmã, uma bonita professora. Góis Teles não raro chegava sugando os dentes e dando estalos de gozo por haver jantado peru estufado regado a vinho fino. Uma noite ele surpreendeu os amigos com uma história meio complicada, em que atuava uma cascavel, por ele morta no canteiro de obras, e que havia atacado um trabalhador de enxada. Não havia antídoto e um dos trabalhadores aconselhou dar de comer ao molesto pedaços da serpente ou bocados de cocô de gente, acompanhado de copo d'água bem salgada. O infeliz serviu-se da puçanga, e ou porque a bolsa de veneno estivesse vazia ou por causa do sal, sobreviveu e ficou bom.

– Eu morria mas não comia nem cobra nem cocô, garantiu o Góis Teles para os amigos.

Foi o suficiente para os companheiros se decidirem à prova dos nove. Havia próximo ao Dias um prédio de muitas janelas (hoje em completa ruína), de propriedade do próspero comerciante português Alexandre de Paulo de Brito Amorim, dono de

um armazém de “nove portas” na praça da Imperatriz. Quando se passou essa história o comendador Amorim já estava no Oriente Eterno há muitos anos, e funcionava ali a Real Sociedad Española.

Tomava conta do que fora a bela mansão “Bela Vista” um súdito de nome Nóvoa, que negociava as frutas do quintal com os “republicanos”. De vez em quando o espanhol estava mostrando aos basbaques que compravam carne-verde no açougue vizinho, uma cobra de duas cabeças, muito comum, dizia-se, em terrenos onde houvesse formigueiro de saúvas. No meu tempo de menino corria que tal cobra só aparecia na sexta-feira da paixão.

Periandro não gostava muito do Góis Teles, por causa das atitudes deste para com sua bela irmã. Os dois amigos resolveram “dar um ensino” no dom Juan, e para tanto encomendaram do espanhol uma das cobras mortas, aliás, inofensiva. De posse do bicho, Periandro arranjou um caniço, nele estorvando um alfineite. Os três dormiam em redes. Lá para as tantas chegou o Góis Teles palitando os dentes e blasonando dos acepipes jantados em casa do Dr. Fulano. Deixaram-no acostar-se, e quando o viram roncar na digestão dos pirões comidos na casa dos pais, Periandro cutucou-o, tratando logo de ocultar o arpão improvisado. Era exigência do dono do prédio dormir-se de luz desligada, de sorte que o Góis Teles saltou da rede aos gritos, sem saber o que seguia acontecendo. Os dois amigos fingiram despertar e ligaram a luz, mas Periandro apressou-se em descobrir a cobra, que havia posto na rede, atirando-a no chão e lhe esmigalhado a cabeça.

Filobaldo Garrido Teixeira contava a meu pai que nunca vira um sujeito tão amedrontado e chorão, pedindo e rogando médico, remédios, assistência imediata.

– Não dá tempo, Teles, o remédio é aquele: vais comer um pedaço da bicha e um pouco de cocô, depois beberás um copo de água salgada, que o Filobaldo vai pedir ao espanhol.

O Góis Teles, suando frio, amarelo e acovardado:

– Depressa, me tragam os antídoto, corram...

O Góis Teles não soube logo da travessura, mas um mês depois os amigos se surpreenderam com o guarda-roupa vazio e a mala do falastrão levada pelo Nóvoa.

O TENENTE NASCIMÃ

Era mulato claro, dentão de ouro, cabelos ruivos, bostinha de cabra. Circulava fardado e mesmo à noite usava botas de montar, chibata de couro trançado e esporas douradas. Era o tipo acabado do sargentão vitalício, amadurecido na caserna, tarimbado e bronco. Um bom homem, muito polido. Fazia ponto todas as noites no portão do Ginásio, recostado no marco, a açoiar as pernas com o rebenque. Naquele tempo a praça da Polícia (chamada de Gonçalves Ledo) oferecia aspecto urbano digno de uma cidade bem assistida: os tanques eram viveiros de espécies animais e vegetais autóctones, mas havia dois bonitos pavões-reais e uma gruta artificial de pedra-jacaré, que o prefeito de plantão, Dr. Ademar Turi, mandou dinamitar para satisfazer vontade do coronel Barbato, sob a desculpa de que a gruta servia de couro a casais necessitados. Claro que os casais incluíam os próprios soldados. Foi naquela época de irresponsabilidades que aconteceram vários fatos comprometedores do governo fraco do Dr. Álvaro Maia, inclusive o furto dos antigos candelabros Murano, substituídos pelos globos atuais.

O tenente Nascimã era de índole totalmente diversa do caráter do Góis Teles. Este não era tolo nem vulgar, era apenas cabotino e atirado. O outro, pelo contrário, vinha do resíduo do 36.º BC, fizera escala pelos postos inferiores de anspeçada, cabo e sargento, alcançando o comissionado de tenente durante a revolução de 1924. Outros sargentos, que conheci, chegaram comissionados, a capitães. Ele não era *persona grata* na frásica aristocrática dos portadores de espadas. Era rude, e somente a circunstância de circular à noite a pé e de esporas, demonstrava a sua nenhuma compostura mental. Não era atirado. Ficava ali de guarda no portão, mancuringando de longe as mulheres. Àquela altura a “briosa” ocupava o coreto da praça durante as noites de domingos e feriados e o povo acorria em massa a divertir-se, indo e vindo, formando grupos, ou ocupava os bancos de madeira espalhados nas ruas da praça.

Contava-se do tenente uma porção de inconveniências, frutos de sua nenhuma escolaridade: que certa feita, já no crepúsculo vespertino, apanhando o bonde, entestou com uma senhora que

lia uma revista. Com a vontade de ser lisonjeiro, manifestou sua admiração pela capacidade visual da senhora:

– Desculpe, madama, mas a senhora tem um excelente olfato...

Trocava o sentido e a pronúncia das palavras, dizendo “venezuelas” por “venezianas”, e outras. Contava-se também que numa réplica a certo indivíduo que afrontava com o prestígio de “ser formado” respondera altivamente “pois eu sou reformado”.

Os ginasianos gostavam de abordá-lo naquelas únicas oportunidades, e ele não torcia o nariz ao colóquio, porque, solitário como um jaburu, ficava mais à vontade, e até entusiasmado pela preferência.

Acredito piamente que muitas das histórias que se contava a seu respeito sejam apenas reminiscências de fatos já conhecidos com outras pessoas. Dele mesmo o que eu considero prováveis são as ofensas à linguagem e a mania ridícula de superioridade, o dedo polegar metido no talabarte, o gesto maquinal de açoitar as botas e aquelas esporas douradas. No mais, um bom cidadão.

O filho mais velho do Dr. Carlos Chauvin, tradutor juramentado e grande matemático, fez os estudos no Ginásio Amazonense, e o pai mandou-o estudar medicina no Rio de Janeiro. No primeiro ano, tudo correu muito bem, as notícias recebidas eram otimistas. Depois do segundo e terceiro anos a família começou a desconfiar que as coisas não corriam bem nos trilhos e o velho resolveu ir pessoalmente verificar. Chegando ao Rio, foi procurar o filho no endereço, e não o encontrando, esperou. Tarde da noite, entra o Chauvin filho completamente embriagado. Houve as explicações, as confissões, os esculachos e o pai zeloso rebocou o filho de volta porque a santa mãe do Chuvisco havia pedido clemência para o desgarrado. Em Manaus, Chauvin filho continuou a vida boêmia. Bebia de cair na rua. Em 1937 era eu redator-revisor da Imprensa Oficial, quando apareceu o Chauvin dizendo-se contratado auxiliar da revisão. O Almoxarifado da Imprensa Oficial pagava todos os sábados os operários, só os funcionários do quadro recebiam mensalmente. No sábado que se seguiu o almoxarife, Joaquim Azpicueta, começou a rotina às quatro horas, deixando de pagar ao Chauvin. Este reclamou e ouviu que *seu nome não consta da folha*. Foi o bastante: o Chuvisco pegou o montão de laudas e de originais e foi-se, ameaçando o secretário, que era o Sr. Ulisses Pais de Azevedo, o diretor Dr. Washington Melo, o governador em exercício Dr. Rui Araújo, que autorizara o emprego.

Naquela tarde deu de chover torrencialmente e o Chuvisco, que seguia meio encaramujado, foi para o botequim “A Reforma”, tomou outros copos e ensopado como o pinto da estória, sentou-se na calçada da Biblioteca Pública e passou a fazer discursos esculhambativos contra o governo. Não satisfeito, atirou com as provas e os originais de decretos etc. no rego.

O Chauvin filho era magro e alto, de uma magreza idêntica ao pai. E arcava com o mote “Chuvisco”, porque os alunos diziam que ele passava entre os pingos de chuva sem molhar-se. Quando aluno do Ginásio era dos mais alegres e cooperativos.

O Ginásio costumava fazer festas internas, com o propósito sadio de auxiliar as instituições de caridade, Asilo Dr. Thomas,

Casa Fajardo etc. Numa das primeiras festas a que assisti ainda “bicho”, o “cardápio” como designavam os números (quadros) das exibições, falava do *Hércules que iria arrastar um caminhão no palanque*. Havia números de cantos, pantomimas, luta livre, esgrima, recitativos, e uma boa orquestra, além de comes e bebes pago.

Foi cumprido o programa, mas os espectadores esperavam o “prato especial”, a grande prova de força física demonstrada pelo “homem mais forte do mundo!”. E olhavam para o caminhão estacionado perto do palanque, o caminhão que havia transportado meses e cadeiras de ferro emprestadas pelo Dr. Maximino Corrêa, e que esperava para levá-las de volta.

Tocou o sino nos bastidores e com pouco surgiu no palco improvisado um sujeito escanifrado, vestido com um pano cheio de manchas redondas, semelhando pele de leopardo. Fez umas exibições da musculatura óssea, sob o aplauso e risadas, e foi embora. Com pouco aparecia ele com uma grossa corda entre os dentes, e pelo aparente esforço que fazia, parecia de fato arrastar algo pesado, algo que não era o caminhão do Maximino. Mas no fim da manilha o povo viu admirado um longo barbante e depois um carrinho de madeira, de brinquedo. O Hércules, o Chuvisco, ainda deliciou a assistência com novas exibições de sua óssea musculatura e terminou aquela pândega sadia, seguindo-se os comes e bebes, de que se tirava excelente rendimento, depois encaminhado às instituições de caridade.

A CERA

Quando foi instalada em Manaus a Comissão de Estradas de Rodagem do Amazonas, todo mundo viu na sigla um mau presságio: Cera. A voz do povo, que é a voz de Deus, como reza a parêmia, cumpriu-se em toda a linha de montagem daquela repartição destinada a trazer benefícios à economia regional: na máquina administrativo-burocrática e na experiência de campo. Começou pelo sedentário, com o recrutamento de pessoal completamente

alheio à rotina burocrata. Logo de saída foi glosado o pedido de úteis para escritório. A funcionária, analfabeta (o mulherio tomou conta da repartição), fez uma relação que incluía *uma dúzia de lápis bicolor de duas cores, incarnado e azul*.

Contando essas e outras para mim, o professor Júlio Benevides Uchoa (o único homem honesto que havia naquela ratoeira, e dos raros que sabiam ler e escrever) me confessava ter vergonha daquela repartição em que ele vivia a ser incomodado pelos constantes pedidos de socorro dos funcionários, do diretor ao servente, para “endireitar” ofícios, ordens de serviço, relatórios, processos, toda a papelada que expluía da cachola oca de parasitos que viviam suspirando pelo fim do mês. Parece que o rebotalho havia marcado encontro ali, desde engenheiros com diplomas que não apareciam a datilógrafas mais empenhadas em não perder uma sequência erótica de fotonovela do que em redigir uma simples requisição. Foi a época áurea dos Loris Cordovil, dos Antônio Gomes, dos Raul Antony, dos Dolabela Balbi, e de outros “filhos da folha”. Foi a época da sinfrosinia política, do afilhadismo, do empreguismo fácil, do roubo e das falcatruas, e também da arribada dos vindicos que de repente, por um passe de mágica, passavam de miseráveis pedintes a candidatos de cargos eletivos. Foi a época dos milagres, quando alfaiates e sapateiros, gráficos e lixeiros (o escol dos partidos políticos, pobre gente explorada vilmente pelos “otimatos” da cúpula) quando cidadãos analfabetos passaram a pagar caro seus discursos no célebre Poleiro dos Periquitos. Entre os muitos ociosos que mamavam no farto úbere da Cera, havia um já muito renomado falastrão de nome R. A., o autor das histórias incríveis sobre os Carusos e Saras atuantes na época áurea do teatro em Manaus. R. A. era o nababo das “mentiras frescas” que surgissem, pois figurava entre os frequentadores assíduos da Esquina do Fuxico, todas as tardes de todos os dias, excetuando sábados e domingos quando descansava a língua.

R. A. era bem-apegoado, gabava-se da aura que envolvia a família. Era filho daquele João Carlos Antony, que tem nome de rua e foi engenheiro e até responsável pelo aterro do igarapé dos Remédios, na seção entre as ruas de José Paranaguá e Marquês de Santa Cruz, justamente a pior obra já feita no passado. Mas

que se quer? O mano Jojô era nada mais nada menos do que filho daquele célebre corso Henrique Antony, que um “historiador” de fancaria diz haver morrido de morte matada na guerra com o Paraguai, quando o bom Henrique morreu rico e cristãmente na cama, em Manaus.

Além de falar inglês, o “Dr.” R. A. blasonava de “doutorado por Oxford”. E foi com esse título que ingressou no quadro de engenheiros da Cera. O que me admira é o fato de haver à época uma porção e homens dignos e capazes, que se aventuravam a medir terras no interior, como consta dos editais publicados, e recrutava-se um indivíduo costumado ao *dolce far niente*, às rodinhas de boateiros.

Governava o Estado o “Ganso do Capitólio” (Dr. Plínio Ramos Coelho) e sabendo do que ocorria na Cera, mandou intimar o “Dr.” R. A. a apresentar seu diploma da Oxford, no prazo de uma semana, ou seria demitido por falsa ideologia.

CHARUTO E CLARINETE

Era oficial na administração da Faculdade de Direito do Amazonas o Sr. B. M., homem devotado ao serviço, pouco chegado a conversas e muito menos com as duas datilógrafas que enfeitavam a sacada daquela repartição.

O Sr. B. M. era moreno, com vestígios de pretume no cabelo. Que eu saiba, possuía apenas duas péssimas qualidades: mamava uns trabucos baratos e não permitia a ninguém o chamasse “seu B”. Só atendia pelo título “doutor B”. Doutor em quê? Foi a época em que até um João Brandão se fez dentista e teve vários casos na polícia, inclusive graves. Vendiam-se claramente diplomas de Dentista, Agrônomo e Farmacêutico. Uma miséria que obrigou as autoridades a fechar o comércio ilícito que estava engordando a um moço meu ex-colega de Ginásio, diretor daquelas arapucas. Era de lá que vinha o Dr. B. M., como veio um jornalista cearense que se fez gente em Manaus, voltando à Fortaleza transforma-

do em “doutor saca moela”. Era de lá que vinha certo barbadiano ex-lutador de box, que abriu consultório odontológico num galinheiro por cima da estância do Cangalhas. O consultório ficava numa sala sem ventilação e a cadeira era de barbeiro. Não raro a fumaça da cozinha invadia o estreito ambiente.

Um dia o secretário da Faculdade, Dr. Arnaldo Santana Rosas (o Cegonha, por causa do nariz), mandou um servente novato à casa do Dr. B. M. levar certo documento para ser assinado. O rapaz foi e voltou com a declaração de que o homem não estava em casa. “Dr.” B. M. residia na rua de Monsenhor Coutinho, quase perto da avenida de Epaminondas de Melo. Uma boa distância a andar a pé.

– Quem atendeu?

– Um senhor moreno, vestido de roupa de mulher...

– Fumava charuto?

– Fumava.

– É o homem. Volte lá, seu Ernesto, e chame-o de doutor B. M.

Cegonha, que possuía tradição de forreta, deu um níquel para o Ernesto ir de bonde, das linhas Saudade ou Vila Municipal. O rapaz voltou e verificou-se o sésamo. O mesmo “doutor” B. que dissera não estar em casa, mandou o servente entrar pra o seu gabinete e assinou o documento.

Uma particularidade notável na vida daquele correto funcionário público: ele havia sido na mocidade um dos músicos (tocava clarinete) recrutados para compor as orquestras de recitais domésticos no Teatro Amazonas. Ainda tocava, mas em casa.

A ESCRAVA ROUBADA



Dr. Mário do Rego Monteiro

Os escândalos ocorridos no governo oligárquico Rego Monteiro alcançaram os ouvidos do povo e decidiram a opinião pública contra toda a família e o secretariado. Por isso, quando do movimento revolucionário de 1924, chegou-se a tentar pendurar dos postes públicos ao chefe de Polícia, Dr. Mário do Rego Monteiro, e ao resto da canalha que saqueava o Tesouro sob o comando de certo capitão Victor Sobrinho, o mais credenciado corno chefe daquela sociedade corrupta. Publiquei no meu livro *Mocidade viril – 1930 – O motim ginásiano*, um extrato do furto de joias da “Joalheria Biase”, caso que agitou a opinião pública e em que o jovem proprietário foi chamado à Polícia Civil e ameaçado de morte se barulhasse o assalto, com entrevistas a jornais e comentários de rua. Alguns dias depois a polícia devolveu as joias, mas não o nome do ladrão. A relação das joias furtadas vem no meu referido livro.

O caso da escrava roubada se deu numa festa do Clube dos Políticos, pelo carnaval de 1922. A esposa do “capitão” Victor Sobrinho apareceu fantasiada de sultana, portando no braço riquíssima escrava de quatro dedos de largura, toda em ouro maciço, cravejada de diamantes e de pedras preciosas variadas: topázio,

ametista, rubi, esmeralda etc., num deslumbramento que pôs água na boca das outras fêmeas.

Não durou muito para que todo aquele fascínio degenerasse na maior confusão e a festa acabasse com chilikques, prisões e ameaças da parte do negro Calambange (João Chagas).⁶

A esposa do rico comerciante turco A. avançou decidida para a mulher do capitão Victor Sobrinho, e exigiu a devolução imediata da sua relíquia, peça principesca dada pelo marido no dia do casamento, e que fora roubada de sua casa. A outra alegava haver seu marido comprado a joia a conhecido interceptador de furtos, um judeu que andava pela avenida e sempre pousava no café “Leão de Ouro”, onde atendia a pessoas que desejavam avaliar joia ou mesmo hipotecá-las.

A confusão degenerou em crises de choro, chilikques, evasão em massa dos convidados decentes, ameaças do Calambange, mas a joia não foi logo devolvida à legítima dona, reservando-se o marido da outra o direito de *entregar à polícia o problema*. Mera fidúcia, para escapar à reprovação da opinião pública. Dias depois o comerciante Aucar era chamado à polícia e recebido, sob cautela, a escrava. Mas a polícia impôs-lhe o castigo de desaparecer de Manaus o mais breve possível, *a fim de preservar a honra do casal Dr. Victor Sobrinho*.

6 Era um homem de cor, capanga do Dr. Mário do Rego Monteiro. Foi o único sujeito sacrificado pela revolução de 1924, pagando pelos seus crimes e pelos do patrão. Agarrado e metido dentro de um saco, com âncora nos pés, foi levado para a baía de Buiaçu e lá enviado de presente a Belzebu. Sabemos o nome de quem cometeu a meritória façanha, aliás nosso parente distante. A lancha que o levou ainda permaneceu no local vinte e quatro horas, a fim de certificar-se de que o diabo não quisesse aquela pústula e o devolvesse.

Era o mote daquele jornalista Mário de Oliveira Galvão. Assim conhecido porque, quando mais novo, atuava de “doutor dá vida” no enredo do “Pássaro Papagaio.” Mário Galvão era divertido, gostava de pilheriar e dava-se ao prazer de aborrecer o semelhante com ditinhos e gestos de sua inspiração. Quando se encontrava com um conhecido que fosse de sua farinha, perguntava-lhe: – Como tens passado? E se alguém lhe perguntasse como ele ia, respondia, intencionalmente, passando a mão na bunda do interlocutor: – Sempre labutando. Outro costume era apanhar disfarçadamente a mão do interlocutor, pousá-la no seu pênis e dizer: – Por esta você passa, mas não queira outra... Se alguém comentasse seu estado de saúde para melhor, ele não titubeava: – É que o pasto mudou... A reação era imediata e não raro levou murros, mas não se emendava. Parecia que a libido se deslanchava. Calculo se não era influência de sua meninice, quando representava de “Dr. Xoxinha” na dança dramática “Pássaro Papagaio” da Joana Bico. Naquele tempo, pouco se falava de Freud, mas citava-se muito ao italiano Lombroso e seus tipos megalômanos.

ESCOLA NICOLAU TOLENTINO



Foto da sede do Nacional Futebol Clube, rua de Saldanha Marinho.

Foto comunicada pela acadêmica Carmem Nova da Silva.

No início dos 20.^o século, funcionava na rua da Palma (ou das Palmas, hoje de Saldanha Marinho) uma das mais famosas escolas particulares de Manaus, regida pelo competente professor Nicolau Tolentino. Ficava no prédio onde foi mais tarde instalada a sede do Nacional Futebol Clube. Era um edifício chato, servido de pórtico aberto e dotado de amplos salões, bem ventilados. Algumas palmeiras edulcoravam o jardim, amplo terreno que ao tempo da sede nacionalina já havia desaparecido. Muro alto cercava a escola e o portão monumental, apto a dar passagem a carruagens, ostentava nos marcos dois leões unidos por um arco de ferro onde se lia: ESCOLA NICOLAU TOLENTINO. Adiante, onde hoje é a avenida de Eduardo Ribeiro, ficava uma grande praça, às vezes inundada pelo igarapé do Espírito Santo, denominada popularmente largo do Pavão. É que no ângulo da praça ficava a ferraria do português Pavão, ostentando um grande pavão de lata.

Muitos alunos daquela escola sobreviveram até após a Segunda Guerra Mundial, inclusive meu pai, que me relatava suas experiências de menino. Um deles, e que continuou amigo do meu pai, era o professor Coriolano Durand, no seu tempo de estudante

conhecido como Durães. Afrancesou o nome, depois de sua viagem à Europa.

Os alunos da escola “Nicolau Tolentino” estudavam aritmética em conjunto, cantando em tom uníssono. E no meio da cantiga alguns dos mais travessos se contratavam para jogar o pincho (ou pincha) no largo. Mas também não raro vingavam-se do velho que tinha as orelhas pendentes e moles, disfarçadas com a basta cabeleira já embranquecendo:

Um e um – dois
dois e três cinco são
vamos jogar o pincho
lá no largo do Pavão.

E para vingarem-se dos bolos e outros castigos:

Nicolau é muito fino
tem as orelhas de cão
e apesar de ter seu tino
não passa de toletão.

Quem era o responsável pela versalhada? Coriolano (Curió) Durand, que mais tarde seria dramaturgo, contista, poeta de grandes recursos, professor catedrático de língua francesa no Ginásio e autor do vistoso Relógio Municipal e do templo monóptero da praça da Polícia, crismado pelo povo de Cuscuz.

UMA PERMUTA INDECENTE

Conheci-o desde minha permanência no exército, durante um mês. Era sargento burocrático, e à noite estudava na Escola de Comércio Sólon de Lucena, de que veio a ser professor catedrático, por concurso de títulos e provas, tendo como oponente a outro filólogo, Dr. José Martins Santana. Os dois se enfrentaram

em polêmica. Félix Valois publicou depois suas respostas no livro titulado *Arranhões*. Ganhou a cadeira, que ilustrou com sua competência e espírito profissional. Era um homem pequeno, franzino, de fala mansa e maranhense de nascimento. Foi membro da Academia Amazonense de Letras.

Durante o governo muito adocicado do Dr. Álvaro Maia, o Dr. Félix Valois Coelho (era formado em Direito pela nossa Faculdade) foi nomeado diretor da Fazenda Pública. Foi a sua prova de fogo, ir cair naquele covil de ratos onde imperava meia dúzia de amigos do alheio. Félix Valois procurou o governador para queixar-se de certo funcionário useiro e vezeiro em sujidades administrativas, e muito protegido do mano Antônio Maia. Não podia aguentar, como cidadão honesto, as façanhas do grupo que comprava exercícios findos pela bagatela de oitenta por cento e que preferia pagar os fornecedores que largavam gordas propinas aos pobres necessitados. Valois pediu demissão, que lhe foi dada imediatamente, porque o mano Antônio não podia perder a amizade do seu antigo colega de ginásio, e cunhado.

E aquele governador foi o poeta que escreveu a *Canção de Fé e Esperança* (que nunca me impressionou) e era professor de Educação Moral e Cívica do Ginásio Amazonense Pedro II, onde aprendemos grandes lições de altruísmo.

MORTE POR TABELA

O professor Dr. Elmacino de Araújo Filho, de Geografia do Brasil do Colégio Estadual do Amazonas, possuía dois “horários de aula”: num, que trazia no bolso, as últimas aulas do turno da noite terminavam às onze horas; no outro, que sabia de cor, e era o verdadeiro, terminavam as dez. O saldo a seu favor era empregado em aventuras extraconjugais. Mas às vezes ele ia mais além, demorando-se até uma hora, duas, dizendo à mulher que se distraía com os amigos em conversas aproveitáveis. Todavia, a senhora

controlava, como podia, a vida noturna do marido esbórnica. Naturalmente sabia de suas aventuras.

Um sábado a farra demorou, e os três farristas, incluindo o Dr. Moacir Paixão e Silva e se não me equivoco o Dr. Jauari Marinho e duas mulheres erradas, voltavam de Flores, e o carro deveria descer a avenida do Sete de Setembro, rumo à pensão da Lola, mas antes seria desembarcado o Dr. Moacir, que residia num bonito prédio (hoje miseravelmente convertido em depósito de cerveja) da rua do Major Gabriel. Começaram as biraias a discutir, pois desejavam continuar a farra, e quase ao chegar à avenida do Sete de Setembro, a que vinha ao lado do chofer tentou modificar a direção, e o carro desgovernado desceu o barranco, sendo detido por um respaldo do terreno, onde virou. Os ocupantes saíram ileso e o Dr. Elmacino tratou de correr aos jornais, que àquela hora já estavam rodando ou prontos, a fim de impedir qualquer notícia, que, aliás, não foi dada a conhecer ao público.

Enquanto ocorria esse drama jovialesco na margem direita do igarapé, na outra, concomitantemente, uma tragédia brutal desenrolava-se à vista dos madrugadores que se dirigiam ou à missa ou ao mercado. Próximo à cabeça da ponte de Floriano Peixoto (primeira ponte), todos os dias um carvoeiro arrumava as sacas para facilitar a distribuição à freguesia local. Ao ver o carro precipitar-se barranco abaixo, o pobre homem não resistiu à emoção e caiu fulminado por colapso cardíaco. Logo juntou-se muita gente e chamaram o pronto-socorro, cuja sede ficava perto, na avenida de Joaquim Nabuco, na casa que fora do Dr. Hermes de Araújo, advogado.

A família do professor Elmacino não soube do acidente, senão um mês depois, por via do Dr. Adriano Jorge. Vai daí a mulher impôs uma medida drástica: o marido não poderia passar da meia-noite, se continuasse ela o deixaria, não sem antes promover o desquite. Elmacino criou juízo, esqueceu aquele calendário que ostentava na carteira e abandonou as aventuras extraconjugais. Mas não perdeu o hábito de ingerir copinhos de conhaque, sua bebida preferencial.

A qualquer ora que chegasse a casa, Elmacino engraxava os sapatos. Nunca ninguém o viu com os pisantes sujos ou a gravata

mal posta. Certa feita, conheci no Rio sua filha mais velha, que gerenciava uma agência de turismo para o Pantanal. Falei do Elmacino (naquela altura ele residia no Rio, mas nunca o visitei) e do velho hábito. Continuava o mesmo.

O TROMBONE

Quando eu servia no 27.º BC, como convocado, já lá andavam dois bicudos que não se beijavam: o obsoleto sargento poconé Ferrabrás e um jovem voluntário cujo nome não me ocorre, e que acudia pelo mote “Trombone”. A figura pouco simpática e detestada do sargento não nos interessa se não de passagem, enquanto a do soldado raso era mais fascinante por causa de duas virtudes congênitais: falava grosso, com um timbre de voz acima do normal e era (mesmo na frásica de inferior hierárquico), benquisto e aplaudido pelos companheiros de companhia por causa da sua simpatia pelos hinos patrióticos que se cantava em marcha. Principalmente de um hino escrito pelo maestro Milano e com a letra do poeta popular H. V. (Heitor Veridiano), ambos de Manaus. Posto não me recorde mais de toda a letra, os versos principais diziam:

Vamos todos alegres e unidos,
Em defesa da Pátria lutar.
Do Brasil somos filhos queridos
E seu nome devemos presar.

O auriverde pendão do Brasil,
Que nos mares e em terra flutua
Tem em nós cada um um fuzil, coro
Sua glória não *há* quem destrua.

Pela Pátria nós tudo fazemos
Para vê-la *estimada e feliz*,
É por isso que nós defendemos
Os amigos do nosso país.

Foi escrito mais ou menos durante ou pouco depois da Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil mandou uma divisão de cruzadores para ajudar a policiar as costas da França contra submarinos teutos e enviou uma comissão de médicos para hospitais europeus. Em recompensa a França apossou-se indebitamente de quatro mil sacas de café e de quarenta navios alemães aprisionados em portos brasileiros. E mais tarde viria o narigudo general de Gaulle dizer publicamente que o *Brasil não era um país sério*. Sério era ele que fugiu para a África, desmoralizado pelas derrotas.

A inimizade entre o sargentão “Ferrabrás” e o “Trombone” alcançou o clímax quando um recruta queixou-se de haverem abafado um colarinho de sua mala. Por infelicidade estava de plantão no alojamento o praça referido e foi denunciado ao oficial de dia, *por negligência em serviço*. A coisa fedeu porque o pobre “Trombone” achou-se melindrado e estimulado pela injustiça interpelou duramente o sargento que o havia colocado na obrigação de comparecer à revista, às dezenove horas, e de passar a arranchado. O “Trombone” protestou e por isso foi metido no xadrez e obrigado a lavar as sentinas todas do quartel, inclusive a dos oficiais. Aquela era a punição mais sórdida e humilhante que havia, a chamada faxina, pior do que a “solitária”.

Não tenho muita certeza se ele foi expulso com agravante de ser apresentado à Polícia Civil. Nunca mais pus os olhos no rapaz. Porém o que ficou sabido é que ele havia dito ao tenente, quando inquirido: – Eu vim servir minha pátria e não ser criado de sargento analfabeto.

MISS BAIANA OU O BODE CANTOR

Tinha o mote de “Bode”, por causa das barbas incultas que lhe caíam no peito, mas eu li no *Jornal do Comércio* uma referência a certo bode usado por ele nos reclames e que fedia a mais não poder. Percorria todas as ruas de Manaus, inclusive as do bairro dos Tocos, até não meia-noite. Vendia bilhetes da loteria federal e me lembro bem que cantava um ABC dos vinte e cinco zoológicos. É uma pena não havê-lo decorado e minha mãe sabia-o de cor, aprendido em pequena no Ceará. A primeira estrofe dizia:

Avestrus é moça branca
a águia tem a asa preta,
quem joga no burro é burro,
meu palpite é borboleta.

O Bode baiano, também chamado “Miss Baiana”, era dono de uma voz estridente e melodiosa, e bonito era quando dobrava. Deixou de circular pela minha rua no bairro dos Tocos por causa de um cão rueiro que implicava com forasteiros.⁷

Uma noite, para fugir aos assédios do terrível animal, o Miss Baiana entrou na Segunda Igreja Batista dos Tocos, sentou-se e muito gravemente começou a cantar (imitando) o hino. De repente ouviu-se aquele grito horroroso e o reclamista ficou de pé no banco, com o calcanhar sangrando e a gritar por socorro. O caso o havia seguido matreiramente e abocanhara-lhe um dos pés.

Foi um deus nos acuda. Um tumulto que atraiu várias pessoas, mas o cão, apesar de ameaçado, não queria sair da igreja, tentando atacar outra vez. O Miss Baiana saltava, dançava, em cima do banco, pedindo socorro. Naquela altura não havia pronto-socorro público e a farmácia mais cerca estava na avenida de Epaminondas.

Pregando naquela noite o pastor efetivo, Dr. Munguba Sobrinho, e mandou chamar um carro de praça para conduzir a pessoa

7 Fiz a apologia desse cão no livro *Cinopopeia ou a Vida airada de Mc Gregor II*. Manaus: Edições Nheenquatiara, 14, ilustrado, 1988.

molestada. Depois daquela presepada nunca mais o reclamista boiou no bairro.

DONA GERTRUDES PAPA-MISSA

Era uma mulher de sessenta anos puxados, solteirona, carola, que apregoava familiaridades com bispos e padres e se fazia de comissionada para pregar contra a Igreja Batista dos Tocos. Fosse verdade ou não, ela costumava interpelar as famílias que permitiam os filhos brincar de roda na rua e representar o mimo popular “Dalila”.⁸

Gritava histericamente: Ponha um catecismo nas mãos dessas crianças, invés de deixá-las pecando contra a lei de Deus! Não as deixem ouvir as blasfêmias do seu Ludgero.

Aquele Ludgero era referência a Lutero, o reformador. E o pior é que havia no bairro um rapaz operário de nome Ludgero, que não gostava muito da burrice da matrona. Ninguém dava muita atenção a ela, cuja ocupação era viver na igreja, comungando e confessando seus pecados, que eram muitos, falando mal da vida alheia, de porta em porta, desde que o sol raiava até a hora de fechar os olhos.

Aquele cão insubordinado, que revelara muitas facetas da vida íntima de várias pessoas do bairro, conhecia os passos arrastados de dona Gertrudes Papa-Missa a uma légua de distância e saía-lhe no encalço, já de colmilhos à mostra, rosnando bravio. Uma noite em que a distinta se ocupava em criticar malevolamente a “negligência” dos pais de família, bem em frente da igreja, o cão atacou-a de furto, como era de hábito. Dona Gertrudes não teve outra saída que refugiar-se dentro da igreja, o que fez com repugnância, Santigando-se desesperadamente. Salvou-a o carpina seu

8 Reconstituído e publicado com o mesmo nome, com uma informação crítica, em meu livro *Dalila* (mimo). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

Antão, que conhecia a ojeriza do animal pelas trancas, pois fora de uma trancada que ficou mancando.

Acalmou a cólera sagrada de dona Gertrudes, levando-a delicadamente pelo cotovelo:

– Vovó, deixe as crianças em paz, nós gostamos de vê-las cantar. Vá dormir com seus santos e anjos.

Entregou a pobre comissionada pelos bispos e padres aos cuidados de dona Afra, que morava vizinha à igreja. Pois o cão montou guarda na porta, só saindo porque foram chamar o dono, um vagabundo da marca, chamado Wilde, que o levou pela trela.

POR CAUSA DE UMA CAUTELA



Mário Ypiranga Monteiro,
jornalista do Jornal do Comércio.

Era eu redator do *Jornal do Comércio*, na segunda fase, a dos *Diários Associados*, que tinha como diretor ao Dr. João Calmont. Não sei por que cargas d'água certos posudos entravam e saíam do jornal com ares de donos da Fubioca. Um deles era um médico, aquele comprometido com as róseas calcinhas de madame. T. B. A.

Um pobre vendedor de bilhetes de loteria havia perdido alguns bilhetes e fora solicitar uma notícia, a fim de pôr de sobreaviso a população. Eu redigia notícia, mas invés de escrever, como regular, “bilhete” de loteria, escrevi “cautela”. Foi o suficiente para o tal posudo, que eu nunca havia visto mais gordo em jornal, nem assinando nenhum artiguelho em jornal, surgir na minha frente, como um touro bravo ou um Cândido de Figueiredo, a increpar-me pelo uso daquela “coisa errada”, que acintosamente riscara e eliminara do texto, trocando-a por “bilhete”. Minha reação foi imediata, declarando-lhe que não o conhecia como coisa nenhuma ali dentro e que ele fosse tratar de sua medicina, invés de estar metendo a colher na panela alheia.

E como o disse, devolvi-lhe a lauda já composta e ameacei demitir-me. Naturalmente ele pensava humilhar-me. Dali por diante, quando ele entrava no jornal e me cumprimentava, eu não respondia. Um dia o Dr. Calmont procurou-me e me disse que o pretensioso Dr. andava acabrunhado, queixando-se de que eu não o saudava, o que era uma humilhação. Que o desculpasse etc. Minha resposta foi definitiva: que o sabidão pedisse desculpas em público, como havia me ofendido em público. Ele não o fez e eu continuei negligenciando sua pessoa, até que desaparecesse definitivamente do jornal.

O CÃO DO DR. FREITAS PINTO

O Dr. (químico bromatológico) Freitas Pinto era um cidadão inclinado a pilhérias. Lecionava língua inglesa no Colégio Estadual Pedro II, no meu tempo de professor. Tomava parte nas conversas em torno da grande mesa dos professores, e ele também contava anedotas engraçadas.

Contou que possuía um cão de estimação, daquela raça peluda, pequeno e inteligente, a quem ensinara várias habilidades. Um dia o cão apareceu com os olhos inchados e remelentos e ele sisou-o: –vista-se, vou levá-lo ao Dr. Agenor de Magalhães...

O cão pôs-se de joelhos e choramingou: – Não, padrinho, eu prefiro a carrocinha dos cachorros...

Disse-nos ele que havia feito essa brincadeira na “Farmácia Lopes” onde o oftalmologista dava consultas. O Dr. Agenor cortou relações com o Dr. Freitas Pinto.

BUMBALÁ E SEU “CASAMENTO”

Todo mundo em Manaus conheceu a figura popular do Bumbalá, pela sua constante presença na bilheteria do cine Guarany, mancuringando o troquinho dos frequentadores. Também o viram desfilando garbosamente na frente da banda de música da “briosa”, regendo-a a seu modo. O que, porém, muita gente ignora é que a família, aconselhada por médicos, deu-lhe uma mulher para seu serviço de cama. Com essa medida salutar, a doença se atenuava.

Bumbalá gostava de uns longos passeios de bonde e os apanhava mesmo em frente a sua casa, na avenida de Joaquim Nabuco, próxima à rua de José Paranaguá. Às vezes, quem passava por lá o via à janela a mulher, uma sirigaita, apanhada ao ato. Um dia em que ele já vinha no bonde placa “Joaquim Nabuco” (ocupava de preferência o banco da plataforma, junto ao motorista), ao chegar ao sinal (faixa banca no poste) quase em frente da sua casa, o bonde parou a fim de receber passageiro. A “esposa” do Bumbalá estava debruada à janela e ele não teve dúvida em avisá-la:

– Maria, me espera que a gente vai dar uma pimbada...

E exibiu aquele gesto de dedos simulando cavar.

E lá se foi ele pelo seu passeio de bonde. Não houve quem não contivesse o riso.

Bumbalá faleceu depois da Segunda Guerra Mundial. A cidade sentiu a sua falta, porém quem mais sentiu foi a garotada da porta do cine Guarany, a quem ele favorecia com entradas pagas com os trocados que pedia aos frequentadores, na bilheteria.

O estudante da minha turma, Lúcio Rezende, filho do advogado Dr. Análíio de Rezende, ocupava sempre as últimas carteiras da sala, de sorte que se esquivava de ser arguido e entregar-se a outra ocupação enquanto o professor cansava a língua. Geralmente ele levava um romance de aventuras, no caso *Os Predeillan*, de Michel Zevaco, de Ponson de Trrail ou as aventuras do pirata Morgan. Entretanto, o maior interesse do Lúcio eram as fotos eróticas que seu irmão residente no Rio lhe enviava. Um dia em que estava completamente absorvido com um livro indecente, viu petrificado de terror uma mão esticar e tomar-lhe o volume. Era o diretor, Dr. Plácido Serrano, que alertado pelo bedel Edésio de Freitas, foi pilá-lo com a boca na botija.

– Seu Lúcio, pegue seus livros e vá andando... A brochura fica comigo, vou enviá-la a seu pai...

Três dias depois o Lúcio apareceu e nunca mais se distraiu com figuras de casais fazendo amor nu, nem aventuras de piratas e de detetives.

Lúcio Resende formou-se em Direito e chegou a desembargador.

O Lúcio, como o aluno Oyama Ituaçu, não gostava da farda, costumavam envergar farpela de linho branco, e o Lúcio nunca botou o quepe na cabeça, como também havia escapado de frequentar a Escola de Guerra 184, formada pelos alunos do Ginásio. Só andava com o quepe sob as axilas, na rua. E o quepe já não tinha forma, todo amassado.

CINEMA CIENTÍFICO

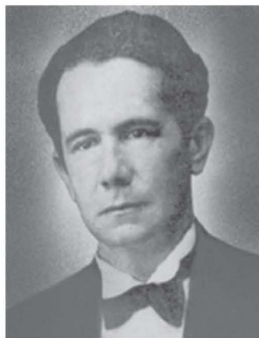


Professor Agnello Bittencourt

Certa feita a empresa Bernardino anunciou muito pomposamente um filme “científico, somente para homens” e exerceu severa vigilância a fim de evitar o “furo” de menores. Para garantir a ordem ficaram dois guardas civis atrás da borboleta. Pois assim mesmo duas biraias da zona estragada tentaram penetrar, sendo postas fora. O cine ficou à cunha. Logo depois de começar, a cena mostrou-se de uma realidade contundente: nada havia de científico e sim muito de realismo: um ladrão assaltava certa casa e na alcova via uma mulher nua na cama. Não teve dúvida e forçou-a, mas ela invés de pedir socorro aderiu de boa vontade ao assalto e os dois praticaram o amor. A segunda cena apresentava um padre e sucedeu o mesmo. Tudo isso debaixo da gritaria dos moleques que encheram a plateia. Foi quando viram um senhor de chapéu à cabeça e guarda-chuva levantar-se e sair dignamente ereto, no escuro.

Era o professor Agnello Bittencourt...

OS ENCANTADOS



Governador Álvaro Maia

Os partidos majoritários do Amazonas, Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Trabalhista Brasileiro (PTB) eram vulgarmente chamados pelo povo gozador respectivamente Libertador, Frasquinada e Petebestas. A luta travada entre eles para a conquista do osso (ou do queijo?) era desigual, sem ética, sem princípios, sem ordem, e quando quem mais soubesse gritar injúrias contra o adversário era quem mais aplausos recebia. Foi a época em que se lavou muita roupa suja, e até amigos e compadres se descompunham em praça pública. O único que evitava manchar a reputação alheia era o Dr. Álvaro Maia. Mas todos eles recorriam aos meios mais diversos para conquistar adeptos. Formaram-se as “jornadas cívicas”, que oxalá o fosse, para lugares afastados como Careiro, Cambixe, Varre Vento, Terra Nova etc. Naquela altura os partidos não rejeitavam o concurso de nenhum grupo humano em que se vislumbresse um voto. Por isso o terreiro da Mãe Joana Galante, no bairro de São Jorge, nos dias de “trabalho” amiudava de políticos onde você poderia encontrar o Dr. Álvaro Maia e seus barulhentos seguidores. Mãe Joana Galante só esquentava tambores para o Partido Social Democrático. Mas não foi esse partido que alvoroçou a vila do Careiro, num sábado, e sim o PTB. Após os costumeiros discursos em que a

lama foi revolvida, as reputações alheias desfilaram a nu, sucedeu uma sessão de candomblé em que se destacava o babalorixá Mestre Sibamba.

Havia em Manaus, ao tempo daquelas palhaçadas, um moço de boa família e até bem empenado de cara, de estatura desempenada e moreno-claro, de nome J. M., estudante de Direito e eterno candidato, jamais que conseguiria eleger-se. J. M. fazia parte da camarilha do PTB (posso no meu arquivo um volante cor-de-rosa com a candidatura do moço) e deitava falação grande nos concílios tumultuosos. Proclamava-se adepto da umbanda, operando naquela faixa dos “bichos encantados”, que só baixavam depois da meia-noite. Entretanto, o J. M. nada percebia da filosofia umbanda, sua função era automática, sentia-se transfigurado depois que o seu mestre, o Exu Tranca-Ruas, caía no terreiro, desafiante e mau.

A coisa aconteceu numa daquelas “jornadas cívicas” ao Caireiro. Corria tudo muito normalmente quando dada a meia-noite os encantados desceram nos seus cavalos, tumultuosamente. Foi a vez do J. M. Transfigurou-se, saltou no terreiro bradando ser o Caboco Mamador. E no ato passou a agredir as mulheres, fossem feitas ou noviças, assistentes ou não, tentando expor-lhe as mamas e sugá-las, o que acontecia de fato com algumas. Já seguia naquele deboche batucado, quando o terreiro foi subitamente invadido por um novo encantado que se proclamava aos berros Caboco Papa-Cu. E fez-se para cima do J. M., agarrou-o pelas costas, atirou-o no chão, caindo em cima. J. M. lutou desesperadamente para soltar-se e quando o conseguiu correu a refugiar-se no camarote da lancha, permanecendo ali até a alva. Às oito horas a caravana suspendeu sua missão politqueira, perdendo o dia e mais uma festança à noite. Nunca mais o J. M. frequentou terreiros. Formou-se em Direito e foi-se para Brasília, porque em Manaus a verve popular não o deixava sossegado.

O Dr. (bacharel em Direito) Vicente Torres da Silva Reis era baixinho, comilão e apegado ao seu *Jornal do Comércio*, na época localizado do lado esquerdo da avenida de Eduardo Ribeiro, número noventa, mais ou menos onde foi a “Farmácia Barreira”, quase à esquina da rua de Enrique Martins. O fundador do jornal fora um jornalista português naturalizado. Depois de instalado o jornal no edifício da mesma artéria, no “Açaizal,” é que adquiriu as linotipos (a segunda frota, porque a primeira foi adquirida por Eduardo Ribeiro para equipar o *Diário Oficial* do Estado) que deram prestígio ao jornal mais lido no Amazonas e com sucursais na “Oropa, França e Bahia”.

Foi quando estava no apogeu da carreira brilhante de “jornalista festejado”, que o Dr. Vicente Reis achou de entrar na política, pelo lado esquerdo, isto é, pela oposição. Candidato a deputado estadual, foi eleito com “expressiva votação”, mas a sua frásica politiqueira não o ajudou muito, arranjou inimigos que hierarquicamente vinham do governador ao mais baixo salafrá da Polícia Civil. O governador era então o “Vatapá de Suíças”, codinome do médico Dr. Jônatas de Freitas Pedrosa, baiano de nação e dominado pela prole que ditava ordens no palácio e desordens na via pública. Ameaçado de pau e de ter a redação varrejada pela polícia à paisana, o Dr. Vicente refugiou-se no lugar mais próximo do jornal e menos perigoso, que foi à casa do seu amigo o comendador Antônio de Matos Areosa, vice-cônsul de Portugal e representante-gerente das duas mais fortes companhias de seguros, a “Sagres” e a “Aliança da Bahia”, ambas em prédio de sua propriedade, situadas bem mesmo ao lado da polícia, à rua do Marechal Deodoro. Durante três dias e duas noites ficou o Dr. Vicente Reis homiziado ali, garantido pela circunstância de “território neutro”, inviolável. Mas o jornal chamava-o, não podia deixá-lo entregue à visão pouco esclarecida (esta sempre foi a opinião do jornalista a respeito do mérito dos seus

devotados auxiliares)⁹ do Dr. Antônio dos Passos Gomes. Por isso determinou fugir logo que a noite baixasse. A casa nobre do comendador Matos Areosa ficava na rua de Vinte e Quatro de Maio, mística a do Dr. José Pais de Sousa Brasil, advogado, e muito perto da do deputado Dr. Antônio de Sá Peixoto, seu inimigo figadal, até à morte.

Fugiu. E como fugiu di-lo melhor as picuinhas que circularam em volantes impressos, depois da patuscada. Eu não sei se o leitor está a par de que o Dr. Vicente Reis havia escrito farsas que foram bem recebidas pelo público no Rio de Janeiro e servido de delegado auxiliar na polícia daquela cidade, quando teve oportunidade de escrever um folheto versando a gíria dos ladrões daquela capital. Estava, portanto, o jornalista no seu metier.¹⁰

A versalhada abaixo nos foi comunicada pelo Dr. Pais Brasil, quando professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito.

Vicente Reis, o embusteiro,
escapou dos seus apuros
porque usou o roupeiro
da madame dos seguros.

O Vicente deputado
Que não gosta de biraias,
Escapou todo cagado
De chapéu, sombrinha e saias.

Com uma barriga de meses
E uns peitos monumentais,
O Vicentina das reses
Fugiu dos policiais.

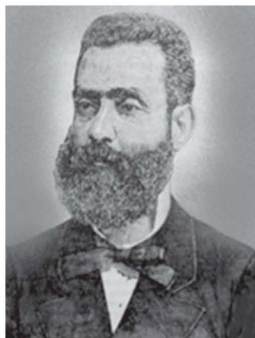
9 Até as menores notícias sociais, registros policiais etc. passariam pela sua censura. Às vezes ele riscava para escrever depois a mesma coisa, mas era fatal a emenda. Não noticiava eventos de pessoas adversárias, nem para deplorar a morte.

10 Foi em vão que pedi ao filho, Dr. Artur Reis, que publicasse as farsas e o vocabulário.

Pelo menos da Polícia,
Com uma barriga à altura,
Não havia quem malícia
Suspeitasse da impostura.

Por isso escapou do oega
E de mais alguma cousa,
Que lhe armou o delega
Raimundo Lopes de Sousa”.

COCO BABÃO



Dr. Aprício Martins de Menezes

Quando eu era menino era também familiar no bairro dos Tocos a figura esquipática de um cidadão a quem motejavam de Coco Babão. Ele mercava bucho por todas as ruas, em tabuleiro, mas pelava-se por uma conversa fiada, de que se furtavam as pessoas, prevenindo-se contra as cuspidelas e a baba que lhe valeram

o codinome.¹¹ Residia na calçada alta do célebre beco da Bosta, decentemente predicado com o nome de sua primeira moradora, senhora Carolina das Neves.

Parece que o galardoado era o patriarca de uma família de sobrenome B. e de um ex-embarcadiço, L. G. B., que mais tarde apareceu arvorado em jornalista opositor, proprietário do jornal *Correio de Manaus*, onde exerci as funções de redator-chefe. Foi em conversa com este que vim a saber serem primos legítimos. Então a família B. era marcada pela tara, porque o Coco Babão não parecia de sua natureza e comportamento muito equilibrado. Falava grosso, com acento meio cantado, e, no entanto, não parecia inclinado a atos de violência.

O eixo da rua havia sido transformado em tremedal perene pelo hábito desleixado dos moradores, que nela deitavam águas servidas e lixo doméstico, de sorte que o tráfego ordinário só poderia ser feito pela calçada alta, que corria da Bandeira Branca para a rua de Xavier de Mendonça Furtado. Nessa calçada, em modesta casa de taipa, é que residia o Coco Babão.

O Coco Babão deveria ter alguma relação com a tese de Lombroso, pois suas características somáticas (o crânio ficava para a interpretação frenológica de Gall) indicavam uma personalidade fora do comum: era baixo, grosso, careca, e com a dentadura acavalada.

O Coco Babão parecia ser um pai diferente dos outros, pelo menos assim o demonstrava publicamente fazendo rodar pela larga calçada das Treze Casas o carrinho de madeira. Era um veículo tosco, aproveitado de caixa de Leite Nestlé montada sobre quatro rodas e tirado à corda. Do bebê de um ano, mais ou menos, só se via a cara rechonchuda e séria. O pai era afeiçoado ao filho de uma maneira talvez extravagante, pois fazia parar as pessoas a fim de perguntar se “não era a cara do pai” e outras leseiras. Dava-se de encontrar uma dona à janela, parava para fazer a apologia do manhoso rebento: – Meu fio, amostra a piroquinha pra moça. Ou se era macho: – Meu fio, dá uma banana pra ele.

11 O coco babão é um fruto mais ou menos como o tucumã, de polpa mais espessa e mole como a casca. Come-se esta, e ao mastigar-se, a saliva produz uma logobrea digerível.

Toda criança é bonita até aprender as primeiras pornofonias. Mas o garoto era de fato simpático, branco como o pai e como o pai careca e banguela. Enquanto o carrinho estivesse circulando o ocupante mantinha-se calado e bisonho, mas era só parar e ele abria a boca no mundo.

Numa tarde em que saiu a passeio com o filho naquela estro-venga pintada de verde, justo em frente à residência do advogado e jornalista Dr. Aprígio Martins de Meneses, verificou-se o incidente que abalaria o falso sossego da rua, pondo em polvorosa a republicanos e filisteus, porque criaram-se de repente duas correntes de opiniões, uma defendendo os “direitos” do advogado e a outra pugnando pelo “massacre” sofrido pelo B. filho implume.

É que lavava-se o assoalho da casa do ilustre jornalista da situação, dono da revista *Cá e Lá*, quando passava a charola do Coco Babão e a fregona, naturalmente sem más intenções, lançou uma vassourada de água suja pela porta escancarada, indo atingir o ocupante do carro e as calças do B. pai. Um balanço trágico. Acontecimento inusitado, mas na verdade era da praxe as famílias baldearem as moradas de casas todos os sábados pela manhã, ou ao menos uma vez em trinta dias. E não o faziam somente por uma questão de higiene doméstica, era um ritual para espantar as bruxas que costumam descer nos sábados com suas vassouras mágicas e varrer o lixo da porta da rua para a cozinha. Por isso as famílias faziam o contrário, despejando a água suja para a rua.

A reação do pai foi imediata. Varou a casa, e tomando a vassoura à criada estupefata, sovou-a de rijo, quebrando o pau nas costas da desgraçada. Daqui que acudissem estava consumada a vindita. O espetáculo atraiu dezenas de curiosos, vizinhos de todos os lados, e dali as opiniões quase passavam às vias de fato, tendo havido alguns murros por conta do partido “não”, o que advogava a agressão à doméstica. Os murros foram trocados entre o Zé Fernandes, o dos tamancos, e um dos Paixão, veterano em arruaças. Foram à polícia, naturalmente, mas não conseguiu ler nenhuma notícia nos jornais da época. Creio bem que a pedido do Dr. Aprígio. A partir daquele entrevero, o Coco Babão deixou de passear o filho pela calçada larga das Treze Casas, mudando de

itinerário. Mas não esqueceria nunca o ter sua casa invadida pela polícia e ido bater com os costados no xadrez.

O Coco Babão não teve de esperar muitos anos pelo desforço. Em 1924 a revolução chamada do “tenente Ribeiro Júnior” (deveria com mais justiça chamar-se do tenente Barata) andou pedindo contas aos “decaídos” e a malta dos arruaceiros e aproveitadores passou a destruir a propriedade alheia, com a finalidade de roubar, alguns, e outros a de humilhar aos dinheirudos. Depois de empastelarem o patrimônio gráfico da revista, os amotinados lembraram-se de queimar a casa do Dr. Aprígio Martins de Meneses e para lá partiram, mas não conseguiram o perverso intento pela interferência do exército, avisado a tempo. É que numa das últimas casas do grupo havia uma república de sargentos, de que me lembro bem os de nome Arnaud, Dubois e Nazaré. Acionado um pelotão armado do exército, os manifestantes viram-se proibidos de ao menos chegar à calçada. A família foi retirada sob vaías e a casa ficou defendida por mais de três meses. Foi naquela conjuntura que os partidos do “sim” e do “não” se enfrentaram aos murros e bofetes.

Mas não foi somente por influência dos militares que a casa não foi queimada: é que naquela altura o Dr. Aprígio tinha um filho já oficial do exército, Márcio Meneses, que já nos dias atuais foi coronel comandante da PM.

Não é engraçado que justamente o Sr. L. G. B. houvesse “herdado” aquela sucata do grupo de trabalho que se comprometeu a auxiliar o velho Sérgio Cardoso na recuperação do rebotalho que fora a próspera revista *Cá e Lá*?

O grupo de trabalho era composto de gráficos experimentados: Silvestre Cyrne, que se aposentou como paginador de *O Jornal e Diário da Tarde*; Idelfonso Pinheiro, tipógrafo; J. Pimentel Gomes (o mais competente deles), mestre das oficinas da *Livraria Palácio Real*; um tal Câmara, tipógrafo da *Livraria Clássica*; um Pasquarelli, impressor; e um tal Jovino, que ficaria de sócio do ex-embarcado L. G. B. e largaria para este o negócio, por preço de banana. Parece que a banana andava muito ligada à família B., porque aquele Coco Babão filho passou a ser lembrado pela malta de vagabundos pelo mote Zé Banana.

No início da rua da Indústria, bairro de Nossa Senhora Aparecida dos Tocos, dando para a praça da Escola, e frente para o boteco “O Gato Preto”, morava uma dona de nome Iracema (Iaiá) Madeira. Sua simpática figura era ponto de concentração das atenções, mesmo femininas, porque de fato ela exercia uma espécie de fascinação emergente da languidez do olhar e do sorriso discreto com duas covinhas na face. Era do gênero mulato, porém a cor da pele não tinha aquele tônus do chocolate suave, era uma nuance de castanha, noz do Brasil.

Eu era menino de calças curtas, animador frequente do paca-to ambiente do bairro, conhecia toda gente e era conhecido por muitos, dava conta de fatos acontecidos a um quilômetro de casa, o que deixava minha mãe confundida e preocupada. Eu participava. Pescava e nadava nos igarapés, morcegava bondes e caleças, seguia na embirrica de bumbás e cordões carnavalescos, dançava nas festinhas, declamava, cantava músicas brejeiras, empinava papagaios de papel, jogava pião, bolinha de gude, era convidado para integrar cordões de pastorinhas (fazendo papel de galego), serrava, martelava, desenhava à mão livre, pintava o sete. Minha primeira grande aventura foi aos cinco anos, quando atrolei o bonde de chapa PLANO INCLINADO, o que me deixou um saldo bastante oneroso: ainda tenho a cicatriz da operação no ombro direito, o quadril e o pé do mesmo lado molestados e uma cicatriz na cabeça.

A Iaiá Madeira valia-se das minhas experiências e me atraía, recompensando as horas que a divertia com paneiros cheios de goiabas, araçás, sapotilhas, ingás, que eu mesmo colhia no seu quintal, e com terrinas de compotas de caju, de taperebá (cajá) etc.

Era casada com um embarcadiço de nome Juvenal, também moreno e dono de umas olheiras arroxeadas, provenientes de vigílias na praticagem. Não conversava muito, mas não me evitava, aliás, não parava em casa quando em terra, gostando da camaradagem dos de sua laia, pois era habitué dos bares do porto, naquele tempo conhecidos por “Yara Bar”, “Bolsa Universal”, “Pavilhão”. Ela parecia ser figura indispensável no quadro que confinava com

a pracinha da Escola e a chafarica “O Gato Preto”. A freguesia do estabelecimento compunha-se de gente amante do gamão, do baralho, da dama, do dominó, espalhada na calçada, que fazia tudo para atrair sua atenção. Mas dona Iaiá não se preocupava com exhibições de ociosos. Não há exemplo de haver dado trela a machos ali na janela. Por isso resultavam infrutíferas as tentativas do pernambucano José Fernandes, o da boca lascada, em fazer notar-se contando bravatas. Como não pegava aquilo da Maria Pinga Fogo ficar de plantão até duas da madrugada. A Iaiá era mesmo intangível nos seus vinte e cinco anos de comportamento doméstico. E só saía de casa aos domingos, para a missa.

Dona Iaiá explorava a minha traquinagem, pedindo-me para trepar nas árvores e colher mangas (rosa), cajus, goiabas, araçás, taperebas (cajás), com que fazia saborosas compotas ou enchia um paneiro para mim. Das compotas eu e minha família provávamos, porque ela me presenteava com uma terrina cheia. No entanto, o que a atraía era a minha loquacidade, desenvoltura para cantar músicas brejeiras, declamar versinhos burlescos. Eu podia gabar-me de ser o único garoto daquela rua a gozar da confiança e generosidade, porque quando eu terminava aquelas exhibições, ela me chamava aos peitos e me beijava quase que furiosamente. Eu hoje acredito que ela desenvolvesse em mim o seu secreto sentimento de maternidade frustrada. O marido, Juvenal de nome, não lhe dava filhos. Era um tipo esquisito, meio resmungão, moreno-claro e de olheiras arroxeadas em consequência das vigílias. A grande gripe o levou em viagem, mais tarde.

Naquela altura de minha estreita amizade com a bela morena circulavam modismos que eu aprendia à revelia da censura paterna. Chamava-se, por exemplo, “chaleira” ao indivíduo adulator de políticos da situação; e “pegar no bico da chaleira” era render homenagem a alguém bem situado social e politicamente. Eu cantava a embolada e a sua “resposta” e dona Iaiá e sua mãe ficavam encantadas:

Chaleira quebrou o bico
Quem está na ponta é penico;
Penico quebrou o fundo

Quem está na ponta é cabungo.
Cabungo quebrou a beira,
Agora é a vez da chaleira”.

A “resposta” era:

Iaiá Madeira:
Só por brincadeira
Deixa eu pegar
No bico da tua chaleira
Não vou quebrar o teu bico
não caio nessa besteira
embora há penico
para fazer de chaleira.
Iaiá Madeira
Só por brincadeira
vamos subir a ladeira
sentadinha na cadeira.

Quando o marido estava desembarcado ela esquivava-se de ir muito à janela. Mas mesmo desarmado o navio ele costumava sair de manhã e de noite, a distrair-se com os amigos de ofício. Não me recorda se era dado ao copo. Acho que ele só me tolerava porque meu pai era aduaneiro e gozava de boa reputação não somente entre o pessoal de bordo como da vizinhança.

Mudei-me depois para a rua de Xavier de Mendonça Furtado e a amizade com a bela morena esmoreceu. Naquela altura, 1925, eu ingressei no Ginásio Amazonense Pedro II, e logo depois nos mudamos para a rua de Quintino Bocaiuva esquina da Princesa Isabel. Deixara de ver, ao menos de longe, a minha excelente amiga, quando justo em 1927, eu já cursando a terceira série, meu pai me pediu fosse representá-lo numa festa de aniversário na casa do colega Garcia, o “Olho de Prata”, que morava vizinho à bela Iaiá. Como fosse domingo, enverguei a farda de gala, branca com botões dourados e quepe de copa branca. Àquela farda nós chamávamos de brincadeira “farda de galó”. Lá estava a Iaiá, e acredito que levou um choque ao ver-me.

Dançava-se e coisa de espantar, foi ela quem se atirou, tomando a iniciativa de erguer-se e dizer-me: – Vamos dançar. Eu ocupava a mesa do velho Garcia e tomava apenas chope do Maximino Corrêa. Evoluindo no soalho que era de tijolos vermelhos, estilo antigo, dona Iaiá, que eu não estava reconhecendo, me dirigiu uma pergunta insólita: – Você é sargento da Polícia? Engoli em seco. Aquele seria o dia marcado para as minhas decepções. Começou porque eu não podia recusar um pedido de meu pai, justo por todos os motivos, e fui à festa decidido a demorar o menos possível, a fim de ir ao cinema. Perdi o cinema e a boa companhia da minha namorada e perdi as estribeiras. Respondi sem muita vontade o que devia. Mas desde o princípio eu seguia notando uma diferença singular naquela criatura: ela certamente envelheceria, pois quando andava pelos vinte e três eu vadiava pelos oito. O que a tornava diferente, para a minha concepção atual de rapaz experimentado, não eram certamente as rugas nem os poucos fios de prata dos cabelos.

Estava sentado na sala, quando de repente fui abordado por um indivíduo que me perguntou se não o reconhecia. O cara não era convidado e entrara na casa porque encontrara a porta aberta. Reconheci-o, claro, era um vagabundo de nome Estócio, com quem pejejei várias vezes em menino. Sua desfaçatez era autorizada pela nenhuma educação doméstica. Porém o que me aborreceu foi a sua pergunta quase similar à de dona Iaiá: – Você é guarda civil?

Com aquela carga de aborrecimentos, fugi do ambiente, mas antes fui fazer uma visita rápida ao amigo de infância, meu vizinho, o Antônio (Tuneca) Pais, filho do “Parrau Cabeça de Pau”, taberneiro. Dali peguei o bonde e cheguei em casa justo na hora do jantar. Não me despedi da bela morena por não a achar visível. Não me saía da retina a visão “diferente” daquela mulher. Quando eu era atraído para seu regaço, sua carne sabia a erótica simbiose de sensualidades e volúpias. Naquele tempo ela cheirava a mulher. Agora, sentindo-a agarrada a mim, eu descobria que seu corpo tinha pixé masculino. Graveolência de muitos machos. Uma coisa, entretanto, me perturbava e eu não sabia o que fosse. Debruçado sobre o grande *Lexicorum*, para dar conta de uma versão do Cornélio Népoté, eu manducava num problema, qual fosse o que ela

apresentava de exótico na toalete. E então a luz brilhou: eram as argolas. Duas imensas argolas, de ouro maciço ou de ouripel de teque-teque, marcavam ardiloso projeto de sedução feminina que constratava com aquela modesta semostração de antanho.

DONA LETÍCIA E O BICHANO



Cônego Manoel Monteiro da Silva

No meu tempo de ginásiano havia um colega de nome Tomás Aguiar muito chegado a aplicar motes engraçados nos colegas, inclusive no seu parente Newton Aguiar, a quem chamava “Calango Elétrico”, que pegou até hoje. Ao Carlos Soares de Melo chamava “Pinóquio”, por causa da bicanca, ao Mário de Melo Bittencourt – “Surubim Catita”, ao Paulo de Tarso Bezerra, “Paulo Paulo Potato” (Batata), pelo costume de empregar a palavra assiduamente.

Essa tendência meio abusiva estendia-se a professores: o der. Ricardo Mateus Barbosa de Amorim (História do Brasil) chamava “Buda”, e ao padre Manuel Monteiro da Silva concedeu o mote chocarreiro de “Letícia” (alegria) porque o professor zangado parecia sapatear no estrado.

Ninguém esperava que acontecesse aquela coisa inusitada nem se suspeitava quem o autor. Era costume do padre quando chegava botar seus livros na carteira existente sobre a mesa, com tampa de fechadura agora imprestável. Numa aula muito tumultuada (por causa das mulheres presentes), em que se discutia a insólita presença da palavra “puto, putas”, verdadeiro bailéu levantado pelo Tomás de Aguiar, o padre, já irado, ameaçava suspender toda a sala e não continuar a lição. Dito isto, procurou o bastão de giz e o apagador, que costumavam ficar na carteira. Quando levantou a tampa, um gato branco pulou no seu rosto, furioso, e fugiu numa miadeira de protesto. Não foi somente o imprevisto que transtornou o ânimo do padre, e sim a gargalhada uníssona, universal, que estrondou, porque ninguém esperava por aquilo. Enquanto protegia ao rosto ferido, o padre parecia dançar e o tumulto generalizou-se, chamando a atenção de bedéis e do diretor. Até as moças que eram bem-comportadas não puderam reter o riso. As providências da diretoria foram imediatas. Suspensão da aula e abertura de inquérito a fim de apurar quem e quem responsável pela brincadeira de mau gosto. A sala não somente desculpou-se, mas protestou contra uma primeira medida de suspensão por oito dias. Não havia culpados ali, e a explosão de riso foi em consequência do imprevisto. Foi admitido que ninguém pudesse ter colocado o gato ali sem a conivência de terceiros, pois a porta da sala, única, só era aberta quando os alunos começavam a chegar. Era também a sala de História Natural, com vários animais empalhados, inclusive enorme onça e um tamanduá-bandeira.

Durante cerca de duas semanas rolou o inquérito, sem chegar-se a uma conclusão satisfatória, pois todos os alunos decidiram não comparecer diante da comissão. As moças ficaram solidárias. O mistério do gato serviu, entretanto, de tema para comentários, e chegou-se a admitir que, “tendo sete fôlegos”, podia ter sido colocado ali à noite anterior por alguém interessado em prejudicar a classe. E a suspeita foi cair diretamente em cima do porteiro Anacleto, a quem cabia a responsabilidade de abrir e fechar a grande sala. É duvidoso, mas havia contra ele a infeliz circunstância de odiar ao Tomás pela alcunha que lhe botara de “Mister Pomada”, porque o funcionário trazia o cabelo constantemente untado com

certa pomada em uso e que não era nada cheirosa. Não foram os alunos que aventaram a suspeita, foi o inspetor Edésio de Freitas, que era protestante como o Tomás o era via paterna, e que resolveu ligar as pontas do mistério segundo uma concepção toda sua. Aliás, errada. Até que surgiu o acaso no meio, quando estava para cometer-se uma injustiça. Uma aluna do grupo escolar Barão do Rio Branco levava de presente à professora o gato angorá. Impedida de manter o bichano consigo na sala, e aproveitando a sala aberta (havia terminado as aulas) não teve dúvida em guardar na carteira, para quando saísse resgatá-lo. Esqueceu-se de fazê-lo, ficando o gato prisioneiro toda a noite. Não morreu porque a carteira possuía um buraco para reter o tinteiro, não utilizado.

Depois dessa simples explicação, os alunos exigiram da diretoria uma satisfação na forma de pedido de desculpas que o padre teria de dar em sala.

Nova confusão, com o Tomás pedindo a palavra para lembrar a sua reverendíssima que os alunos não eram bobos e haviam sido ameaçados e estiveram na iminência de suspensão por período de quinze dias, o que resultava em perda de ano. O safado do Tomás acabou citando os Evangelhos e entregando o “caso” nas mãos de Jesus Cristo. Houve risos e o padre muito sério advertiu o Tomás de que *sabia muito bem de suas inclinações para o deboche, e que só pedia apologia às moças.*

O estudante não chegou a bacharelar-se em Ciências e Letras, faleceria de tuberculose pulmonar.

PAPAGAIO AFRICANO

Chamava-se B. J. dos S. Era de cor, alto e magro, abarbadado. De ofício alfaiate bem conceituado, com duas portas na avenida de Epaminondas de Melo, em frente ao Colégio Dom Bosco. Ria com todos os dentes, salientando um de ouro. Casado com uma dona Raimunda Clara, mulata esclarecida, que o trazia sob medida.

Assim mesmo o alfaiate fazia das suas. Falava como se estivesse achatando as palavras e rapidamente. Só pintava branco.

Sua participação nesta história acontece por via de um chorrilho de versos de maldizer que enviaram pelo correio ao Dr. Xoxinha, diretor-responsável do “hebdomadário” *O Guri*. Nunca se soube quem o autor, mas suspeitou-se durante muito tempo do seu parente, um tio funcionário dos Correios e Telégrafos, de nome João Avelino, frequentador do café “Leão de Ouro,” de dia, mas não da “Leiteria Albano”, à noite. Só por causa da palavra “hebdomadário”, muito usada por aquele poeta de água doce nas suas chocarrices contra Deus e o mundo.

Recebida a versalhada escrita à máquina e assinada “Papagaio Africano”, o jornalista M. O. G. botou-se furioso para a quitanda do alfaiate, que era, aliás, no caminho para a sua Faculdade de Agronomia. Ambos os dois não se conheciam, isto é, não mantinham relações de amizade nem de chapéu. Por isso foi com admiração que o Papagaio Africano recebeu a insólita visita do jornalista que ia pelas satisfações. O M. O. G. só andava de pasta sob o braço, depois que se matriculara na Faculdade. Pescou os versos e leu-os em tom trágico para os ouvidos do alfaiate que não percebia nada das reclamações furiosas do ofendido:

– O senhor nem me conhece e me insulta a mim e ao meu jornal?

– Quem, eu?

– Sim, o senhor, está aqui assinado Papagaio Africano.

Os versos diziam:

Não sou daqui, mas eu busco
Ser branco-preto magano
Troquei o verde por fusco
E tenho sangue e tutano.

Não me faz medo e careta
um tal hebdomadário
para o dono da gazeta
cago em penico ordinário.

Dizem de mim que sou magro
Como um pau de vira bosta
Por isso as horas consagro
A tesourar pela costa.

Eu digo sempre à roxinha
Minha mulher, a Reimunda:
Jornal do Dr. Xoxinha
Não serve pra limpar bunda.

- Eu escrevi isso?
- Está assinado, “Papagaio Africano”.
- Foi aí que a coisa endureceu. O alfaiate deu um passo atrás e urrou:
- Espere lá, que vou cortar sua língua com a tesoura, mostrar quem é...

O reclamante não esperou. Saiu de corrida pela porta afora, atravessou a praça do General Osório com o diabo nos calcâneos e entrou esbaforido na sua Faculdade de Agronomia, que ficava na rua de Luiz Antony. O prédio possuía então um quintal extenso, dividido ao meio em duas seções: a primeira servia para experiências de transplante, de enxertias, e era orientado pelo agrônomo Mário Martins; a segunda seção era destinada aos treinos de medição de terreno, com uma perspectiva alegre para o igarapé da Bela Vista. O atribulado Dr. Xoxinha saiu pelos fundos, seguiu a margem do igarapé e passou a ponte de pau para o bairro da Bandeira Branca, sempre com a impressão de que o negro lhe ia nas pegadas. Dali apanhou o bonde chapa Plano Inclinado e saltou na rua do Dr. Moreira, tomando a rua de Quintino Bocaiuva, onde residia com os tios. Em casa, mais morto do que vivo, ainda ouvia o tesourão do preto matraqueando. Avisou à tia que não abrisse a porta a qualquer pessoa que fosse assim e assim... Durante três noites não deu as caras na “Leiteria Albano”, de medo do preto. E proibiu que se tocasse no nome do “peste”, mesmo que para elogiar ou noticiar aniversário e/ou a morte.

A CHICANA DO POETA

O poeta cearense Quintino Cunha quando veio de embrulhada na corrente migratória do fim do 19.º século, a fim de “cooperar na colonização da selvagem Amazônia”, só trazia de seu talento e a roupa enxovalhada. Seu estado de miserabilidade comoveu ao parente, comandante Luís Gonzaga Frota, que lhe deu a morar sua baía na rua da Princesa Isabel, e apresentou-o a diversas pessoas de influência comercial na cidade. Naquela altura o comandante Frota dava as cartas, até que a muita liberdade dos filhos (da primeira enxurrada) o atirassem na desgraça. Por uma besteira. Por causa de pombos o comandante da Amazon River viu-se de repente assassino do comerciante português da esquina das ruas Isabel – José Paranaguá. Levado às barras do tribunal duas vezes, foi absolvido, mas perdeu o lugar porque a poderosa firma J. G. Araújo impôs condições à companhia. Acabou funcionário medíocre do Mercado Público quem fora rico proprietário de cavalos que bebiam champanha nas cavalgadas domingueiras e tinham ricas acomodações de cantaria de pedra. Nessa baía foi ele residir com a família da segunda esposa, quando veio a decadência. Hoje, aquilo pertence aos herdeiros do Dr. Felismino Soares.

Quintino Cunha não foi sujar as mãos no corte de seringueiras. Ficou em Manaus, rondando os tribunais, pois arranjava uma carta de solicitador. Mas de vez em quando viajava no navio comandando pelo parente Frota, e nessas viagens esporádicas coletou material para o livro – *Pelo Solimões*, hoje raro, publicado em Paris com o dinheiro adquirido na chicana.

No princípio do século 20 deu-se um naufrágio no rio Juruá, em que se perderam a lancha “Luci” e o batelão “Lucimar I”, este carregado de borracha, segundo a palavra do comandante, no processo aberto pelo proprietário da embarcação e do produto, coronel L. G., a fim de fazer jus ao prêmio de seguros. O comandante Frota solicitou ao coronel entregasse a questão ao rábula. Quintino Cunha viajou para o rio Juruá, a fim de incorporar-se ao ambiente, mas no seu foro íntimo com propósito diferente: armar o esquema de fraude jurídica, pois na verdade o batelão nada trazia no porão, embora houvesse realmente submerso. Essa

manobra não constituía novidade: tempos depois se verificou o caso conhecido como das “alvarengas”, em que foi personagem principal um português gordo, fiel da Manáos Harbour. Mas este cometeu o erro de naufragar as alvarengas perto do porto, e os mergulhadores constataram a fraude.

Quintino Cunha trouxe do Juruá duas pelas com as marcas L. G., que um ribeirinho havia pescado à deriva e que serviram de provas. Naturalmente houve controvérsias e até exigências de depoimentos técnicos, do tipo de só haverem boiado duas tristes pelas etc. O chicanista poeta respondeu aos quesitos formulados pelo advogado da companhia de seguros, que era o Dr. Celso Valverde e ganhou a questão, que lhe renderia cento e vinte contos de réis, só pelo prejuízo da borracha perdida (que não havia) e mais duzentos contos de réis ao proprietário das embarcações. De posse dessa panela de ouro o poeta escafedeu para sua terra, foi estudar Direito e casou-se.

OS RIXENTOS POETAS DOS CORREIOS

Havia na repartição dos Correios, na década de quarenta, três poetas que não afinavam o cavaquinho pelo mesmo diapasão: J. A, poeta popular, conhecido por “Boca Mole”; J. R., estudante de Direito, e de boa educação, vítima constante das picuinhas do primeiro; e o Krichanã, que não se metia nas querelas. O “Boca Mole”, reputado autor de quadrinhas enxovalhantes, que deixava escritas nas mesas dos cafés, burlava-se de todo mundo, posto não tivesse curso nenhum superior, embora não fosse tolo. Era cearense e tio daquele Dr. Xoxinha, da história antes relatada, e de quem se suspeitava a autoria dos versos dirigidos ao “Papagaio Africano”.

J. A. leu para ouvidos indiscretos (ou fê-lo de propósito) uma quadrinha impertinente minimizando os méritos do jovem poeta J. R.:

“Salta, rincha, dá pinote,
de fato tem seu valor,
traz a rédea no cangote
está treinando pra doutor”.

Sabedor do fato, e indignado, o poeta atingido respondeu pelo correio:

“Escrever verso manquê
não é dom e nem é arte,
pois deles a gente vê
aos montes, por toda parte.

Avelino tagarela
fala demais, não trabalha,
em moço não deu pra sela,
nem velho dá pra cangalha.

Avelino Boca Mole
fala pelas juntas que tem,
até com a mãe dele bole
quando lhe falta o xerém.

Avelino anda a trote,
atropelando a gramática,
erra escrevendo “cangote”
corrompendo a forma ática.

O Avelino era capaz
(que Deus do céu me perdô!)
da mãe dele maltratar
se soubesse o que ela foi”.

Não houve resposta. No fim do ano o jovem poeta foi transferido para o Rio de Janeiro e de lá enviou pelo correio, para o seu adversário, a seguinte quadra:

“Avelino – viva, viva!
dou por não dito o que disse,
longe da tua saliva,
farto da tua burrice”.

Depois disso o diretor dos Correios advertiu os funcionários de que puniria severamente a quem se manifestasse de forma injuriosa contra qualquer colega e usando de qualquer expediente.

Relatada pelo Sr. Krichanã e pelo próprio Avelino, em parte.

GENÉSIO CAVALCANTI, O PROFESSOR DÂNDI

Era um sujeito bem-apegoado, trajava-se como o Belo Brummell, unhas polidas, bem escanhoadas, sapatos bico fino envernizados, e primo legítimo do Dr. Álvaro Maia, a quem estava substituindo na cadeira de Língua Portuguesa.

Conhecia a matéria e sabia ensinar, de uma maneira prática, embora não muito didática, pois costumava trançar as pernas e agitar o pé. Na lousa a grafite era bem lido e até o corte da letra chamava a atenção pela elegância.

Sentava-se de maneira um tanto fora do correto, voltado para a porta como se estivesse à espera de ver alguém no corredor sempre frequentado pelos alunos. Um dia interrompeu a aula, pediu licença para ir à diretoria, coisa de um minuto. Voltou, sentou-se de frente para o corredor, justamente na direção da fila das senhoritas. Então um dos nossos colegas, Cândido Pereira, de bons costumes, que se formaria em Medicina no Pará, levantou-se, pediu licença para sair um instante e postando-se atrás da parede exterior, começou a fazer sinais complicados, advertindo o professor, que, não entendendo, foi a ele. E agradecido apressadamente abotoou a braguilha...

O CARRÃO DO PLAYBOY

Pirunci de Castro foi um moço acostumado a viver bem e folgadoamente. Desde os tempos de Ginásio (não concluiu o curso) gozava da reputação de *bon vivant*, sob as bênçãos paternas. Nunca soube o que fosse trabalhar para viver, calejar as mãos ou o cérebro. Podia dizer-se dele que arejava a atmosfera com a sua presença festiva, simpática, comunicativa. O tipo acabado do *playboy* da época de quarenta. De repente o Pirunci desaparece de Manaus. Migrara para Belém do Pará. E daí começou a surgir as histórias meio fantásticas de um Pirunci casado com rica herdeira e desfrutando das melhores atenções e privilégios que o dinheiro fácil proporciona. A verdade verdadeira só foi reconhecida quando um dia “Dr. Pirunci de Castro” desembarcou em Manaus trazendo a tiracolo a esposa e um bonito carro do último modelo “rabo de peixe”. Foi um sucesso: Pirunci não chegava para quem queria. Mas afinal sobrou uma tarde para a visita a conhecidos ou parentes, os Lambeck, residentes na rua da Princesa Isabel, em frente à residência do Sr. Luís Gonzaga Frota. O carrão magnífico, todo em prata ficou estacionado à sombra da mangueira, enquanto o casal batia timbó, pois se o Pirunci mentia, os Lambeck não ficavam atrás em presunção.

Vizinho residia um funcionário dos Correios, cuja mulher, linguaruda de mão cheia, não saía de casa, mas dava conta do que se passava na rua pelo buraco aberto no portão de madeira. Tinha um filho de menor idade, de nome Odi, um dos muitos vadios que enchiam de pernas a artéria, e de cuidados os vizinhos e as mangueiras.

Naturalmente o Odi simpatizou com o monstro, pois não mais saiu de junto dele até que se decidiu em fazer uma experiência. Pirunci inadvertidamente deixara a chave da ignição ou não brecara o carro, de sorte que o Odi viu-se de repente andando para trás. Saltou e o carro desgovernado desceu a rampa na direção da rua de Lima Bacuri, indo esbarrar na parede da casa, subindo a calçada alta, que o impediu de mergulhar no igarapé. O *playboy* revoltado injuriou o peralta e perguntou à mãe dele quem iria pagar o prejuízo. Ela, muito ingenuamente, com aquela sin-

geleza dos ignorantes: – O Dr. num precisa, tem muito dinheiro, mande o ferreiro ajeitar, fica novinho...

Pirunci chorava como um bezerro faminto, olhando a popa do carro, o rabo de peixe, amarrotado como jenipapo maduro.

De regresso a Belém, mais tarde ficou viúvo e dizem as más línguas (os filhos da Candinha) que casou novamente com outra rica herdeira. O que sei dele ultimamente foi o que me contou o Dr. Ulisses Bittencourt, mostrando-o na rua de Barata Ribeiro onde morava. Estava velho, acabado e aposentado. Todos os dias ia a pé à panificadora pelo seu pão cacete, com ele sob as axilas como qualquer pacífico burguês, acotovelando-se anonimamente com os pedestres. O magnífico *playboy* só via agora carros de luxo nas vitrines ou nas mãos de motoristas fardados.

O SÁTIRO DA RUA DO BARROSO

O Dr. Palhano era farmacêutico dos mais conceituados em Manaus, dono da “Farmácia Palhano,” na rua do Marquês de Santa Cruz. Era viúvo e possuía um casal de filhos imensamente gordos como ele. O rapaz era o José Amazonas Palhano, meu colega de Ginásio e praticante de farmácia na tenda do pai. Formou-se em Medicina pela Universidade do Pará e exerceu a profissão até à morte.

Quando o velho enviuvou, a filha foi estudar no Rio de Janeiro e a casa ficou entregue apenas a uma rabugenta cozinheira de meia-idade, que passou a ocupar a cama viúva. O velho Palhano era de temperamento apimentado, por isso resolveu admitir mais duas empregadas, uma lavadeira e a outra copeira, dormindo no emprego, isto é, fazendo concorrência à cozinheira. Eram três marafonas para dar-lhe cafunés e não permitir que ele sentisse frio à noite. Não satisfeito, arranjou mais duas de idades diferentes, para completar seu harém. O harém da rua do Barroso poderia sustentar-se, e funcionar sem percalços para ninguém se o ciúme não rastejasse na cola de uma delas, uma sirigaita de quatorze anos,

copeira, porventura a mais desejável das cinco graças porque a mais bonita e também a mais volúvel e assanhada.

O bailéu começou num domingo carnavalesco, com ruidosa festa vespéral na sede do Rio Negro, ali perto, do outro lado da rua. A menina havia sido dispensada do serviço para, segundo ela, ir visitar sua mãe. A cozinheira não gostou do programa porque teria então serviço dobrado, pôr a mesa e depois lavar os pratos, porque a lavadeira não se prestava a ajudar, queria sombra e água fresca, e também ela iria sair à noite, dar uma volta pela avenida, olhar os carros alegóricos. Começou a discussão, da discussão passaram aos nomes impróprios aos ouvidos de família, e daí, das locuções amáveis para as vias de fato (puxão de cabelos) por questão de *minha filha, você é uma putinha descarada, anda cornendo esse velho ticanga... Você vai é encontrar-se com o macho, mas eu vou telefonar para o velho, contando o que sei...*

Não chegou a cumprir a ameaça: a vassoura abriu-lhe uma brecha na sinagoga e a meladeira desceu. A menina caiu desmaiada e a lavadeira, vendo aquela catástrofe, botou a boca no trombone, alarmando a rua. Os agentes policiais que estavam no clube acorreram e logo o Palhano, que estava na farmácia, veio voando com receio de ter a casa saqueada pelos curiosos. Na polícia as quatro odaliscas se identificaram na qualidade de esposas do velho sátiro, cada uma com sua noite de delícias, seus privilégios de “dama de plantão” como ele as designava. E a cada uma ele dava um nome especial: à cozinheira, mais velha e resmungona, Megera, à lavadeira, Sibila de Cumas por viver resmungando; à mocinha, mais bem contemplada, e preferida, Dulcineia; as outras eram Proserpina, lavadora da louça, e Maritorne, arrumadeira.

A polícia explorou o fato com detalhes, submeteu o sátiro aos piores vexames e mandou-os a todos curtir o carnaval o mais longe possível uns dos outros. Os vizinhos do Dr. Palhano deixaram de cumprimentá-lo dali por diante e a última casa da rua do Barroso, esquina com a rua Vinte e Quatro de Maio, transformou-se num túmulo, sempre fechada.

Já nos referimos a ele de passagem, mas não o identificamos no seu pedigree. Era de fato um tipo bem empenhado de cara, de boa envergadura, olhos azuis-escuros, branco e sempre escanhoado a capricho. Vestia-se elegantemente e fora na mocidade um dos “leopardos” mais destacados e procurados porque também tocava violino com certa mestria, figurando seu nome no rol dos rapazes que promoviam concertos. Quanto à ascendência, embora não fosse nobre, não se podia desejar mais, posto que fazendo certas restrições ao caráter de uns e de outros membros.

Estava sempre lembrado para isto e aquilo, pois falava inglês. É sabido, contudo, a sua completa escolaridade europeia, de que fazia alarde. Falhou nesse objeto, e servindo-se da sua estada inútil na Inglaterra, teimava em dizer-se formado pela Oxford. O diploma, contudo, nunca foi exibido.

Ao tempo da guerra segunda um esquema de ajuda aos aliados foi montado com o nome de Rubber Development, e instalado no palco do Teatro Amazonas! Era governador o Sr. Álvaro Maia e permitiu que o paiol do teatro servisse de depósito de borracha e o palco de depósito de latas de gasolina para os aviões que transportavam as pelas. Naturalmente veio uma congêrie de gringos para compor a infraestrutura do serviço, inclusive mulheres. Entre estes um casal bem-casado. O nosso herói manchego, que passava em Manaus por chefe da colônia dos “mentira fresca”, botou-se para riba da mulher de um dos gringos, enfeitou-a com suas maravilhosas pomadas e acabou ficando com ela. O humilhado e ofendido pediu demissão do cargo, mandou-se, e o “doutor” R. A. A. ficou com a carga avariada. Mais tarde a senhora, esfregando roupa na tina, lamentava-se de haver dado ouvidos às maravilhosas pabulagens de um dos maiores mitômanos que Manaus conheceu, naturalmente depois de um senhor Sebastião Bastos.

R. A. A. dizia à mulher haver sido rico proprietário de terras produtoras de borracha, no século passado (seu pai fora o Dr. João Carlos Antony, que tem nome de rua sem havê-lo merecido e era apenas engenheiro da repartição de obras públicas na Província) e que perdera tudo nas especulações financeiras em que o pai se me-

tera a fim de escapar à bancarrota. Fora obrigado a deixar a França no melhor momento, quando convidado a compor o grupo do Estado-Maior do Exército Francês na frente de Sedan. Mas sua família exigia-o, por isso voltou, como outros o haviam feito. A mulher enganada foi obrigada a suportar privações porque logo a seguir vieram os filhos. Porém o mentiroso não escapava diariamente das picuinhas da mulher. E ela lhe perguntava pelas toneladas de borraça que suas terras produziam. Onde andava o dinheiro, os dólares, precisava de roupa e de conforto para os filhos.

Ele continuava acumulando mentiras, saindo pela tangente. Possuía lábia, e ela falava mal, humilhava-o, cuspiu de lado.

DEUS, ONDE ESTÁS?

A grande declamadora Nenê Barouchel apresentou-se no Teatro Amazonas, sob os auspícios da Academia Amazonense de Letras. Recitou com muita emoção e desenvoltura poemas de Martins Fontes, Olavo Bilac, Maranhão Sobrinho e Aníbal Teófilo. Mas foi na última peça, quando declamava Castro Alves, que o teatro quase vem a baixo de tanta gargalhada fora do preceito. Naquele tempo os alunos do Colégio Estadual Pedro II costumavam ser convidados para “encher linguiça”, ocupando os últimos camarotes.

Corria tudo na maior seriedade, os estudantes acompanhando com respeito e atenção as frases românticas, eloquentes, e os gestos parcimoniosos da *diceuse*, que era ovacionada a cada brilhante desempenho. Até que chegou a vez de Castro Alves no poema sobre a escravidão. Parece haver ela dedicado maior empenho naquele derradeiro momento de sua apresentação. Com uma entonação de voz emocionante, gritou, levantado os braços para o alto: – Deus! Ó Deus, onde estás que não respondes?

Houve aquele eterno segundo e ouviu-se uma voz gaiata:

– Estou aqui!

Vinha dos camarotes ocupados pelos estudantes. A gargalhada uníssona repercutiu demoradamente, mas a declamadora não perdeu a esportiva. Riu, agradeceu a cooperação e continuou alegremente.

SEU BANANEIRA, O GAMENHO

Zeca Bananeira era seu nome e vivia rondando a banca de dominó do boteco do Batistão, na esperança de ser admitido. Aliás, readmitido, pois fora escorraçado pela sua mania de estar sempre duvidando da honestidade alheia enquanto fazia das suas fintas e além do mais provocava discussões intermináveis, julgando-se privilegiado só pelo fato de ser ex-funcionário da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, aposentado. Gamenha, bem-apeçoado, era um velhote que se emproava para qualquer fêmea e agora dera para cortejar a viúva dona Perpétua, responsável pela diminuição da estatística dos maridos naquela minissociedade do bairro dos Tocos. Ela despachara três para a cidade dos pés juntos e não fazia cara feia ao quarto. O quarto em perspectiva era o Zeca Bananeira, de quem o foliculário Vercingetorix Albano dizia no seu jornal manuscrito hebdomadário *O Dominó*:

Bananeiro que dá cacho
(murcho e seco mangará)
sem banana, já está laxo,
ticanga, broxa, gagá.

Bananeiro tem espinho
como banana tem osso,
mas não rejeita o caminho
que vai da “fossa” pro “fosso”.

Não era certamente do plumitivo lusitano aquela teoria de versos mambembes com que se deliciavam os assinantes da folha manuscrita, um pasquim de quatro páginas às vezes com desenhos esquipáticos, como neste caso em que apareciam duas bananeiras, uma inclinada para a outra, em atitude erótica, segurando o mangará todo recolhido como uma sanfona. Diziam os filhos da Candinha que o editor responsável daquela moxinifada era o bodegueiro Dias, conterrâneo do “jornalista” e um dos paladinos da rotunda senhora Perpétua. Contudo não era o autor.

Dias depois de tomar conhecimento da ofensa, o Zeca Bananeira apareceu no dominó do Batistão, e pediu, muito cortesmente, que lhe fizessem um obséquio, mostrando um envelope aberto. Prontamente seu Oscar, que era funcionário da Delegacia, e dava tudo por um fuxico, prontificou-se a entregar o envelope destinado ao jornalista. Mas pediu licença para abrir e ler a mensagem, no que foi autorizado. Havia apenas uma quadrinha:

“Se a banana pende imunda
E está mais perto da cova,
Mostre o Zé Dias a bunda
Que eu quero tirar a prova...”

Todos acharam graça e a mensagem foi entregue. O Zeca Bananeira ficou livre das graçolas. Mas certamente não foi dele a inspiração, pois havia na Delegacia Fiscal poetas com capacidade para aquelas tiradas, como o Dr. João Maranhão, autor do poema antes publicado, Da Costa e Silva, o Vespasiano Ramos, o Dr. Ageu Ramos e o Dr. Argemiro Jorge.

PADRE PAULINO

O padre Paulino era alemão de origem e ensinava francês no Colégio Estadual do Amazonas, no meu tempo de professor da casa. Na mesma turma daquele Maíno Maia da Gama. Antes de

entrar no Ginásio o padre dessedentava-se com uma ou duas cervejas no bar “Real Colón”.

Era muito gordo e não largava a batina, por isso aquelas aulas de uma hora da tarde causavam depressão orgânica e até atonias, suores abundantes e tédio. Mas o padre era pé de boi, não faltava, chegava e saía na hora. Entretanto, suas aulas não aproveitavam porque a turma era das piores que o turno da tarde recomendava. Assim mesmo o padre Paulino mantinha a disciplina, por isso não era muito benquisto.

Uma tarde, entrando na sala, viu uma quadrinha garatujada o quadro verde:

Paulino sem pau é lino,
Paulino sem lino é mau
Tirando pau do Paulino
Paulino fica sem pau.

O padre não esquentou logo. Pegou o bastão de giz e escreveu por baixo:

Agora é a vez do Paulino
com seu pau e com seu lino
dizer àquele menino
que escreveu verso cretino
que mete o pau no destino
desse poeta pequenino
feio, magro, e franzino,
cujo nome não declino
mas sabem ser o malino
da gama o mais ladino.

Imensa gargalhada recebeu aquela tirada do padre. O safado do Malno levantou-se, fez uma reverência gaiata e esperou sério, o que viria.

Inútil era perguntar quem o autor da pilantragem. A turma era solidária.

Mas, por via das dúvidas, desconfiou do Maíno Maia da Gama. O padre chamou o Cangalhas (inspetor de alunos, estúpido como um carroceiro e ex-craque de futebol) e entregou-lhe a missão de descobrir o autor. Mas antes marcou falta em todos e registrou na pajeia o ponto que iria dar e que seria cobrado na primeira prova escrita. O autor não apareceu e a turma inteira foi suspensa por três dias.

MASTROS TOTÊMICOS

Estava de plantão no governo do Estado um daqueles pregas a quem a política havia guindado à presidência da Assembleia Legislativa e dali, por tabelinha, à cadeira de governador em exercício. Era mais um daqueles burdos que emergindo do nada assentavam à calça remendada no estofado

Ainda morno das respeitáveis bundas democráticas. O dito, certo P. A, recebeu expediente de uma instituição do Rio, solicitando dois mastros totêmicos para enriquecer seu museu. Sem consultar nenhuma autoridade no assunto, e servindo-se da mentalidade dos auxiliares tão imbecis quanto ele, o preclaro despachou: “Como o pretendente não especificou a qualidade dos mastros, mande quatro, dois de madeira e dois de ferro. Se por acaso houver de cimento, ajunte-se, e mande-se tudo com as despesas pagas pelo governo”.

O pregas ignorava que mastros totêmicos nunca foram encontrados na Amazônia, salvo em duas raras exceções: entre as tribos Emeronhen do norte e numa velha tradição ligada ao pássaro deus Beuêque, do alto Solimões. Fora dessas áreas os mastros que se conhecem são os de Coccagne, ou mastros votivos de santos.

LIGA CONTRA O ÁLCOOL

Nada mais contraproducente do que aquela palestra anunciada e proferida, contra o abuso do álcool, porque era responsável o professor Carlos da Silva Mesquita, membro da Liga Contra o Álcool. Diz o ditado: faz o que eu digo e não o que eu faço.

Na tarde destinada ao evento, reunidos os alunos do Ginásio Amazonense no pátio interno, tomou a palavra o referido professor, que não era um padrão de sobriedade que pudesse ser apresentado como exemplo. Alguns alunos, chefiados pelos de nome Armando Segadilha e Mário Bacalhau, postaram-se na calçada do jardim da Polícia, a fim de desmoralizar o inimigo palestrante. Arranjaram um barrilete de sardinhas portuguesas e algumas garrafas de cerveja, de Parati, de Macieira etc. colocadas em linha, aparentemente cheias de álcool, mas realmente contendo água, como o barril. E ofereciam aos transeuntes, como brinde da “Liga de Defesa da Cana Engarrafada”. É claro que os passantes apenas riam da galhofada, mas outros tentavam experimentar o conteúdo do copo oferecido gratuitamente.

A diversão foi levada ao conhecimento do diretor do Ginásio, naquela hora, o qual telefonou para o Quartel de Polícia, solicitando afastasse os turbulentos daquela área e se possível recolhesse os trastes. A primeira parte foi executada sem conflitos, mas quanto à segunda não houve jeito de fazer que os rapazes entregassem o material de propaganda. Eles apanharam o que puderam barril e garrafas e abalaram. Lá dentro do estabelecimento a palestra continuou, mas alguns professores em alguma coisa achavam razões na lembrança dos trapíncolas, pois não se compreendia que a um professor faltoso e sabidamente alcoólatra, fosse conferido o privilégio de dizer mal da cana...

REGATÃO BEM AVIADO

O caso, verídico, passou-se em Atalaia do Norte e me foi relatado pelo meu tio Teófilo Brasil, seringalista, e político durante o governo do Dr. Plínio Ramos Coelho.

Era dia de trabalho na Loja Maçônica e já andavam bem adiantados os rituais quando o porteiro ouviu bater à porta. Identifica o retardatário, faz-lhe as perguntas sacramentais e recebe como resposta:

– Sou o Bichara, venho do Peru e trago borracha e pirarucu.

MURO DAS LAMENTAÇÕES

Quando eu era estudante na Faculdade de Direito do Amazonas, foi criada a Liga da Defesa Popular, cujo objetivo era impedir as explorações verificadas no comércio de abastecimentos, principalmente alimentares, farmacêuticos, escolares. A Liga agia na base da cooperação do povo, que denunciava, pelo telefone, essa ou aquela bandalheira, fosse no Mercado ou em lojas. Primeiramente era destacado um elemento para verificar o fundamento da denúncia, depois se agia de maneira decisiva. O governo de então, Dr. Álvaro Maia, nada representava nas nossas decisões nem a Polícia Civil se metia no caso de prender-se o explorador denunciado, o qual ia mesmo gramar xadrez.

As paredes da “Farmácia Studart”, na esquina das avenidas Sete de Setembro – Eduardo Ribeiro, recebiam todas as noites, pela madrugada velha, enormes cartazes denunciando fulano e sicrano como explorador do povo. Não escaparam firmas vulgarmente tida como poderosas, do tipo J. G. Araújo, Soares, como reincidentes, obrigadas a fechar as portas durante dois dias, como satisfação aos protestos da Liga, por aumento abusivo de material de construção. De repente os preços das mercadorias subiram não raro cinquenta por cento, um verdadeiro assalto à bolsa do pobre. E assim a carne-verde, os ovos, os galináceos de quintal, os remé-

dios, o feijão e a farinha, o arroz e as frutas. A Liga agia, denunciava, mandava prender, tomando a iniciativa que o governo relapso e negligente deixava de mão.

No princípio o presidente da Liga era o acadêmico Artur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, mas como passou a mostrar-se muito temido na tomada de contas contra os infratores das tabelas oficiais de preços, foi substituído. Além daqueles cartazes feitos dentro da Faculdade os estudantes de Direito promoviam comícios na praça pública, concitando os cidadãos a não pagarem senão os preços das tabelas oficiais e a denunciarem os contraventores. Foi a época em que se perseguiram de perto os quarteiros do Mercado Público, os peixeiros nas ruas, os armazéns de ferragens, as quitandas e mercearias, as chafaricas de venda de bebidas alcoólicas, os bares. Somente não se dava muita importância às lojas de fazendas, porque objetos de luxo dependia do estado financeiros do freguês.

Durante todo o período da guerra funcionou a Liga da Defesa Popular, tapou-se a garganta dos goelanos e moralizou-se a relação entre consumidor e comerciante.

O CARRO BIRUTA DO PROFESSOR PEDRO SILVESTRE

O professor Pedro Silvestre, catedrático por concurso de provas do Colégio Estadual do Amazonas, disciplina Desenho Geométrico, não tinha sorte com os veículos que adquiria para uso ordinário. Primeiramente comprou o *side car* do professor Carlos Mesquita, uma bucha já em perfeito estado de putrefação.

Mas antes sofreu o acidente, como passageiro da estroenga, acidente de que viria a sofrer as consequências para o resto da vida, com um joelho maltratado. Abandonado o veículo, ele adquiriu um fordeco de luxo já veterano de muitas peripécias que tinha a mania de viver mais nas oficinas do que no serviço ordiná-

rio. O professor necessitava estar motorizado, porque o joelho não ajudava muito e manquitolava apoiado em bengala.

Logo que adquiriu o “mastodonte”, ele teve a gentileza de convidar-me a mim e ao professor de Matemática, Dr. Sarmento Pessoa, então diretor do Colégio Estadual, “para uma voltinha”. Sarmento Pessoa perguntou-me *se não era perigoso viajar naquela lata velha*, mas afinal embarcamos rumo às Hespérides, cada qual confiando no seu orago. Ia tudo muito bem, mas eu, que sentara no banco da frente, notara que toda vez que precisava dobrar à direita, o motorista torcia o volante para a esquerda, coisa na verdade original e nunca sabida nos anais da automobilística. Enfim, como eu nunca dirigi, justamente por prudência, não dei mais importância ao fato até que nos sentíssemos na iminência de um desastre de consequências talvez bem lamentáveis. O breque falhou e o professor Silvestre, de mulato que era, estava branco. O carro descia pela rampa da praça dos Remédios e invés de dobrar na rua dos Barés, atravessou a artéria. Nossa sorte é que haviam construído, há uns cem anos antes, uma casa de secos e molhados na esquina, nessa altura uma mercearia, e as pessoas viram o “bólide” diminuir a arrancada, subir o passeio, pôr abaixo uma lousa com anúncios e uma mesa de ferro com cadeira e ausentasse de encontro à parede. Houve como uma expressão coletiva de sentimento de segurança experimentado e o professor Sarmento Pessoa apenas disse: – Bem, desta nós escapamos, porém eu nunca mais ando de automóvel...

Escusado será dizer que o carro biruta só saiu dali arrastado pelo guindaste de socorro.

O PROFESSOR PAULO REZENDE E A GUERRA

Acredito que não existisse cidadão amazonense mais apaixonado pela situação aflitiva da França nos grandes cabos de guerra como os generais Foch e Joffre, última guerra do que o Dr. Paulo

de Melo Rezende, professor de Língua Francesa no Colégio Estadual do Amazonas. Parecia fanatizado. Suas aulas desviavam-se do programa oficial para caírem no ramerrão da guerra, era só um aluno levantar a dica. E havia deles malandros, que apreciavam mais as fabulosas inventivas megalomaníacas do mestre do que as teorias da língua. Os do ciclo colegial eram mais experientes e também mais vadios, principalmente os da noite onde havia gente insubordinada no meio dos moderados. Um deles era o Macaxeira, famoso por imitar pelas costas as frases e os gestos do “poillou” na Primeira Guerra Mundial. Porque o professor não se limitava a falar da Segunda, gostava de lembrar seu tempo de soldado na França, às ordens de grandes cabos de guerra como os generais Foch e Joffre. Este último lhe apertara a mão: “– Ah c’est le soldat brésillien. Monsieur Paul Rezã, le marquis de Subirol”. A turma caía na gargalhada...

O professor entrou na sala de aula sobraçando aquela pasta de couro já vetusta e com uma fisionomia desgastada pela insônia e pela amargura. O Maca viu naquilo uma deixa para insinuar-se e perguntou o que havia. Muito sentidamente o professor Paulo Rezende explicou:

– “Eu acabava de despertar com a rádio aberta e uns apelos gritados: Monsieur Paul Rezan, monsieur Paul Rezan, Manaós, Amazonas, Brésil, la France est tombe”. Aí eu caí desmaiado, tal foi a sensação de tragédia universal que senti.

Esta história, repetida na sala dos professores, ocupou a atenção de alunos e até de cidadãos da rua. Mas o professor não se emendava e se prestava mesmo a que se debochasse de suas mentiras.

TOMA BOIA CLUBE

Quando eu trabalhava no *Jornal do Comércio* a turma da redação criou um clube com a finalidade de jantar à custa alheia. O chefe era o inventivo repórter Pedro Ubiratan de Lemos, que mais tarde faria sucesso na revista carioca *O Cruzeiro*. Ele era o

encarregado de telefonar para a próxima vítima, solicitando autorização para o “jantar de cinco esfomeados jornalistas”. A coisa sempre pegava e dela não escaparam nem mesmo o Dr. André Vidal de Araújo. Entretanto, o maior freguês era o governador Dr. Álvaro Maia. Nós só não pedíamos bebidas. E o jantar era sempre no “Bar Americano”. A autorização vinha de Palácio, por intermédio do mordomo, Sr. Barros, um prestimoso funcionário.

Um dia, não havendo para quem apelar, alguém lembrou o nome do desembargador Dr. Artur Virgílio do Carmo Ribeiro. Pedro Lemos telefonou, mas não disse de onde falava. A resposta veio numa frase melíflua dele próprio, desembargador: – Venham cá, meus filhos, receber a quantia que desejam...

O Dr. Geraldo Pinheiro aconselhou não irmos, pois o mecenaz da noite era capaz de preparar uma burla. Foi a única vez que deixamos de jantar à custa de um pródigo estimulado.

DOUTOR LEOPOLDO



Dr. Leopoldo Peres

O escritório de advocacia dos Drs. Leopoldo Peres, Waldemar Pedrosa, Huáscar de Figueiredo, Virgílio de Barros, ficava na rua de

Lobo d'Almada, vizinho à ourivesaria “A La Ville de Paris”. O servente era um rapaz bisonho, arranjado não se sabe onde, meio toleirão e basbaque, capaz das piores asneiras. Uma tarde o Dr. Huáscar chegou ao escritório sobraçando um grosso calhamaço e advertiu o rapaz:

– Vá levar isto à casa do Dr. Leopoldro Peres.

O tolo ia saindo quando o Dr. Huáscar fê-lo voltar e recomendou:

– Olhe lá, pronuncie o nome dele direito (e soletrou): Dr. Lê-o-pol-dro.

O mensageiro foi e custou a regressar, mas quando voltou vinha de cara fechada como se houvesse brigado com a sogra. Não viu mais o patrão, porém no dia seguinte quem apareceu no escritório, de cara amarrada, foi o próprio Dr. Leopoldo Peres, piçudo da vida com as brincadeiras mordazes do companheiro.

BACHAREL COM XIS

O fato a seguir foi glosado em crônica de jornal pelo filólogo e acadêmico João Leda: um recém-formado bacharel em Direito, peticionando ao presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, escreveu Fulano de tal, “baxarel em direito”.

O caso poderia ser considerado de suma gravidade se não houvesse exemplo na estória dos “laticínios” e noutras que por aí abundam. O moço deveria de haver feito um curso ginásial e superior bem ratuíno, mas são poucos realmente os que aproveitam as regras estipuladas pela gramática. A gente vê isso nas reportagens diárias dos jornais, e pior quando o erro vem nas manchetes. Por isso é que o professor Miguel Barrela, quando substituto numa das cadeiras de língua portuguesa do Colégio Estadual, obrigava os alunos ao exercício da composição sobre temas fáceis, método que era antigamente praticado pelos professores “que ensinavam”. O próprio Ministério da Educação, reconhecendo quanto era difícil a um jovem descartar-se desse problema, fazia vista grossa à

eliminatória dos exames vestibulares, com respeito à língua vernácula portuguesa.

Parece que aquele bacharel não gozava de um astral benéfico. O seu casamento, no Tribunal de Justiça, com muitos convidados, foi uma desgraça: cagou-se todo na hora do “sim”, provocando uma fuga desamparada dos convidados.

UM NOVO CARREGADOR ÀS ORDENS DE V. EXCIA.

Se você duvida pode perguntar ao próprio figurante do acontecido, pois ainda vive e mora no Rio de Janeiro, onde fundou uma empresa progressista de sistemas de informações técnico-econômicas. Trata-se do Dr. Moacir da Paixão e Silva, amazonense, autor de uma *Geografia Social da Amazônia* e de outros estudos de história regional. Bacharel em Direito pela nossa Faculdade e ex-aluno do Ginásio Amazonense Pedro II.

Quando foi criada a cadeira de Geografia do Brasil, pelo Ministério da Educação, desmembrada da de Geografia Geral, apresentaram-se dois candidatos: Dr. (bacharel em Direito) Elmacino de Araújo Filho e Dr. Moacir Paixão e Silva. O primeiro não tinha credenciais para lecionar a matéria, pois nunca publicou coisa alguma e nem era inclinado a estudos daquela natureza, ao passo que o segundo podia apresentar um currículo convincente. O primeiro foi nomeado porque tinha o seu paraninfo na pessoa do Dr. Adriano de Araújo Jorge, tio da esposa do candidato. E foi a palácio arrancar do governador Dr. Álvaro Maia a nomeação. O preterido reagiu de maneira insólita: comunicou a toda gente que iria ser carregador e dar ponto na esquina das avenidas de Sete de Setembro com Eduardo Ribeiro, de tantas a tantas horas do dia. E, munido de uma toalha no ombro, foi sentar-se na beira da calçada, a oferecer serviços a preços módicos. O outro foi obrigado a decorar apressadamente o receituário de um professor paulista Moisés Gicovati e a sofrer pressões dos alunos. Uma vergonha.

O NOVO GÊNERO DA TARTARUGA

Esta foi contada pelo professor Agnello Bittencourt.

Recebeu ele um livro didático publicado no Rio de Janeiro por professor de lá e naturalmente leu com muita atenção, pois havia uma notícia sobre a fauna amazonense, no caso referência à nossa tartaruga. O autor, ignorante como todo sujeito lá de fora (e alguns daqui de dentro) que se atreve a escrever sobre coisas daqui, afirmava ser a “tartaruga um mamífero”.

Prontamente o professor escreveu delicada carta ao autor da heresia, acentuando a sem-razão da qualificação, equívoco que poderia resultar numa confusão com o peixe-boi. Pra quê!... Recebeu uma carta desaforada, quase insultuosa, lembrando ao crítico que ele, autor, residia no Rio de Janeiro e era professor de uma unidade escolar de respeito. Não aceitava a lição.

Isso não é de admirar: ainda hoje, nestes dias, a gente pega por acaso em livros didáticos elaborados em São Paulo ou no Rio de Janeiro e ainda lê que o ponto culminante do Brasil é o pico Itatiaia. Isto porque a nossa Secretaria de Educação “acha” que livros amazonenses não rendem nada para as escolas.

E a coleção da professora dona Anita Brandão (Ana Joaquina Brandão), que preenchia melhor as dificuldades didáticas, foi varrida do conhecimento das crianças.

UM MIJÃO POR DOIS MIJÕES

Andavam juntos, tresnoitados, os Drs. Manuel Nunes Pereira, Itabira Fortes e Geraldo de Macedo Pinheiro, os dois últimos escoltando o Cabeça Branca que não se aguentava nas pernas, todo em álcool embebido, como uma esponja. Ao chegarem à fonte luminosa da praça da Matriz, o Dr. Nunes Pereira resolveu fazer uma parada técnica. Parou e prometeu solenemente queria verter água, já que os meninos mijões da fonte haviam sido roubados por um prefeito, e levados para o jardim de sua casa.

Dito e cumprido. Sacou do maçarico e desfez-se da prebenda. Depois quebrou o vaso de barro vagabundo que o mesmo prefeito lá colocara para tapar o buraco. Seguiu nessa patriótica diligência quando surgiu o guarda noturno e deu-lhe voz de prisão por *dano na propriedade pública*.

Nunes Pereira, meio conciliatório meio ranzinza, com a interrupção:

– Olha cá, eu quebrei um vaso de barro vagabundo que o ladrão do teu amo mandou colocar aqui no lugar dos dois meninos mijões, de ferro.

O guarda não se sensibilizou com a desculpa e exigiu que os acompanhassem à delegacia ali perto, na Marechal Deodoro. Nenhum deles estava disposto à humilhação, por isso o Dr. Nunes Pereira voltou à carga:

– Olha aqui, meu irmão, se nós formos à polícia eu vou ter que contar a verdade, e a verdade vai para os jornais e o teu patrão prefeito vai ser desmoralizado. Aí tu entras numa fria e vais ser demitido.

Foi água na fervura. Mas dias depois os dois bambinos mijões da fonte estavam jogados numa sala abandonada da prefeitura.

CARA DE LEÃO, BARBA DE BODE.



Coronel José Cardoso Ramalho Júnior.

Na parede do fundo do “Café Leão de Ouro” havia um grande quadro óleo sobre tela, assinado pelo pintor popular Cavalcanti, o mesmo que pintava as cenas do teatrinho “João Redondo”, do Colégio Salesiano. Cavalcanti era um curioso, pintava, mas não conhecia desenho geométrico nem o senso das proporções. O quadro representava um leão africano de juba monumental inscrito na letra “C” de café, em atitude um tanto indefinível, talvez de espera, de alerta. O que era engraçado e chamava logo a atenção era a cara do bicho. Uma fisionomia séria de “rei”, mas a barba era caprina, contrariando a natureza da espécie, que lhe deu bigodes mas não barba espessa. E então um daqueles críticos de botequim, que os havia ontem mais do que hoje, descobriu ser a cara do coronel José Cardoso Ramalho Júnior “cagada e cuspidá”, o que de fato era.

Assediado, o Cavalcanti contou que o coronel Ramalho Júnior, quando governador, contratara seu pai, também artista pintor, para fazer o “céu” da sala de visitas de sua casa na rua de 24 de Maio (a casa, de estilo, foi posta a baixo, depois de sediado ali o convento dos Beneditinos com igreja-capela). O coronel

nunca pagou o serviço, pois foi um dos maiores caloteiros que Manaus possuiu.

UM APRECIADOR DE RABOS FEMININOS

Havia em frente ao *Jornal do Comércio* uma panificadora dirigida por certo português que todas as tardes costumava ficar “olhando a vida”, um pé apoiado na soleira da porta porque vivia molestado por enorme úlcera na perna. Por ali passava de volta das aulas o bando gárrulo das normalistas e também algumas senhoras do bom-tom. O portuga acompanhava apenas o mexido dos rabos.

Uma tarde desceu a avenida a esposa do Dr. Huáscar de Figueiredo, e logo atrás dela o próprio. Como o português não o houvesse visto, assustou-se quando viu aquela mão pesar no seu ombro e uma voz autoritária:

– Bonito rabo, não é, portuga? Mas é meu, filho da puta, fecha a boca...

O galego amedrontado:

– Eu não disse nada, doutor...

– Mas pensaste, galego...

A MUSA DO ALFAIATE

O Hilário Silva era português de nação e de princípios, com ateliê de alfaiate montado na rua do Marquês de Santa Cruz. Possuía vocação para a literatura, porém redatava muito mal. Recorria a mim, pagando dez mil-réis por artigo, todo sábado, depois de dezenove horas. Os artigos eram publicados no jornal semanário *União Portuguesa*, do jornalista português Passos Gomes, e

variavam de assuntos, chegando mesmo eu a oferecer-lhe poemas (sonetos), que ele assinava maravilhado.

O Hilário era casado com uma virago analfabeta e bronca que lhe enchia a vida e a alma lírica de aborrecimentos com aquela mórbida ciumeira. Ela sabia da existência de um “contrabando” de nome Natércia, costureira encarregada de preparar as calças dos clientes, como era, aliás, de vez, e que fazia as delícias do patrão toda noite de sábado, ao balanço da rede, uma rede para dois, um bergantim a que só faltavam as coroas de gerânios e rosas. Bem longe das impertinências da seresma, recitando versos do seu poeta favorito, Antônio Nobre. O Hilário tinha as suas preferências em matéria de literatura e não era muito chegado a Camões e pouco a Bocage. De Camões ele só tolerava o soneto “Natércia”, que declamava com efusão e sotaque beirão (dizia), convicto de que aceitassem sua lição.

A Natércia costureira era habilíssima no violão e também em dissimulações. De onde viera? De Porto Velho, de uma família que dera duas poetisas editadas naquela altura. Não era tola para cimentar amizade carnal com um sujeito que só a ia ver aos sábados e que só entrava com o numerário da boia. Tinha uma irmã, com quem repartia o cômodo (uma sala, apenas) cujo procedimento era semelhante ao seu: o macho pagava o teto. E o resto? De onde brotava o dinheiro para gastos supérfluos e a roupa? O Hilário sabia...

Uma tarde de sábado, em que eu estava lá, à espera do “meu” que só saía depois que os clientes fossem apanhar suas encomendas, entrou uma rapariga, filha de outro alfaiate, italiano, com oficina na rua do Marquês de Santa Cruz. Vinha trazer umas calças, cujo feitio o Hilário encomendara em razão de dona Natércia seguir adoentada. Era a primeira vez que a mocinha ia à casa do Hilário e estava virgem de conhecer a legítima. Mal começa a entrega da encomenda, surge o estupor armado de vassoura e não consultou ninguém: arriou o sarrafo na sinagoga da pequena. Entre o estupor da agressão e o sangue vertido todos ficamos imobilizados até que a realidade nos agitasse. A menina caiu desmaiada e o Hilário não teve dúvida em apossar-se do instrumento baculino e aplicar a reboldosa na mulher, ali mesmo, increpando-

-a com os nomes mais chulos que encontrou omisso do dicionário de Cândido de Figueiredo, porque oriundos dos hispídeos chãos do Algarve, donde ela era nascitura. Arrastando a perna o marido da bruaca conseguiu domar-lhe a fúria destruidora, aplicando-lhe uns agrados à portuguesa. Houve um reboliço, acudiu muita gente e levaram a vítima para a “Farmácia Lemos”, ali perto. Chamaram o pai, naturalmente, e este chegando e querendo satisfações, quebrar a culpada com pescoções à Mussolini. A virago confundiu a donzela com a Natércia costureira, e haja pau...

O Hilário Silva veio a descobrir dois sócios: um foi o poeta popular Heitor Veridiano, que na sua ausência desfrutava dos balanços do bergantim de gerânios e rosas, sob a melodiosa influência do violão da Natércia. O outro foi o Barão, um português vermelhusco, amante dos charutos, que lhe propôs sociedade para aumentar o empório de roupas, no que foi aceito.

SEU OSCAR E O SEMINÁRIO DE SÃO LUÍS

Um dos habitués do dominó do Batistão, e o mais loquaz, era sem dúvida o seu Oscar, pai daquela raridade bípede chamada Wilde.

Seu Oscar entrara no quadro da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional na qualidade de servente, isto é, lavador de escarradeiras (as “damas de sala”), penicos e latrinas e não perdera os hábitos grosseiros, apesar de agora desfrutar das prerrogativas de quarto escriturário, “por tempo de serviço”.

Só tinha um casal de filhos, mas o de nome Wilde dava mais atribulações aos pais do que meia dúzia. Ele aparece como herói no meu recordatório *Cinopoeia ou a vida airada de Mc Gregor Segundo*.

Seu Oscar era do seu natural escurinho, de cabelo pregado no coco e meio arruivado, o tipo do preto café com leite. Bom sujeito como pai de família tolerante, que amanhece com os ouvidos cheios das bisbilhotices da cara-metade, não exercia nenhuma in-

fluência orientadora nos destinos do filho vagabundo, expulso de todos os colégios públicos e rejeitado nos particulares do bairro dos Tocos. Seu Oscar, maranhense de nascimento (para embirrã-lo diziam-no nascido no Codó) e até lhe prestaram homenagem com uma solfa:

“Seu Oscar não teve dó
Quando do lar se retira,
Deixando viúvo o Codó
E de menos um qualira”.

Os versos, ao que dizia meu pai, não eram procedentes de autor do bairro e sim da própria Delegacia Fiscal, onde havia vários poetas de renome, inclusive maranhenses como Vespasiano Ramos, João Maranhão, e outros não muito conhecidos como Arge-miro Jorge etc.

Contavam dele que quando seminarista em São Luís do Maranhão, fora expulso do Colégio Marista por “ofensa ao pudor” e às regras moralizadoras do estabelecimento. É que, insinuado por colegas mais adiantados, futuros hipócritas, impingiu ao professor de latim uma tradução de Júlio César sobre a guerra das Gálias, com a infeliz declaração de que o título do livro *De bello galico* tinha muito a ver com as “belas galiqueiras” apanhadas pelas legiões romanas. Fosse ou não verdade, seu Oscar fora de fato expulso (insinuavam-se outras misérias) e viera com a primeira mesnada recrutada pelo governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Ninguém com bastante coragem para recitar aqueles versos nos ouvidos do escriturário, não por causa da galiqueira e sim pela ofensiva qualira. No entanto, fora disso o homem era pacato, tolerante, e só não tolerava ao Zeca Bananeira, para quem, dizia com petulância, escrevera os seguintes versos:

“Bananeira não dá cacho,
Nem um seco mangará,
Mas esse passa por macho
Embora esteja gagá”.

O que houve entre os dois funcionários da Delegacia Fiscal, para se estranharem, contarei por miúdo em outra crônica.

ORQUÍDEA OU ORQUIDEIA?

Voltamos a falar daquele português Cardoso, dono da “Panificadora Avenida”, que apreciava todas as tardes ficar plantado à porta da casa, uma perna descansando na soleira por causa da úlcera. Numa daquelas tardes magníficas, quando o bando álcere das normalistas passava rumo à estação de bondes, lá estava o Cardoso na sua penitente espera, de atalaia para o mexido dos rabos femininos. Era uma religião que se expressava apenas no estalar da língua e no coíar dos bigodes. Mas era igualmente um vício sádico. A atitude do padeiro punha em bagaços os nervos do Dr. Vicente Reis. Este costumava todas as tardes aparecer à porta do jornal e ficar “olhando a vida”. Resmoneava: *Carcamando descarado...* A ojeriza do jornalista do “Açaizal” (como chamava o Herculano) pelo Cardoso não era pela sua constância naquela postura, e sim por causa da fumaça que a fábrica de massas expelia da chaminé muito curta e que invadia a parte alta da casa do jornalista. Sobre aquele fumaceiro, que enegrecia as paredes, houve pendengas e desaforos trocados, com reclamações no próprio jornal.

Passaram duas garotas normalistas e pararam. – Vamos perguntar a esse senhor, ele deve saber.

– Senhor, como é que se deve dizer, orquídea ou orquideia?

O Cardoso respondeu logo:

– Nenhuma nem outra, meninas, o nome certo é orquites. Dá na raiz do pau, eu sei porque já as tive, uma miséria...

Mal o portuga sabia estar certo, pois a palavra grega é orchite.

É PROIBIDO BOIAR NA SEXTA-FEIRA SANTA

Pode ser que a verve popular estivesse equivocada, pelo menos neste caso, mas ele é daqueles que à primeira vista deixam o sujeito meio zuruó para defini-lo como digno de crédito, tal a sensação de inverossimilhança que inspira.

Há anos, 1934, quando estive de professor no município de Borba sobre o rio Madeira, entre as muitas histórias esquipáticas ouvidas a granel, guardei esta, por duas razões bem justificadas: o paciente dela era meu conhecido de Manaus e fora até meu vizinho na rua de Quintino Bocaiuva; e era juiz de Direito. Homem sério, discreto, o Dr. S. P. mantinha poucas relações de amizade onde estivesse aposentado, embora fosse cortês com todo mundo. Num dos anos mais sacrificados da vida municipal, estabeleceu-se uma querela entre moradores por causa da velha questão teológica de comer peixe nos dias santificados da paixão de Cristo. *Peixe não era carne – diziam uns. – Peixe não era o símbolo da religião? – opinavam outros. – Peixe afinal era ou não proibido pela igreja cristã? – E o pescador deveria arriscar-se a trabalhar numa semana santificada? – Que se iria comer?*

O prefeito não se interessou pelo problema e os residentes apelaram para o Dr. Juiz de Direito, que ele proibisse os pescadores (que poucos havia) de cometerem o pecado de trabalhar. O juiz não teve dúvida: baixou um ato proibitório, com apenas dois itens: *Sendo vedado ao homem, pelos cânones da Santa Madre Igreja, o trabalho manual na quarta, quinta e sexta-feiras da Santa Semana, e considerado pecado; e não havendo os pescadores abastecido a sede com antecedência, ficam proibidos de boiarem peixes nestes dias santificados.*

O referido decreto foi glosado no nosso Tribunal de Justiça, inclusive levado no ridículo o autor, um magistrado bem-intencionado que, afinal de contas, não cometera nenhum erro quando assinou tal papel. É que os animais que liam a frase o faziam pela superfície. A palavra “boiar” possui um leque semântico variável: boiar – flutuar; boiar – sobrar; boiar – comer a boia (alimento) e talvez mais alguma coisa... Ora, o juiz não se referia ao ato normal

dos peixes vir respirar e sim ao ato fisiológico dos habitantes: *ficam proibidos de comerem peixes*.

O BESOURO

Existem certos motes que não se justificam ou são mal aplicados. Mas às vezes é só na aparência. É o caso do desembargador P. M. R., conhecido por “Besouro”. Houve, durante a campanha do Acre, um sujeito chamado Gabino Besouro, mas este era nome próprio. O do nosso cronicado vinha de que atributos morais, intelectuais ou físicos?

Ele costumava frequentar uma rodinha de tabaquistas reunida à porta da Livraria Palácio Real, na rua Municipal (hoje avenida do Sete de Setembro) e nunca abandonava o bengaloide de maçaranduba, coisa feia se aplicada no lombo de adversário. Seguiu sempre prevenido porque ninguém costumava invocar o mote e sim emitir um ruído semelhante ao do besouro quando voa. Mas que o tentassem longe do alcance da maçaranduba.

Um dia um jornaleco humorista teve a audácia de publicar uma “trepção” em versos alusiva ao homem:

“Não é de prata nem de ouro
o rola bosta, esse bicho
que gosta do que o besouro
mais aprecia um rabicho”.

Comentava-se do sadismo do desembargador pelos efefos, a quem atraía com promessas para o porão de sua casa. O advogado e professor de Direito Constitucional, Dr. José Pais de Sousa Brasil, que relatava esses fatos, dizia haver o desembargador publicado um livro titulado *Sob o Cruzeiro do Sul*, que era vaidosa tradução manquê (sua palavra favorita) do príncipe de Orleans.

O desembargador, ao ter conhecimento da versalhada, saiu atrás do autor, atrevendo-se a procurá-lo na redação. Ao invés de

usar de fidalguia como se esperava de alguém com pedigree, levantou a maçaranduba contra a sinagoga do diretor do pasquim, que nada mais fez do que aparar o golpe e reduzir o argumento baculino em fasquias. Depois descobriu as baterias:

– Seu besouro papa-bosta, se duvidar vou publicar uma página sobre sua clandestina mania de virar o traseiro para os rapazinhos que atraí para o porão de sua casa.

Dali é que se veio, a saber, que o homem era pederasta passivo. E todos comendo merda, julgando-o na ativa.

OS PEITAÇOS DA BATISTOA

O renomado Sr. João Batista era comerciante de três portas, uma dizendo para o beco da Bosta e duas para a rua de Xavier de Mendonça, bairro dos Tocos. Aliás, quatro, porque de uma ele fizera janela, a do beco mal afamado pela inhaca e pela língua das mulheres (inclusive de alguns homens), entre todos a da Maria Elisa, garridamente alcunhada Batistoa. A quem o plumitivo Vercigetórix Albano chamava por mero espírito adulativo (ela lhe passava uns cálices clandestinamente, por cortesia) a “dame aux soupirs”, pelo vício animal que portava, de arrotar na cara das pessoas. Eram casados na igreja verde, há uns bons quinze anos, e se bem parecesse gostarem-se, ele não perdia vaza em propinar-lhe uma surra de vez em quando, *para acamar-lhe o pelo, tirar-lhe o feio vício de passar as horas de folga debruçada à janela, a dar conta da vida alheia*, compondo um quadro bastante animado, de que era contínuo espectador o Édson, sobrinho do Sr. Palmeira Bastos. Édson residia na casa de esquina, frente ao bar, e passava as horas de folga do colégio na janela do seu quarto, no sobrado. Disque estudando, mas de verdade namorando os peitos esparramados da Batistoa.

Ela era irmã de outra senhora de cor de quem falaremos logo mais, à deriva. Ambas do mesmo feitio, gordas e perrengues. Ambas possuidoras daquelas protuberâncias monumentais que os

humanos passantes admiravam com ternura e senso de avaliação, mas seguiam proibidos de apalpar porque eram “substantivos abstratos”, na opinião muito severa do dentista local Waldemar Wanderley Braga.

A Batistoa nada havia realmente que apresentar nesta deslavada crônica, a não ser a sua opulência, pois não saía de casa nem para visitar a irmã, a Cota Preta, que residia na cabeça da rua, lado esquerdo, e nem esta a visitava por questões antigas, ligadas ao fato do Sr. João Batista haver prometido casar-se com a menina de doze anos, a quem beneficiara. Agora a Batistoa gravitava em torno dos vinte e sete e era bem fornida. Aliás, bem empernada de cara. E não se diga que fosse destituída de abundâncias. Ao revés, quando exercitava os molejos, o ritmo das cuancas deixava o Zeca Bananeira lambendo os beiços.

Uma tarde o beco da Bosta, decentemente denominado rua de Carolina das Neves, foi alvoroçado por inusitado fato: a preta Batistoa estava morrendo, assim se proclamava de porta em porta. Gente de todos os quadrantes corria para a casa, a vê-la espichada no chão, imóvel, com uma leve espumarada na boca. Houve até quem pensasse em crime cometido pelo amásio. Mas o depoimento do “vigia” Édson Bastos foi o toque de salvação moral do botequineiro. Ele vira tudo do seu mirante, e contava, para desgosto de seu Oscar; que o tranquiibernias Wilde fora o responsável pela miséria que lhe roubava, a ele, Édson, o espetáculo sempre novo da presença dos úberes luzidios da fêmea. Wilde, ao passar, introduzira um ratinho entre as viçosas massas cultivadas pelo Batistão. A princípio a preta acreditou que o gesto de estender a mão para seu colo exposto fosse apenas atribuído de boas intenções, mas quando sentiu o rato desesperado, e viu-o, emitiu aquele grito universal e caiu para trás, estrebuchando. Não se sabe (e algumas pessoas mais bem aconselhadas aceitavam a segunda versão) se era de verdade a pilora ou era para atrair a atenção dos machos. O fato é que a casa ficou apinhada de curiosos para ver as enxúndias da preta. E o Batistão, esquentado, brandia a faca de cortar sabão e pirarucu, ameaçando toda a família de Oscar. Foi daí que seu Oscar perdeu o lugar no dominó das dezesseis horas, lugar desejado com empenho pelo Zeca Bananeira.

Na tarde do dia em que fora solenemente empossada a nova diretoria da Sociedade dos Operários, em casas da rua de Xavier de Mendonça (grupo Treze Casas), bairro dos Tocos, toda a região seguia em polvorosa, animada pela perspectiva de duas ofertas; danças e refocilamento gratuito. Portanto era de prever-se casa cheia, o que de fato aconteceu. Eu estava lá, ainda de calças curtas, na esperança de apanhar um pedaço de entalagato e um copo de guaraná. Sou testemunha dos fatos, embora os detalhes viessem depois ao meu conhecimento por via de meu primo Francisco Brasil, que me acolitava sempre naquelas aventuras não muito perigosas.

A mesa comprida estava ornamentada com figuras de relevo no set social do bairro e mais o representante do governador, um sujeito de fartos apêndices, brilhantemente fardado de branco com galões e agulhetas douradas. Dava ares de marechal de campo, e eu até que o tomei pelo próprio governador, tal a importância do homenzinho, porque infelizmente toda aquela pompa cabia muito bem na minha estrutura física de dez anos de idade, era mesquinho, quase sumido atrás do vaso com flores naturais, os pezinhos miudos quase tocando no chão.

Mais tarde eu o encontraria à paisana, reformado, mas ignoro que posto ocupasse na Polícia Militar. Possuía o vezo singular de abanar a cabeça e entortar a boca, como um gato engasgado com a coleira. Usava apito de metal para chamar a polícia quando perseguido pelo mote “Sim-Não”. Eu o confundo com um célebre capitão “Tira Língua”, da mesma milícia, celebrado pela maldade.

O presidente chamou para abrilhantar a mesa a senhora dona Perpétua, e então romperam as palmas. Se o leitor já folheou meu livro *Teatro Amazonas*, e viu o desenho da artista Mandeville pode fazer uma comparação excelente. Era aquilo mesmo: seios proeminentes e duros sob o espartilho e as ancas rotundas. Nunca tivera filhos nem criara alheios. Vivia sozinha com uma cobra jiboia e um gato.

O merceiro José Dias teve o cuidado de ele mesmo ir buscar uma cadeira para descanso daquele rabo que ele considerava um

“funômeno”. E quando todos terminaram a discursseira ele pediu a palavra e saudou a preciosa dama *como exemplo de virtudes na sua tétrica viuvez*. Quem não gostou daquele chamego foi o Zeca Bananeira, o eterno paladino da quarta veisada na cama viúva de dona Perpétua. E por isso mandou pelo correio, sem assinatura, clandestinamente, os versos:

“O dono do ferro-velho¹²
Não aprendeu o que é métrica,
E nunca leu o evangelho,
Que a vânitás ataca,
Por isso chama de “tétrica”
A terceira viuvez
Da Perpétua que à inhaca
Foge do português.
Um famoso José Dias
(Rua Luiz Antony)
Que passa todos os dias
A correr daqui prali
Em cima de dois tamancos
E à noite para desgraça
Dos pobres ouvidos mancos
O “funômino” da amena
Dona Perpétua, na praça
Põe a nu sem dó nem pena”.

A resposta veio anônima, pelo correio, para o dominó do Batistão:

“Zé Banana, o triste mocho
Diz ter pano para a manga,
Mas na hora do acocho
A mulher fica de tanga.

12 Era porque vendia estiva, mas não ferro-velho.

Coitada da pobre dama
Como triste fica ela
Olhando pra sua cama
Saudosa da manivela”.

Quem estaria lucrando, na moita, com aquele duelo de inconveniências envolvendo a viúva que de nada sabia? Numa longa conversa que mantive com o professor Clóvis Barbosa, em sua casa no Rio de Janeiro, ele me advertiu ser duvidoso que um e outro dos admiradores de dona Perpétua estivessem mancomunados na diastonia do entrevero erótico. Achava ser mera especulação de terceiros, mas omitiu os nomes mais prováveis dos autores, inclusive do maluco Humberto de Castro, o “Poeta das Formigas”. Humberto só se interessava por formigas, mesmo que fossem de bunda grande como as tanajuras. Também eliminou ao “jornalista” português Vercigetórix Albano, a quem considerava um rastaquera imbecil. Restava quem?

O PROFESSOR CARLOS MESQUITA MIOLO DE BOI-BUMBÁ

No dia da homenagem ao hanseniano, na Colônia do Aleixo, foi realizada uma boa festa, com a participação da Legião de Escoteiros, da qual fazia eu parte na categoria de Lobinho, e mais dois bumbás tidos e havidos como ferrenhos adversários: “Mina de Ouro” e “Vencedor”, ido pelo Sepetiba e este pelo Maranhão. Havia também discursos, declamações e distribuição da separata do belo poema de Álvaro Maia – “Elegia de Lázaro”. O governador, sua esposa e filhos estavam presentes. No final, quando terminasse a parte artística, haveria um baile dedicado aos internos. Os bumbás fariam as apresentações antes do baile, diante de sua excelência. Estava também programado o jantar campal sob as árvores, onde cada um pudesse servir-se sem acanhamento. Foi durante o jantar que começou a querela surda entre os dois dirigen-

tes dos “bois”, uma disputa meio idiota por causa do melhor lugar conseguido mais perto da casa de madeira em cuja frente estavam as cadeiras do governador e das pessoas gradas. Esse lugar fora ocupado pelo pessoal do “Vencedor” nenhuma preocupação de prejudicar terceiros. Porém já se tornara mania, desde o princípio do século 20, a atitude hostil do “Mina de Ouro” para qualquer outro divertimento que ousasse passar-lhe à frente.

Começou por um zunzunzum partido lá de trás e com umas visitinhas desdenhosas ao “pasto” do “Diamante Negro”. Disse-me o preto Maranhão que se fosse a outro lugar aceitaria os desafios malandros, porque o “contrário” só vivia apanhando e não criava vergonha. A ameaça de barulho foi contida por inspiração do comandante Osório (chefe dos escoteiros), que mandou ficássemos estendidos em linha estratégica entre os dois adversários. E cantássemos o belo hino dos Escoteiros, que começa assim:

“Sereis para vencer
Melhores cada dia
E com doce alegria
Cumprí vosso dever” etc.

Parece que a letra do hino sensibilizou a matéria ruim de que era feita aquela matéria provocadora e as ameaças de barulho cessaram. Pelo menos na aparência. Tudo correu muito bem até que se chamasse o pérfido “Mina de Ouro” para o aceiro, o que foi atendido com presteza, naturalmente, por tratar-se de um privilégio, pois o “Mina de Ouro” era realmente um “boi” digno de aplausos, mas não era o decano, naquela altura, pois o mais velho, e único, de que se tinha conhecimento em Manaus, era o “Rei do Campo”, seguido do “Diamante Negro”. Mas vá lá que fosse... O pessoal deste ficou ressentido, mas a desculpa que se deu era de que desejavam colocar a menor distância entre os dois rivais, pois assim que terminasse a exibição, o “Mina de Ouro” deveria retirar-se. Infelizmente não aconteceu o que se estava tentando, conciliar os ânimos. Logo de saída o amo do “boi” do Sepetiba mandou um cruzado de desafio, que poderia ficar sem resposta, mas não ficou. Os dois bandos engalfinharam-se ali mesmo na frente do

governador e de seus familiares e secretariado. Uma confusão de atordoar, de que só se ouvia a voz gritante do moleque Beicinho, o amo do “Diamante Negro”, e grande “tirador de versos”, contra o adversário. Naturalmente a turma do “deixa-disso” acudiu logo, mas eu ainda consegui uns versos alusivos à posição no conflito do professor Carlos Mesquita, que punia pelo “Mina de Ouro”:

“Esse tal de jornalista
que esculhamba nossa obra
para galo falta a crista
e pra burro tem de sobra”.

O mais extraordinário de tudo é que o “Mina de Ouro” apresentava quatro pernas invés do comum duas, do “miolo”. Quando a sarrafascada terminou, saiu de baixo do “boi” o professor Carlos da Silva Mesquita. E não estava sóbrio... É que tivera a audácia, ou a insensatez, de pôr o bumbá “Mina de Ouro” nas alturas, em detrimento da performance do rival.

Enquanto a indiada disputava a primazia do campo, o “boi” dançava ajudado pelo professor Carlos Mesquita que não havia encontrado um meio de sair da embrulhada, senão aquele.

Parte desta crônica me foi lembrada pelo meu amigo Raimundo Vale, à época brincante índio do bumbá “Mina de Ouro”.

QUEM PAGOU O PATO?

Residia na primeira casa de taipa da rua de Xavier de Mendonça Furtado, esquina com a do Dez de Julho (depois do Comendador Alexandre de Brito Amorim) uma senhora atarracada, que acudia pelo agnome “Cota Preta”. Era irmã legítima de outra senhora também volumosa, a Batistoa, amásia do bodegueiro preto Batistão. A Cota Preta não era casada nem amasiada, vivia de seus expedientes, e havia como amiga a quase vizinha dona Henriqueta, também do mesmo ofício, desligada do marido, mas

vivendo sob o mesmo teto. Ambas eram amigas de porta adentro, e, sobretudo, linguarudas. Mas a Cota não se dava com a irmã Batistoa, pelas razões já expostas antes.

Certo dia sumiu um pato de bom tamanho do quintal da casa mística à da Cota, quintal que se estendia para um capinzal. A dona do gordo palmípede esperou-o em vão no galinheiro durante quinze dias, mandou sindicar pelos quintais próximos e nada. O bicho batera a linda plumagem...

Mas é certo que quando Deus abandona o homem o Diabo lhe toma conta. E todos os dias não é o mesmo dia de hoje. Um mês decorrido e as duas comadres, Cota Preta e Henriqueta, vieram às turras no meio-da-rua e não foi por causa do pato, e “sim pro mode do filho” da última, a quem a baixinha e rotunda Cota fazia “adormir nos jiolhos”, ao som de cantigas (não de barcarolas infantis) dolentes. Dona Henriqueta assoalhava estar a preta botando em mau caminho seu filho inocente do que fossem aquelas *buçarras imundas de pelo pixaim, fedendo a azedo e a ácido caproico*, que os poetas dignificavam com o apelido de Concha Venusina e os simples mortais chamam irreverentemente boceta.

O barulho reclamou a presença de mais de cem curiosos que estavam dispostos a conhecerem o resultado do mistério do desaparecimento do pato. Diz o ditado que *brigam as comadres, descobrem-se os segredos*.

Foi justamente aí que a Henriqueta se lembrou do seu aniversário natalício e do almoço que ofereceu aos vizinhos do peito, incluindo, é claro, a doce amiga Cota Preta. Um delicioso pato assado ao forno, rodeado de batatas e de cheiros-verdes, baunilha etc. Uma comilança que deu o que falar em muitas léguas de distância.

Naquela rua e naquele tempo moravam, quase vizinhos, dois poetas populares muito festejados em Manaus: Antônio Mulatinho e Grijalva Antony, este também teatrólogo e ator. Quer-se que haja sido inspiração de um deles a quadrinha que rolou durante muito tempo, alusiva ao pato:

“Quem matou o pato
foi a Cota Preta
quem pagou o pato
foi a Henriqueta”.

Afora essa manifestação de regozijo popular cantado sem discriminação, os moleques chefiados pelo Luís Gonzaga corriam à noite as ruas, cantando:

“Verificou-se de fato
depois de muita procura
que o bicho que come pato
se chama Cota Mucura.

Por causa de triste revés
em que se viu, a “coisa preta”
foi vista a última vez
na mesa da Henriqueta”,

As duas maritornes se empenharam em luta corporal e dona Henriqueta subjugou a baixinha, que esperneava gritando. Foi aí que a garotada amiudou para ver de perto o espetáculo, com a “coisa preta” da Cota Mucura a sorrir para a maledicência. O rolo seguia no seu máximo de despudorado escândalo público quando surgiu o pernambucano José Fernandes, que separou as duas, fez um discurso apologético sobre a virtude cristã do perdão e da honra feminina e levou a Cota Mucura para sua casa, mais aca-brunhada do que malferida. Daí ela desapareceria para sempre do pacífico bairro dos Tocos. Anotecera, não amanhecera.

FABRICANTE DE PIMENTA-DO-REINO

Parece que eu já me referi, ao menos de passagem, das minhas picardias de menino residente na rua de Xavier de Mendonça, bairro dos Tocos. Havia no quintal vizinho entre iras, outro tanto de mamoeiros. Mamões bonitos, daquela espécie que em outros tempos chamavam “mamão de compota”, porque serviam bem nos doces.¹³ Eu descobri que podia transformar as sementes maduras em “pimenta-do-reino”, somente com deitá-las numa folha de zinco ao sol e deixá-las secar. Comecei a experiência em casa, misturando, sem minha mãe nem a preta Elisa empregada saberem, as sementes secas com as do vaso de pimenta-do-reino. Como não houvesse reclamação das partes, criei coragem e procurei o Tuneca, meu vizinho, filho do “Parrau Cabeça de Pau”, dono da taberna. Naquele tempo era eu escoteiro e o Tuneca se babava para vestir aquela farda e sair, como eu fazia, todos os domingos, intemerato, às quatro da manhã para a sede que era na rua do Doutor Moreira. Ele havia sido iniciado, principalmente sobre segredos, que deveriam ser mantidos sob juramento. “Palavra de escoteiro”, com dois dedos erguidos.

Nosso contrato resumia-se no seguinte: eu forneceria algumas gramas de pimenta-do-reino e em troca ele me daria papel de seda para cobertura de papagaios, ou farinha de trigo para cerol, e ele misturaria o meu produto com as que o pai adquiria na firma aviadora Herdeiros Machado. Meu pai possuía uma balança de mesa com que minha mãe pesava a carne todas as manhãs a fim de controlar as roubalheiras do magarefe, o português seu Lopes, gordinho e pequeno, mas safado como ele só. Eu pesava as gramas de “pimenta-do-reino” por mim fabricadas e tomava nota. E assim fomos nós por muito tempo enganando-nos, mas o cutruco não cessava de perguntar onde eu achava tanta pimenta, se minha mãe não desconfiava. O comércio clandestino só terminou quando eu me mudei do bairro.

13 Deixei de frequentar restaurantes badalados porque me enojava ver no cardápio *au dessert* a palavra espanhola *papaya*, invés do nosso clássico mamão. Agora quando eu quero jantar fora mando colocar a mesinha no pátio da minha casa.

POIS SE ELE É ATÉ POETA...

Contava o governador Dr. Álvaro Botelho Maia que um dos prefeitos do interior do Estado, em audiência requerida com empenho, queixava-se de que o Dr. promotor na sede, Dr. Américo Antony, assumia atitudes um pouco absurdas para os habitantes misoneístas não azevedos a certas familiaridades.

– Por exemplo? – pergunta o governador.

– É que ele vai pessoalmente examinar as denúncias de defloramento, obrigando a moça a mostrar as vergonhas...

– E não há médico legista na sua sede? Como poderá ele atestar defloramento se não observar o tamatiá da vítima?

– Mas metendo o dedo no buraco, governador?

– É que sem dúvida o promotor é míope...

– Míope ele é, todo mundo sabe... mas sem-vergonha curioso? Isso não...

– Sr. prefeito, posso garantir-lhe que o Dr. Américo Antony é gente séria e honesta, o que ele faz é aplicar métodos mais práticos...

O prefeito, admirado, dando marcha à ré:

– Sério? – Honesto? – Mas se ele é até poeta, governador...

Álvaro Maia engoliu seco. Riu de banda, aquele seu jeitinho de aceitar as coisas erradas e concluiu:

– Isso não é maldade, pois eu também sou poeta...

O prefeito, admirado, erguendo-se:

– Não me diga! – O senhor... também?...

O CAGALHOTO



Acadêmico Péricles Moraes

O poeta Américo Antony andava sempre com um rolo de poemas sob o braço, a ver se sensibilizava alguém para editar sua obra. Tornava-se até importuno quando chegava ao café com aquele calhamaço já cinzento de tanto manuseio. E pior é que declamava em voz alta, não raro perturbando o sossego, como fez uma noite de recepção na Academia de Letras.

Resolvido que publicaria um volume de seus versos antigos, deu ao escritor Péricles Moraes a honra de prefaciá-la obra. Sendo também poeta, pois publicara sonetos, Péricles Moraes não teve dúvida em escrever brilhante prefácio, onde esclarecia a tendência simbolista do poeta.

Por mais brilhante que fosse Américo Antony, nem era perleúdo nem conhecedor de “escolas” literárias. Sua biblioteca, que eu conhecia, resumia-se em meia dúzia de obras de poetas estrangeiros e nacionais, Byron, Shakespeare, Wordsworth, Bilac, Guerra Junqueiro (conhecia de cor “Ó melro”), o Bocage erótico, que declamava com ênfase. Nada de Manuel Bandeira, de Mário de Andrade, de gente modernista, a quem desdenhava.

Lido o prefácio, meteram-lhe na cabeça não aceitar a opinião do mestre Péricles, e Américo Antony não teve dúvida em publicar na página dos Anúncios de *O Jornal*, um “A quem interessar

possa”, desagravando-se da pecha de simbolista. Naquela altura havia ele sido eleito membro da Academia Amazonense de Letras e a sua tempestuosa reação incomodou a quantos, acadêmicos ou não, lhe conheciam a obra. Péricles Moraes não havia lido o insólito desmentido, e foi o presidente Dr. Adriano Jorge quem da “Farmácia Barreira” o colocou a par da besteira, textualmente:

– Péricles, você já leu o que aquele idiota escreveu sobre o prefácio? – Homem, você perdendo tempo com um mentecapto, e ele a despejar um cagalhoto em cima da maravilhosa peça... – Vou convocar a Academia e despejá-lo de lá com toda a sua maluqueira rimada...

O dito foi feito e Américo Antony perdeu duas oportunidades: a de ter o livro editado por causa do panegírico de Péricles Moraes, e a de membro da Academia. Mais tarde, passado aquele zunzunzum, eu propus a volta do poeta ao grêmio. Está registrado em ata.

QUE SÃO SAMBAQUIS?



O historiador Arthur Reis

Referida pelo Dr. Arthur César Ferreira Reis, a crônica adquire maior conteúdo de veracidade porque era ele, naquele então, professor de História no Colégio Salesiano de Manaus, atual de Dom Bosco. Numa das provas escritas ele colocou um quesito alusivo às formações (depósitos) de moluscos bivalves, muito encontrados na ilha de Marajó. Estudavam no colégio dois rapazes, que depois seriam, os dois, amicíssimos, chamados I. R. F. e G. M. P.

As respostas dos dois variaram, creio que pelo motivo de estarem separados. O primeiro respondeu que *sambaquis eram os envelopes em que os índios colocavam a correspondência*. O segundo talvez por haver escutado mal, disse que *tambaquis eram peixes moqueados, denominados “tambaqui de cacete”, que se vendiam no Mercado Público*.

TROCANDO DE LÂMPADA

Aqueles dois amigos lá de cima frequentavam a casa de cidadão alemão casado com alemoa, mas somente na ausência do marido, que era entomologista e se chamava cristãmente Walter Pretorius. O cientista vivia constantemente fora, munido de sua rede de caçar insetos, e as paredes de sua casa eram ornamentadas com amostras de bichos, bichinhos e bichões espetados em alfinetes e bem acondicionados em placas de cortiça cobertas de vidros. O alemão vivia da exploração daquela bicharada, por contrato com museus da Europa e Estados Unidos etc., para onde exportava, pois naquela altura não havia Ibama e até peixe-boi ia para a África, *a fim de comer o capim que fechava os rios*. Uma cornucópia dourada. Finda a guerra segunda o alemão se botaria para sua terra, deixando a mulher abandonada na mesma casa da rua de Antimari, bairro da Cachoeirinha. Mas às vezes o alemão chegava a casa sem ser esperado, e como era de seu natural convencido e até agressivo como bom descendente dos hunos e vândalos, não aceitava, por exemplo, familiaridades com gente de cor, o que não acontecia com a loura dolicocefala, sua metade, que aceitava sem torcer o nariz as cortesias do Dr. I. R.F.

Numa tarde de sábado estavam os dois na casa do cientista, o Dr. G. M. P. olhando pela centésima vez as bonitas amostras animais, quando entra o marido, com ares de quem comeu e não gostou. O Dr. I. R. F. estava lá pelo interior do barraco de taipa, entretendo a alemoa, quando ouviu o alarma do amigo: – Tabira, chegou o Dr. Pretorius!

Meio desconfiado com aquela intempestiva alerta, o alemão entrou resolutamente e foi bater na sala de jantar, onde, sobre a mesa, e trepado numa cadeira, o Dr. I. R. F. procurava com dificuldade inserir uma lâmpada.

– Que é isso? – Desça daí, seu malandro...

– O amigo veio estragar tudo, estava quase metendo... – queixou-se o namorado descendo do poleiro e abalando, encagaçado com a cara de poucos amigos do *mari debonnaire*.

CONTAGEM REGRESSIVA

Foi numa daquelas sensacionais escolhas de Miss. Havia um tablado ocupado pelos membros da Comissão de Julgamento, e no centro da praça dita de Antônio Bittencourt (popularmente do Congresso Eucarístico), fora levantado um palanque para exercício do locutor. Este seguia trazendo o público no conhecimento do que se passava e até divertindo-o com piadas e anúncios adrede contratados. De repente surge não se sabe de onde, e nem com que autorização, uma dona sassaricante, toma o microfone das mãos do locutor e grita para a multidão:

– Vamos escolher pela contagem regressiva. Quando eu terminar, vocês gritam o nome da candidata...

Todos ficaram estarecidos diante daquela intromissão indébita, mas não deu tempo de protestar contra, pois a heroína da noite começou:

– Um! – Dois! – Três! – Quatro!

Aí a vaia comeu. Foi vaia de encher o camburão. Além da vaia alguns marotos situados mais próximos do palanque gritavam: – Volta para a Escola do Luso! Isso é contagem direta! Fora! Fora!

Ao meu lado o Joaquim Marinho glosava, revirando um olho:

– Essa é da escola do Bianor Garcia...

LINHAS CRUZADAS



Adalberto Vale

Costumavam reunir-se todos os dias da semana, no “Mandi’s Bar” do Hotel Amazonas, alguns literatos e jornalistas, entre eles os mais festejados Dr. Walmick Ramayana de Chevalier (médico); Dr. Álvaro Bandeira de Melo (bacharel), bancário; jornalista Herculano de Castro e Costa; jornalista Humberto Calderaro Filho; às vezes o dono do hotel transformado em Mecenas, e os sombras Melchisedeck Aires da Cruz e Aldo Morais. Todos esses bebiam à tripa forra o uísque do hotel, sob a garantia do proprietário, que considerava aquilo uma honra para o estabelecimento. A alegre igreja funcionava até de madrugada, por isso teria de inventar motivos para espantar o sono, fosse qual fosse o tema.

Numa dessas madrugadas, o “doutô” Walmick Ramayana de Chevalier (que confessava bestamente nunca haver lido o poema *Ramayana*, com que seu pai alimentava a vaidade intelectual), propôs, como uma “deliciosa traquinagem”, motivarem algumas personalidades “austeras”, tirando-as abruptamente da cama com notícias tétricas. A escolha foi feita pelo próprio “Rama” e serviu ao deboche o menos conhecido dos “artistas”, um tal Melchisedeck Aires da Cruz, pessoa da guarda de honra do famoso romancista de *Sob o circo sem tecto da Amazônia*.

A primeira vítima foi o escritor Péricles Morais, acordado subitamente às duas da madrugada por um chamado insólito, diz que partido da casa do filólogo João Leda. “– Quem fala daqui é o filho, e meu pai está nas últimas e desejava ver seu amigo...” Em seguida, foi a vez de o professor Péricles Morais chamar para perto do seu leito de morte ao Dr. Castro Monte. E depois este requerendo a presença rápida do escritor Péricles Morais à sua cabeceira. As linhas cruzadas não surtiram efeito por causa da índole dos convocados, apenas um se deixou ilaquear: o Dr. Castro Monte, que residia à praça de São Sebastião, muito perto da rua de Enrique Martins. Castro Monte contou-me, rindo, que vestiu com grande lentidão apenas a calça, meteu as pantufas e saiu de cabeça descoberta pela rua escura de breu. Alcançando a casa do professor Péricles Morais, estranhou ver tudo em silêncio, nenhuma luz nem gente, nem o melhor amigo do “doente” o Sr. Igrejas Lopes, cunhado. Perguntou na panificadora, que àquela hora seguia em atividade, mas ninguém lhe soube informar. Desiludido, o enganado voltou para sua cama, e bem cedo telefonou, atendendo dona Andrômaca, que então referiu a história dos telefonemas como *uma brincadeira de mau gosto de vagabundos notívagos*.

O ÚLTIMO REDUTO DO DR. TURIANO

Seriam vinte horas de uma noite que prometia calma e sossego às famílias amazonenses, quando a tropa do exército invadiu o Palácio Rio Negro. Estava proclamada a revolução de 1924, naqueles 23 de julho e tomado o poder que constitucionalmente representava o Dr. (médico) Turiano Meira, genro do governador de direito desembargador César Augusto do Rego Monteiro, na sazão em Paris, gozando as delícias do bulevar Saint Martin.

Haviam terminado de jantar e o médico, que não primava por ser “flor que se cheire”, tirava umas baforadas do charuto, quando

os gritos dos empregados e o rumor da soldadesca varando escadarias e aposentos o despertaram para a realidade.

– Te esconde, meu filho! – gritava-lhe a mulher, adoidada.¹⁴

Turiano nesse momento crucial sentiu frio na espinha e vontade de desimpedir-se e correu para a WC, trancando-se. Dali o foi arrancar o sargento Euclides, mas para fazê-lo foi obrigado a arrombar a porta. O homem, todo cagado, perguntava seguidamente o que iriam fazer com ele...

– Por ora, dar-lhe um banho e mudar de roupa... Depois apresentá-lo aos chefes.

A MÃE DA FRAUDE ESCOLAR

Durante a minha atividade professoral no Colégio Estadual do Amazonas tive oportunidade de ver vários tipos de fraude durante as provas escritas, e algumas são aqui publicadas. Geralmente quem mais “colava” eram as mulheres, dado que a estas sobravam recursos os mais extravagantes, desde a sedução até a falta de pudor. Tornou-se vulgar e pouco interessante a “cola” em pedacinhos de papel, presa entre os dedos indicador e médio, ou a manjativa e quase ostensiva debaixo da própria prova. O “livro”, o “elástico”, o “sopro”, o “telegrama”, a “troca de provas”, tudo isso ficou no passado, diante da nova estratégia, experiência única de dona A, um mocetão de boa-pinta que se orgulhava de “botar rabo de papel” nos professores, invés de orgulhar-se de obter dez numa prova lícita, o que não conseguiu jamais em nenhuma matéria.

Numa daquelas provas eliminatórias eu fui chamado de repente ao telefone. A sala era a grande, de janelas para a rua de Rui Barbosa e portas gradeadas para o corredor. Fui atender e era engano. Mas ao regressar, tive a certeza de que o telefonema fora parte de um plano para deixar livre o campo às sedutoras meninas

14 Contado pelo próprio sargento.

“colantes”. Por isso, ao regressar à sala, vim colado à parede e o que eu vi só se vê hoje em balneário: um coxão branco, pernil de mulher taluda. Saia da farda arregaçada até a nascença dos pentelhos. E naquela página aberta à grafite havia resumido os limites dos países do continente sul-americano.¹⁵

Eu costumava, de acordo com dispositivos autorizados pelo Ministério da Educação, passar um xis a lápis vermelho na prova e aplicar logo a nota zero, com a advertência escrita: *Flagrada no uso de cola escrita na pele das coxas*. Daí o aluno era retirado de sala.

Foi a única oportunidade que não tive de guardar o recurso condenável, utilizado pelos alunos vadios.

COLA TELEGRAMADA

Houve um ano em que apareceram vários cidadãos vindos de fora para a base aérea de Manaus e foram matriculados nos cursos noturnos.

Tive oportunidade de saber então como se ensinava Geografia lá por fora, nos chamados “centros de maior desenvolvimento cultural” que eram São Paulo, Rio de Janeiro etc. É claro que não se pode sempre avaliar a capacidade do docente pela do discente. O professor pode ser bom e o aluno péssimo. Mas naquela sação só havia um desses “transferidos”, que pertencia à base naval e era caprichoso, o resto, deus nos acuda! Um deles só escrevia cauda de cometa com /l/, “calda”, e ainda pretendeu discutir comigo.

Durante a primeira prova escrita, separados os alunos por turmas A-B, fiquei como era de vexo, ocupando a cátedra, apenas observando as atitudes, pois eu sabia quem colava só pela cara... De repente eu comecei a desconfiar de um daqueles “transferidos”, que insistentemente batia com o lápis na carteira. Observei que as pancadas não eram produzidas por um cérebro em estado de

15 Eu só vim a ter conhecimento do conteúdo da “cola carnal” porque dona Bebê, a inspetora de alunas, levava a “fraude” para o banheiro das mulheres.

inquietação, de amnésia, de ignorância da matéria: eram contínuas e “falavam”. Ora, eu havia estudado alfabeto Morse, quando escoteiro, pois fazia parte da nossa aprendizagem a *comunicação a distância por meio de sinais*.

De sorte que resolvi tentar uma verde para colher madura:

– Meu caro, por favor, cesse de transmitir mensagens para aquele seu colega, você inclusive está perturbando a solenidade do ato.

Foi água na fervura, mas todos os alunos ficaram de boca aberta.

O INGÊNUO

Para não perdemos a deixa, conta-se também de uma aventura a mais insólita por que passei na minha vida de professor secundário. Ainda se trata de um daqueles “transferidos”, este então mais tolo do que os demais de sua espécie. Ele havia chegado quase na véspera das provas orais. A banca examinadora era composta por mim, o professor Dr. Sebastião Norões e o professor Dr. Elmacino de Araújo Jorge, como presidente.

Chamado o fulano e lançadas as três perguntas sacramentais (eu só fazia três perguntas, atribuindo as notas conforme as respostas certas: três, seis e nove. Não havia meias respostas e as erradas eram contadas por zero), ele começou a exhibir apenas gestos e mover de lábios, nada mais. Eu estava gozando a atitude do professor Norões, que me olhava de banda, como se pensasse estar eu sendo levado na lábria do ingênuo. Quanto mais ele gesticulava e nada dizia, mais eu ria... E começaram a rir os alunos... Afinal eu cansei e disse-lhe: – *Estou satisfeito, pode ir-se*.

No final de tudo os dois professores me cercaram: – *Tu engoliste aquela bucha?* Aí eu mostrei-lhes a pajela: zero por não se expressar com palavras, limitando-se a sinais de surdo-mudo...

O fulano havia caído na burrice de escutar um dos alunos tido e havido como palhaço, aliás, ele se dizia gaiatamente: “O Magro”, invés de mago.

O referido ingênuo, ao levantar-se da “cadeira do suplício”, como eles chamavam ao assento, disse para o colega: – *Ele disse que estava satisfeito...*

OS BEIRADISTAS

Indivíduos aproveitadores de situações para “abeirar-se” de coxas feminis sempre houve no mundo e em toda parte, mas organizados e com estratégias bem definidas, a chamada “arte de acostar” sem ser repellido, ou se repellido saber bater em retirada, polidamente, somente em Manaus e no “cine Guarany”, nas sessões noturnas. Da década de trinta em diante, até a vigência da Segunda Guerra Mundial, o grupo de “beiradistas” atuantes na área dos cinemas, nas vesperais e à noite era de espantar, havendo até uma hierarquia, estratificada entre os “sujos” (novatos que ignoravam a arte) e os “decanos” (os mais antigos e mais perfeitos), com uma performance de tirar o chapéu.

Tornou-se familiar no cinema a figura do Dr. G. B. T. (advogado e promotor público na capital), considerado o “chefe” dos “beiradistas” atuantes pela leveza com que entrava na sala já escura, e marcava a presa.

Admirava sua audácia em penetrar naquele espaço jequi entre as filas, a fim de alcançar, às vezes sem resultado compensador, uma cadeira vazia. Pois ele o fazia, espremendo-se para não incomodar o cristão. Havia outros, igualmente doutores, G. M. P., I. R. F., L. R., L. G., e simples populares como José Maia etc., que gozavam do mesmo prestígio entre os bolinadores de fêmeas tolerantes. E destas havia, até de reconhecido mérito.

Uma noite desenrolava-se um filme de longa-metragem, muito divulgado, cujo nome ficou impresso na memória de muita gente: “The big parade” (A grande guerra, na tradução comercial).

O cinema ainda era mudo, mas o inventivo Vasco Farias achou um jeito de “melhorar” a exibição, postando um corneteiro da Polícia Militar na gambiarra, o qual acudia quando era necessário.

O Dr. G. B. T. entrou, viu a cadeira vazia, um tanto difícil de alcançar pela distância e pela montoeira de gente instalada, e com a fita em andamento, mas heroicamente, como um “poillou”, quase arrastou-se, fez-se esguio como um palito e sentou-se, pedindo licença à esbelta criatura. O passo a seguir era o “contato”, uma primeira consulta aos sentimentos íntimos da “vítima”, e que consistia na “joelhada”. O “beiradista” de classe não agia diretamente, começava por procurar o joelho da vizinha e grudava. Se ela aceitasse a mensagem, então ele passaria ao “cotovelo”. E daí, com os braços cruzados para esconder a atividade da mão, aos seios da beldade.

No caso que estamos relatando, e não necessita jurarmos ser verdadeiro, porque de fato aconteceu, aliás, espalhado pela paciente, o nosso decano comportou-se de acordo com as sutilezas do estilo. Entretanto, teve ele uma surpresa desagradável: o joelho (e que joelho!) arripunou o contato e uma voz ameaçadora sossinou:

– Tem modos, Guata, do contrário eu faço escândalo.

Só então o “mestre” viu de uma vez aquela peça perdida: era sua parenta, a senhora T. C.

SUCURIJU DE QUARENTA METROS

Não foi o Dr. Carreira quem me contou, foi um de seus fãs. Que o avô do dito resolveu fazer um novo banheiro no seu sítio do interior, à margem do rio Amazonas. E ficou muito satisfeito quando viu certa manhã, bem mesmo à mão, enorme tronco (– Valente piranheira! pensou) boiando, preso aos matupás. Muniu-se da ferramenta, serrote, martelo, pregos, mandou transportar para o local algumas estivas fortes e seguia disposto a torar o pau, quando este começou a mover-se lentamente, seguindo o fluxo da corrente e arrastando o bravo ocupante.

Era uma pai-d'égua de sucuriju, de cerca de quarenta metros de envergadura, dos quais apenas uns vinte se deixavam ver.

O CURIOSO MANIFESTO DO GOVERNADOR BACELAR



Pedro Bacelar

Em dias do mês de abril deste 2001 recebi a visita espiritual do Dr. Jauari Marinho, na forma de um cartucho e um amável bilhete. O cartucho continha a cópia xerografada do célebre “Manifesto” do Dr. Pedro de Alcântara Bacelar, o “Pedro Jumento”, que governou o Amazonas naquela pior fase econômica da Primeira Guerra Mundial. A personalidade do homem de quem muito falava o Dr. Sadoc Pereira nas reuniões da “Pensão Maranhense” era discutível. Morreu pobre, deixando viúva, que nem casa própria possuía, morando de favor, na velhice, aposentada, em casa do cunhado, o Sr. Tosta da Silva, na rua do Treze de Maio, hoje de Getúlio Vargas.

Contrastando a tradição de pobreza, é do meu tempo de menino a cantiga que se ouvia frequentemente, de seus alcances aqui e ali perpetrados. Entretanto, meu pai me advertia ser o homenzi-

nho (ele era perrengue e gordo) vítima da parentela, que abusava de sua fraqueza moral para desgovernar o Estado. Pessoalmente conheci o governador quando era menino e ele foi à festa de fim de ano realizada no grupo escolar “Cônego Azevedo”, do bairro dos Tocos. Aquela visita foi documentada numa foto estampada na revista *Cá e Lá*, e nela estou eu, na primeira fila, metido na farda branca com visos vermelhos nos punhos e gola. É que a esposa do governador fazia parte do grupo de professoras. Pois o Zé povinho cantarolava:

“Vou-me embora } bis
Para Humaitá
Lá tem trator e boiada
E aqui não há.

Vou-me embora } bis
Para Humaitá
Lá tem peixe e chibé
Pra me sustentar”.

Refere-se à fazenda que ele possuía em Humaitá e para a qual levou um trator e um belo reprodutor comprados para o Estado. O povo pode demorar nas suas justiceiras cominações, mas não esquece. Como não esqueceu que se deve ao mesmo a aquisição do palácio Waldemar Sholz, transformado em sede do governo, como nome de Palácio Rio Negro.

POETA EMBARRICADO

Contou-me o Dr. Wilson Brasil, nomeado prefeito de uma satrapia do interior do Estado, durante a governança Álvaro Maia. Por sugestão do Dr. Manuel Barbuda, e a pedido do interessado, foi levado na bagagem um poeta muito conhecido em Manaus.

Aliás, aquele que eu considero o melhor poeta amazonense dos últimos decênios, sem nenhum favor.

Esse moço, uma bela pessoa como cidadão e respeitado como intelectual, agregou-se ao préstito do Dr. Wilson Brasil, e mandou-se. Uns dias após a instalação da nova administração, o poeta L. B. (ele assina com z e dois éles) desaparece sem deixar endereço. Procura daqui, procura dali, e não dando com nenhuma pista, optaram pelo suicídio ou por um acidente fatal: talvez sua alma lírica houvesse buscado o recesso dos bosques para melhor inspiração; talvez uma miragem animalista o houvesse tentado; talvez isso e talvez aquilo e aquilo outro. Passaram-se três angustiosos dias de busca infrutífera. No quarto dia pela manhã levantou-se um sal-seiro para o lado do convento, com muita gente atraída por algo inusitado.

– Está vivo, coitado, mas quase desmilinguido... – diziam.

Era o poeta, encolhido e murcho dentro de um barril seco, foragido de alguém que ele dizia querer matá-lo. Ali socado como um embrulho, dormiu aqueles três dias e logo foi devolvido ao Dr. Barbuda com a ficha: *De doido aqui basta eu...*

ROSA, A CHARADISTA

Às vezes a sala grande do Colégio Estadual do Amazonas, lado do poente, era vigiada por um inspetor de alunos, na carência de uma mulher.

A turma era composta somente de moças, e entre elas havia uma sapítica que se dava ao luxo de deitar charadas para as companheiras, e não raro eram enigmas de deixar o cabelo em pé ou o queixo caído. Tão eruditas são as moças, mesmo aquelas que a gente está acostumado a ver de fisionomia respeitável. Chamava-se Rosa e era danada de bonita, porém vadia como quê, tão vadia que não aguentou o rojão no ginásio, mudando-se para a Escola Normal, de onde saiu professora de grupo escolar.

Contava a Rosa para os ouvidos ansiosos das companheiras e os ouvidos alertas do inspetor de alunos Penifort:

– Que é, que é?
É grosso, branco e comprido
E tem a ponta vermelha.
Tem C no começo,
Tem A no meio
E tem O no fim
E quando se experimenta faz gozar.

Ou então:

– Que é, que é?
Quando entra é duro e seco,
Quando saiu é mole e ensopado.

Ou ainda:

– A greta da negra é preta
escura no corredor
só se abre com um troso
que se chama metedor.

Nos quatro exemplos acima ocorre ao leitor a imagem do pênis e da vulva, mas trata apenas, respectivamente, de cigarro, macarrão e fechadura.

Como se vê, a Rosa tinha lá suas razões para formar-se em professora.

HISTÓRIAS DA ONÇA

Eu tive na Imprensa Pública um colega de revisão chamado Manuel Garcia, que acabou advogado no foro de Manaus. Era dado a contar “causos” da vida de seu avô no interior do Estado. Contou que certa feita, cansado de explorar a mata sem haver dado um tiro proveitoso, arriou o corpo em cima de um tronco caído e adormeceu. Deveria de estar sonhando coisas maravilhosas (aquela família Garcia era dada a cultivar o maravilhoso), quando “sentiu fuficar” (palavras do relator) no nariz, qualquer coisa de estranho que o fez explodir num espirro pai-d’égua. Em seguida ouviu aquele estrupido: era uma baita malha larga. A sua valência foi *espirrar*...

OS DOIS URUÁS

Era chefe de Polícia do Estado o Dr. Mário do Rego Monteiro, quando apareceu em Manaus, tangida pela polícia do Rio de Janeiro, a dupla de homossexuais mais conhecida na imprensa pela firma comercial Fifi & Manassé, este último de origem árabe. Após algumas peripécias na cidade, com desmunhecamentos etc., parece que a concorrência não agradou à fauna dos pederastas passivos trazidos “de olho” pela lei da ética social, que sem mais aquela grudou os dois transgressores e meteu-os na cafua para devolvê-los à corte.

Antes de hospedar condignamente a dupla, o chefe de Polícia manteve com eles curto diálogo:

- De onde vieram?
- Nós vem vindo do Rio...
- Recebi telegrama de lá, onde se declara que os senhores são dois perigosos homens-dama, verdade?
- Semos, doutor.
- Semos o quê, nós somos!
- Ah! O doutor também é?

Falava o Fifi, o mais desmunhecado dos dois.
Cotou-me o comissário Sousa, que vinha a ser parente (primo) de minha sogra.

NUM É OGENO...

Na época dos grandes concições realizados pelos partidos majoritários Social Democrático (PSD), Trabalhista (PTB), União Democrática Nacional (UDN), os oradores enxameavam, porque então, salvo ou outro de maior entendimento, as enxurradas de besteiras disfarçavam a carência de facúndia e de instrução, necessárias a um convincente defensor de ideias políticas.

O método utilizado por aqueles “oradores” era a tesoura, e olhe lá que havia pelo menos três alfaiates (sempre houve, aliás, mesmo no passado, com aquele Gonçalves Dias) disputando cargos eletivos de alto rango.

Um grande *meeting* realizava-se no cruzamento das ruas de Antimari – avenida do Sete de Setembro, pró-candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República. O entusiasmo das massas pelas esculhambações assacadas contra os adversários atraía pobres e remediados. Depois da exibição de ponderados oradores como Álvaro Maia, uma das gralhas que estavam no palanque avançou e lascou a verborreia:

– O generá Ogeno é que... Me larga, peste! O generá Ogeno...

Por trás do orador, que era nem mais e nem menos que o Dr. V. B., outro doutor agrônomo, L. A. S. N. puxava-lhe pela aba do paletó e corrigia

– Num é Ogeno, Dr., é Orico...

Relatava com muita graça o jornalista Herculano de Castro e Costa.

FOGUETES ANTES DA FESTA



Dr. Raul de Azevedo

Durante aquela célebre palhaçada que foi a “renúncia” do Fileto Pires Ferreira, ao governo do Estado, havia em Manaus famoso jornalista, poeta e romancista que faleceu no Rio de Janeiro em idade provecta. Era o Dr. Raul de Azevedo, cognominado “Doutor Ternura”, leque e que se grudara à camarilha política de Eduardo Gonçalves Ribeiro, pois era maranhense da gema e até envernizava o cabelo a fim de ficar mais *light*. Foi um dos maiores diretores dos Correios e Telégrafos do Amazonas e Acre, cargo em que se aposentou.

O Dr. Raul de Azevedo mantinha um jornal, de que era diretor, o *Rio Negro*, formato pequeno e hebdomadário. Após o escandaloso fato da renúncia forçada, o Fileto anunciou do Pará que viria a Manaus reassumir, com a homologação do presidente da República.

Naquela altura uma viagem de Belém a Manaus demorava apenas três dias em transatlântico e quatro em navio fluvial, que havia muitos. Como o jornal do Dr. Raul de Azevedo só circulasse uma vez por semana ele não teve dúvida em anunciar com grande manchete a próxima arribada do governador renunciado. A notícia dizia que grande número de simpatizantes da causa do Dr. Fileto acorre ao porto para prestar-lhe homenagens etc. e tal.

Acontece que o “renunciado” desistiu de viajar, aconselhado pelos amigos porque então se propalava que o pau correria frouxo se ele caísse na asneira de botar os pés no porto para as reivindicações. Uma gafe do outro planeta, que obrigou o Dr. Raul de Azevedo a contrair-se todo.

VISTAM AS ESTÁTUAS NUAS!

Os discentes do antigo Ginásio Amazonense não perdiam a oportunidade de glosar certos acontecimentos que estivessem ligados mais ou menos a eles próprios. Certa feita apareceu um sujeito em Manaus, defendendo umas ideias até certo ponto dignas de acatamento, pois visavam “melhorar o conceito de ética da sociedade”. Para isso foram pela Diretoria da Instrução Pública do Amazonas autorizadas conferências nas escolas públicas de Manaus, com vistas a orientar professores e alunos na magna questão da moralidade, a começar pelo interior do lar e acabando na via pública. O homenzinho era baixo e valente, vivo e ranzinza nas suas opiniões, respondendo com agilidade às questões atinentes à conservação do fundo moralizador da sociedade. Por incrível que pareça a nós de hoje, as suas arremetidas eram contra o cinema, o teatro, as galerias pictóricas e museus de arte, bibliotecas não censuradas, e até “estátuas impudicas de animais racionais ou não”. Parecia uma nova edição do puritanismo inglês, verberando de punho levantado contra a “perversão sexual que representavam as pinturas do Vaticano!”. Principalmente as do Vaticano!

Fazia oposição sistemática à poesia açucarada de Heine, Leopard, Lamartine, Musset, Gonçalves Dias, Luís de Camões, Casemiro de Abreu, Campoamor, e condenava os versos de Bocage, do arcepreste de Hita, dos goliardos e filhos de Décio, enterrando os românticos e fazendo a apologia da máquina. Elimine-se a mulher como paradigma da poesia e elejamos a máquina, a máquina que sustenta o homem e liberta-o da escravização dos músculos. Apesar do nome Adrian Ismaelovich parecer russo ele era polonês de nas-

cimento e niilista de vocação. Chegou mesmo a declamar poemas de um italiano pouco digerível à época, certo Marinetti, “cuja poesia programática iria conquistar o mundo do pensamento humano”. Citou de passagem ao poeta Maiakóvski e a certa Lina de Moscou.

No dia seguinte à sua primeira apresentação no salão nobre do Ginásio as estátuas de ferro do jardim da Polícia amanhecera todas vestidas com fardas de ginásianos e de normalistas, arranjadas de noite; e algumas faixas gritavam: “Abaixo o nudismo!”

Não houve mais nenhuma conferência, porque à hora marcada para a segunda, que seria nos altos do prédio, onde funcionava a Escola Normal, não havia ninguém e os alunos, os mais divertidos, estavam do lado de fora empunhando faixas que berravam: “Fora com o Marinetti!”

MAIS UM PRO ACRE!

Tornou-se comum a expressão marginada, a partir de um voceme alusivo a certas circunstâncias especiais, em que se despatchava para a região acriana a indivíduos consabidamente perigosos para a estabilidade da política, mesmo federal. Até esta, no tempo de Floriano Peixoto, remeteu para o Acre a uma congêrie de indivíduos condenados por atividades oponentes ao grande presidente. “Mais um pro Acre!” era sinônimo de desterramento definitivo. Porque a região, após a célebre campanha, passou a ser olhada como inóspita, insalubre, infernista.

Uma família muito considerada em Manaus, à época do ressarcimento das economias doméstica e pública, mantinha-se agrupada numa casa ampla, filha casada, genro e netos. Viviam bem, na mais perfeita união de vistas, quando de repente a filha vem, a saber, das aventuras extraconjugais do marido. Naturalmente houve aquela tomada de contas e o fato aconteceu justamente na hora do almoço. Parece proposital que essas desavenças ocorram na hora em que se junta a família à mesa. O patriarca, coronel (GN) B., conseguiu apaziguar os ânimos e findo o almo-

ço procurou sua cadeira de balanço para o cochilo do preceito e ajudar no quilo. Estava na morrinha quando a discussão atingiu o cúlmen lá para as bandas da cozinha.

Havia acusações de parte a parte, porém quem mais gritava era a moça, prejudicada no seu estado de *traída por um vagabundo que lhe prometera fidelidade até à morte*. A mãe procurava defender o genro, sob a alegação de ser tudo aquilo fuxicaria, mal-entendido, que esquecesse... Mas a humilhada e ofendida não queria saber de desculpas por trás da porta e vindicava direitos constituídos. O coronel estava vai não vai, quando foi alertado para uma frase mais intempestiva, gritada pela filha:

– A senhora defende esse monstro porque também praticou das suas, pensa que ninguém sabe?

O velho saltou da cadeira e gritou:

– Mais um pro Acre!

RECADO PARA O GERENTE DO B. N. U

Muita gente ainda se recorda da figura citadina que ilustrou a sociedade e a cultura amazonense até meados do 20.º século: Taumaturgo Sotero Vaz, o Th: Vaz dos poemas disseminados pelas folhas, vulgo “Patureba”. Era um piauiense de talento polímorfo, tanto capaz de aventuras facetas como de páginas brilhantes, membro titular da Academia Amazonense de Letras.

Feio como a Megera, casou-se dentro de uma família de respeito, os Belmont, e era bonita e prendada. A quem lhe perguntava o motivo de haver escolhido um sujeito nada simpático de cara, ela respondia: – Porque assim ninguém me toma...

Taumaturgo Vaz, formado em Direito, era um boêmio do tipo que se comporta sempre com a polidez de quem teve educação esmerada. Fazia suas farras na “Cervejaria Boêmia”, no “Itatiaia”, mas com dignidade. Andava sempre de bolsos vazios, porque o dinheiro do emprego era sagrado, ia direto para as mãos da espo-

sa, que então lhe dava aquela parca quantia para a cerveja. O poeta ganhava os extras escrevendo por encomenda de terceiros, como era de vazo antigamente. Diz-se mesmo que muito poeta daquela época áurea publicou livro escrito pelo Th: Vaz. Além disso, ele colaborava na imprensa, diariamente, com pulhices rimadas, que ajudavam a desopilar o fígado mal alimentado do povo.

Uma tarde, Th: Vaz recebeu um cheque graúdo de um dos seus “fregueses”, a descontar no Banco Nacional Ultramarino. Para seu azar estava findando o dia e o caixa do banco negou-se a descontar o cheque, sob a alegação de que às dezesseis horas ficavam encerradas as operações de pagamento, mas que ele interessado fosse ao gerente, pela ordem de desconto. Taumaturgo Vaz, sempre precisado, não teve dúvida em abordar a pessoa mal encarada do portuga e solicitar o favor. O homem, que não conhecia com quem tratava, negou-se a ordenar o desconto e fechou a portinha do guichê na cara do poeta.

Taumaturgo saiu ruminando um desforço à altura e foi à “Livraria Velho Lino”, pedindo papel e envelope. Ali mesmo escreveu o seguinte:

“O nome do banco é BU,
o do gerente é Lacerda.
O banco rima com cu
E o gerente com merda”.

Fechou, pôs o endereço e deu um níquel ao italiano carregador. Ali mesmo na livraria descontou o cheque, mas invés de escafeder, ficou mancuricando a zona. Com pouco viu o corre-corre, gente da polícia (ali perto) a dirigir-se ao banco e só então foi embora...

ORADOR EMPOLGADO, ASNEIRA NA CERTA

Era uma solenidade em que estavam presentes várias funcionárias da Biblioteca da Universidade do Amazonas. Falaram autoridades, e no fim deram a palavra ao professor Dr. Samuel Benchimol. Muito empolgado com a sua reconhecida competência em matéria de economia, pois defendeu tese em concurso de provas, estava o orador no mais veemente dos seus pontos de vista, quando a diretora da Biblioteca da UA passou a fazer-lhe desesperados sinais, que ele não entendia. E como não entendesse, a ela dirigiu-se:

– A professora dona Carmolina está confirmando que eu acabo de dizer...

A professora aludia à braguilha desabotoada do orador.

UM CURIOSO... APENAS

O jornalista Herculano de Castro e Costa havia figadal antipatia pelo Dr. Áugias Gadelha e não a escondia de ninguém.

Herculano constatou a presença do estudante em todas as fotos tomadas de solenidades oficiais. E disse, na redação: *Eu vou acabar com a mania desse pregas...* Aguardou a oportunidade. E um dia apareceu no *O Jornal* uma excelente fotografia com a seguinte legenda: *Solenidade... etc. onde se vê o Dr. Álvaro Maia e o seu secretário... Entre os dois apenas a cabeça de um curioso...*

O MACHO... CADO...

Chamava-se J. A. e residia sozinho com a mulher numa casinha de taipa com quintal de cerca de pau a pique onde cultivava algumas fruteiras. Ficava a casa no lançante da rua do Major Gabriel, depois da rua dos Ipixunas. Era funcionário do Serviço de Estatística do Estado e tomava conta do serviço de divulgação impressa no mimeógrafo. O chefe, professor Júlio Benevides Uchoa, o tinha em muita consideração por dois motivos: não dava falta no serviço e seu trabalho era elogiado por todos. Em compensação o nosso cronicado bebia como esponja. Nem todos os dias, claro, mas chegava a casa trocando as pernas e falando alto, como se tentasse amedrontar a cara-metade. Esta só o esperava para almoçar até quatorze horas, pois o expediente terminava a uma em ponto. Da repartição, que ficava na rua do Barroso, até seu rechão, o J. A. visitava todos os botecos e, portanto, ia já bem carregado. Nesse estado a mulher abria a porta e a vizinhança passava a ouvir o escarcéu, os gritos, o ruído de pau, lamúrias etc.

Isto contava o Moura Costa, que morava em frente ao J. A. Quem dava e quem apanhava? – se perguntavam os vizinhos curiosos. Até que um dia foi revelado tudo. Num daqueles salseiros, quando a coisa parecia beirar o apocalipse, um Sr. Pimenta (que morreria na penitenciária depois de haver cometido um crime), que era ele também canista, invadiu a casa do J. A. pelo quintal e viu a tragédia: o valente marido estava no chão e a mulher manobrando o cabo de vassoura. Mas quem gritava era ele: – *E isso, mulher, quem manda aqui sou eu! – Toma esta e mais esta, para aprenderes a respeitar-me!*

É claro que o Pimenta apartou o casal e foi relatar o visto e ouvido no botequim da esquina. O senhor J. A. veio a falecer do coração, na década de cinquenta.

UMA AULA MOTIVADA

Eu tive muito aluno ruim, mas como um judeu de nome A. jamais me foi dado tolerar. Eu lecionava Geografia Geral no Colégio Estadual do Amazonas, e tive de enfrentar, sabe Deus como, a malícia, a insubordinação, a covardia, a carência de educação doméstica, as ameaças e as atividades condenáveis do tipo “cola”.

Uma noite eu deveria chegar às dezenove horas para o primeiro tempo, mas como seguia ameaçando temporal, com o céu obumbrado, eu saí mais cedo e cheguei antes da chuva desabar. No meu tempo de professor a entrada para o estabelecimento era rigorosamente fixada e depois das dezenove a porta não se abria a não ser no intervalo de dez minutos.

Iniciei a aula já sob a grossa pancada de água e uma descarga elétrica de proporções inusitadas. O ponto que eu deveria abordar naquele momento não condizia com o estado da atmosfera, por isso de início fui contra o pedido de aluno para explicar a origem da alteração do estado atmosférico, isto é, chuva, trovões, relâmpagos e raios. Ao recuar, sob a alegação de que deveríamos primeiro terminar o ponto antes começado, o tal judeu voltou-se para o colega perguntador e disse claramente: – Ele não sabe!

Eu teria de tomar imediatamente uma saída, por isso respondi que seria uma aula motivada e eu iria falar sobre o assunto ventilado. Naquela altura o tempo de aula noturna havia sido reduzido para quarenta minutos, de sorte que não haveria tempo suficiente para desmanchar a maçaroca. O aviso sonoro de “tempo esgotado” me apanhou ainda na “formação de nuvens”, mas eu reparei que o próximo professor não havia chegado, por isso avisei que iria continuar com o tempo do professor Dr. Manuel Otávio (que não faltava às aulas) e entrei de sola no conteúdo solicitado. O tempo segundo terminou com a campainha retinindo e os alunos preparando-se para sair de sala, quando eu disse: – Todos sentados, a tempestade continua... E mandei brasa, ocupando o intervalo a que eles tinham direito. E em

seguida entrei no terceiro tempo, e seguiria para o quarto se o professor não tivesse chegado.

Quando eu ia saindo o judeu disse para os colegas: – Nunca mais se pede nada a esse escroto...

O ensino valeu a pena...

AS BEM... GALADAS DO REI ARTUR

Havia no local onde foi construído o Hotel Bubol (Líder), na avenida do Sete de Setembro, um prédio baixo, de quatro portas e nenhuma janela (estilo secos e molhados), relíquia dos tempos provinciais. Quando se registrou o fato abaixo relatado, funcionava ali o “Café de Pilão”, cujo proprietário explorava igualmente a banca de mungunzá matinal na área traseira do Mercado Adolpho Lisboa.

O café era torrado e pilado na hora e você podia ouvir o barulho das mãos de pilão e até observar, se pretendesse. Café cheiroso atraía a sensualidade dos passantes e mantinha uma congérie de desgustadores renitentes que faziam rodinhas nas mesas, a discutir política, futebol, literatura, escândalos burocráticos, consumindo a rubiácea em chávenas delicadas de barro, especialmente fabricadas para a casa. Era eu ginasião à época e muita vez lá entrei para o meu “cafezinho” de pilão que custava apenas um tostão. Como expressava o dístico na parede do fundo:

“O café de pilão
custa apenas um tostão.

Numa manhã lá estavam amesendados os professores Carlos da Silva Mesquita, naquela altura jornalista desaforado; Assis Levy, jornalista redator de *O Dia*; e os jornalistas do *Jornal do Comércio*, Otávio Pires Júnior e Crisólogo Gastão de Oliveira, redator do *J. C.* Desfeita a rodinha, Carlos Mesquita tentou atravessar a aveni-

da do Sete de Setembro, sendo impedido pela presença do bonde. Encostou-se na mangueira (foi abatida por inépcia do coronel prefeito Jorge Teixeira) e aguardava displicentemente quando as bengaladas lhe caíram em cima do chapéu de feltro, atingindo a orelha esquerda e o ombro: – Patife! – rosnava o desvairado Dr. Arthur Cêzar Ferreira Reis.

O pessoal do café acudiu quando a vítima caiu banhada em sangue, e a conduziram logo para a “Farmácia Studart”, na esquina, para os primeiros reparos na carcaça do *patife e bêbado que não respeitava as câs honestas do seu pai Dr. Vicente Reis*. Dali o Mesquita foi transferido para a Casa de Misericórdia, a encanar um braço partido, costurar o couro cabeludo e remendar a orelha, que ficou, todavia, assinalada. A polícia chegou, mas nada fez porque o agressor andava longe, homiziado em casa do seu mestre de História, o Dr. Benjamim de Sousa.

No seguinte dia os comentários: – Mas por que o “historiador” se queimou contra o Mesquitão? Como historiador ele não diz mal dos outros? É porque pimenta no rabo alheio tem sabor de baunilha, mas no “seu” é ferro quente.

PROCUREM UM MÉDICO!

O médico Dr. Â. U., português de nação, naturalizado brasileiro, era formado pela Universidade de Coimbra e sua capacidade se media pela carência de clientes, situação agravada pelo falecimento da esposa em circunstâncias bastante comprometedoras, segundo o pensamento da parteira diplomada dona Etelvina, que “pegou” todos os meus filhos e com quem muito conversei nas horas de sua competente atividade profissional.

Ultimamente fora nomeado médico-legista da Polícia Civil e era seu único ganha-pão. Contava dona Etelvina, dando ao fato a seriedade de coisa consumada e sabida, que certa feita, no Mercado Adolpho Lisboa, um popular fora acometido de pilora (talvez epilepsia) e seguia abandonado no chão, sem que ninguém tivesse

a lembrança de comunicar à polícia. Por acaso passava o Dr. Â. U., que todas as manhãs ia ao mercado, ele mesmo portando democraticamente sua cestinha, a fim de não pagar carregador.

Parando e vendo aquilo, o médico não se conteve de piedade e indignação e gritou: – Chamem um médico!

Contava-se também que indo visitar um enfermo acometido de paludismo, dissera-lhe: – Se tens febre não me negues...

O PAPAGAIO DO JUDEU

Era promotor público no interior e vinha sempre à cidade “veranear”. Aliás, veraneava em excesso, esquecendo-se das suas obrigações. Era de origem judaica e residia à rua de Rui Barbosa. Não me recorda mais o nome, porém ali era conhecido como o “dono do papagaio imoral”, porque criava um louro inteligente e de língua suja, que descompunha os vizinhos e chamava as donas para a cama. Várias vezes foi denunciado à polícia, mas não se corrigia, trepado em cima do cargo e do prestígio gozado no Tribunal de Justiça.

A coisa fedeu a chifre queimado quando o desbocado louro achou de fazer uma visitinha de cortesia à determinada fêmea recém-chegada ao território vizinho. Até aí muito bem, não havia nada de imoral que o namorado fizesse a corte a papagaia da família Rosas, mas acontece que na família deste, além do rapaz Arnaldo, o “Cegonha”, havia a garota sassaricante, que se intitulava a mulher mais sequestrada da cidade, por causa de suas brilhantes participações nos eventos sociais. Eu mesmo cheguei a admirá-la, certa feita, numa festa de fim de ano do grupo escolar “Barão do Rio Branco”, quando apareceu num travesti muito bem cortado, de cartola e bengalinha, gravatinha preta e... calcinhas curtas, nas mimosas coxas. Ela cantava uma cançoneta da moda:

“Um sou eu
e o outro não sei quem é.

Agora deu na cabeça
usar colarinho em pé”.

Aí se requiebrava toda, uma gostosura de fêmea de lambar os
beiços...

Pois foi ela o pivô do quase drama da rua de Rui Barbosa. O
louro achou de enviá-la à *puta que a pariu, sua fresca!* numa lin-
guagem muito áspera para quem costumada a ouvir encômios, o
que fez o moço Arnaldo a pegar o papagaio, depená-lo quase todo
à unha e mandá-lo de volta ao quintal do dono. Este não estava,
mas quando chegou e viu o estado lastimável do seu xerimbabo,
pegou o queimante e foi direto à casa do “Cegonha” (de quem
aliás era amigo e colega de farras) e só encontrando a professora
Rosas foi exigindo satisfações faladas. Houve uma troca de insul-
tos onde saíram cedemes e outras amabilidades e um tiro partiu...
sem efeito trágico, disque “só para inglês ver”. O caso foi à polí-
cia e esta, para atamancar as coisas, exigiu a presença do “réu”.
O “réu”, todo enxovalhado, somente na pele, muito admirado de
toda aquele papagaiada, perguntou ao dono:

– Doutor, vão foder a minha cartola?

Nem o chefe de polícia aguentou... Mas recuperando a dig-
nidade, lascou um soco na mesa e disse ao comissário Sousa que
levasse aquela ‘indelicência’ para o forno do lixo. O comissário in-
terferiu, penalizado:

– O doutor permite que o leve, vou reabilitá-lo, ensinando-lhe
coisas decentes.

– Leve, leve, contanto que não me apareçam mais queixas...

O comissário arrecadou o bichim e ia a sair quando o louro,
muito empertigado, falou:

– Glorinha, tá na hora da gente fazer aquilo...

Glorinha era a empregadinha que se deitava mais o judeu na
ausência da patroa.

O chefe só fez dizer ao comissário que cobrasse do dono da
peça os sete mil-réis do xadrez e foi-se danado da vida.

PALÁCIO DAS LÁGRIMAS

Infelizmente esta não é uma história divertida; ao contrário, é sinistra e pouco verossímil, mas juro que é verdade, aconteceu de fato e era conhecida ao tempo em que morei na rua de Quintino Bocaiuva e costumava jogar dominó no reservado da mercearia botequim “Canto dos Valentes”. Eu sempre joguei mal e meu jogo era outro, escutar histórias contadas pelos parceiros, dois homens de idade e de muita experiência, residentes por perto: Jacaúna Maia e o velho Gondim. Aquele muito competente em matéria de cultura popular, e este porque fizera parte daquela celebrada “coluna patriótica” que, com Efigênio Ferreira de Sales e outros cem abnegados, marchou para defender o Acre. Foi seu Gondim quem me relatou a história do “Palácio das Lágrimas”. A família Gondim deixou uma tradição honrosa no Amazonas, pois nos deu poetas (Joaquim Gondim, que era também indigenista), músicos (Benjamin Gondim, violinista disputado nas orquestras) e outros.

O tal palácio, que era realmente uma casa nobre, de esquina (casa de esquina, morte ou ruína), vinha de 1900 e trazia a data assinalada no escudo da platibanda. Possuía grandes janelas para a avenida de Joaquim Nabuco e rua de Quintino Bocaiuva, e largo portão de madeira que servira nos bons tempos à carruagem do proprietário. Este era o famoso desembargador José de Luna Alencar, cearense vindo para Manaus no tempo das vacas gordas e aqui ele também engordara, de tanto roubar. Era pequeno, a cabeça metida nos ombros, e nunca abandonou nem o colete, que disfarçava o aleijão do tronco nem a bengala de castão de ouro nem o relógio do bolso do colete.

Andava sempre de branco, no melhor linho H. J. brilhante de trincal e a pé, até encontrar a parada do bonde da linha “Plano Inclinado”, no canto do Ginásio. Tinha por mote “Jabuti de colete”, e nunca ria, era carrancudo e mau, corrupto e, sobretudo, caloteiro. Caloteiro da marca. Dos mais solertes conhecidos na praça. Solerte e sem-vergonha, cara dura e de uma maldade sem limites. As crianças evitavam passar na calçada do prédio, de medo da “bruxa que comia menino”, alusão à mulher do “ilustre desembargador”

que atravessara governos e cambalachos empacotado de branco e com uma falsa aura de “honeste viver”.

Uma manhã de agosto de 1938, sábado, dia de folga do magistrado, bateu-lhe à porta um moço empregado na seção financeira dos Armazéns Adrião Barroco. Vinha cobrar velha conta de um lustre de cinquenta lâmpadas e um relógio de pé. Foi mandado entrar e sentar-se na cadeira de balanço, na sala de jantar, enquanto sua excelência se afeitava. A demora era tediosa, ouvindo aquele tique-taque monótono do grande relógio, mas o moço fora alertado pelo gerente da casa a ter paciência e receberia uma comissão vantajosa, *no caso de ser paga a dívida que já andava pelos três anos*. O rapaz esperava... Esperou... quinze minutos, meia hora, uma hora, com os olhos pregados no grande ponteiro que se aproximava do meio-dia...

E então sua excelência entrou de calças brancas e suspensórios e camisa de punho arregaçado, calçando pantufas. O rapaz falou-lhe delicadamente na conta e exibiu a fatura.

– Dê-me cá, e espere...

Foi-se e o relógio pacientemente bateu uma hora e ia passar às duas quando o magnata da safadeza entrou e com espanto disse:

– O senhor “ainda” está aqui?

– Vossa excelência mandou que esperasse...

– Mas eu já lhe paguei, seu tratante, ponha-se daqui para a fora ou chamo a polícia...

Naquela altura as únicas testemunhas do fato foram a mulher do tal e o jardineiro, que ousadamente pegou o rapaz pelo braço e o foi empurrando para a rua. Dali o próprio desembargador telefonou para o armazém, relatando o fato, e dizendo estar o rapaz pretendendo *receber duas vezes a mesma quantia já paga em dinheiro*.

A situação do empregado era de desconforto moral. O gerente desconfiava dele e deu queixa na polícia. Preso, fixado, desmoralizado publicamente, o pobre moço só teve uma saída: pendurar-se numa corda.

Mas antes deixara uma carta à noiva, contando a verdade. Dizia-me o velho Gondim que a jovem noiva havia ajoelhado e ao

meio-dia rogado uma praga contra o bandido de anel no dedo e a bruxa que acolitara a infâmia.

E que a praga pegara, pois logo depois a bruxa dava uma queda na escada da cozinha, ficando capenga para o resto da vida. Quanto ao desembargador, aposentou-se com uma úlcera duodenal, que o “levou para o inferno” já na sua terra, o Ceará.

O “Palácio das Lágrimas” teve o mesmo destino. Vendido, passou a hotel ratuino que logo fechou as portas e depois foi posto a baixo, porque, no dizer do adquiridor, a casa estava amaldiçoada.

O INVENTO DE JÚLIO MOURA



Dr. Vivaldo Palma Lima

O médico doutor Vivaldo Palma Lima era o que o seu nome dizia, mas também era crédulo demais. Fiava-se facilmente no primeiro que lhe aparecesse com uma ideia mirabolante. Ele tomava a si a tarefa de botá-la para frente, à custa das próprias algibeiras. Acho que se pode dizer que em Manaus não existe uma fundação institucional em que seu nome não estivesse metido. Fundou o Nacional Futebol Clube (ajudou): foi o criador do Nacional Fast Clube, foi o inspirador da construção do estádio que leva seu

nome, e já na extrema senitude inventou aquela “Colmeia”, que reunia para almoços festivos em sua casa os rapazes da época, eu, Plínio Coelho, Áureo Bringel de Mello, Artur Virgílio Filho, Kideniro Teixeira, Agnelo Bittencourt Filho, ao todo uns dez filiados, sob o patrocínio da “abelha mestra”.

Passou-se o fato naquela época da invasão dos bárbaros nordestinos (Segunda Guerra Mundial) quando toda espécie de gente veio para a Amazônia disque “cortar borracha” e procedeu diferentemente, contribuindo para o aumento da criminalidade: quando não eram criminosos liberados das penitenciárias eram vigaristas, ladrões, assaltantes, vagabundos a encher de pernas as noites submetidas a *black-out*.

Apareceu em Manaus um desses espertalhões de nome Júlio Moura. Deu entrevista aos jornais, mostrando um aparelho de captar energia elétrica da atmosfera. Justamente quando a cidade necessitava de energia administrativa para que escolas e hospitais funcionassem às claras.

Com aquela sua mania de acudir a todo problema que lhe cutucasse a curiosidade científica, o Dr. Vivaldo Palma Lima, que era médico, engenheiro, farmacêutico, químico, odontólogo, poeta, desportista, professor catedrático, orador, jardineiro, carpinteiro (no IGHA tem um veleiro construído por ele), ex-vereador, ex-deputado estadual e federal, maquinista, escritor editado etc., (uff!) apadrinhou a mofatra do ádvena e escreveu e publicou um livro ilustrado *O invento de Júlio Moura*.

Marcou-se o dia da exibição do aparelho e das demonstrações práticas. Muita gente, centenas de curiosos, inclusive meu amigo Estevão, que trabalhava na Usina de Luz do Estado, engenheiros e profissionais eletricitistas empenhados em “ver a coisa”, aquele “absurdo”, como se propalava.

Diga-se em adendo que, da data do conhecimento dos dois, o vigarista passou a comer à custa do velho crédulo e a dormir no porão habitável da casa da rua de Rui Barbosa. Com um prestígio absoluto. Por onde passava era apontado como o homem que iria fazer Manaus voltar ao esplendor do arco-voltaico, enquanto os Drs. Álvaro Maia e Plínio Coelho só geravam demagogias baratas e luz de candeeiro.

O Dr. Vivaldo Palma Lima iria ligar a chave-mestra. Antes, porém, o astucioso nordestino pediu para ir sozinho montar sua estrovena, a fim de que não houvesse espões. Tudo pronto, meu amigo o velho Estevão, que pelo sim pelo não desacreditava daquele milagre, resolveu bisbilhotar à sorrelfa e descobriu a marmotada. Apenas tomou a decisão de desligar um fio que ia dar... onde? Mas ficou calado, esperando o grande Fiat lux!

E o desastre aconteceu nas barbas dos circunstantes. A luz não veio e o meu amigo Estevão, bancando o ingênuo, disse em voz audível: – “Doutor” Júlio Moura, veja se não é o fio das pilhas que estão desligados...

Mas a estrela brilhante do vigarista não se eclipsou ali, há outra...

O URSO E O OSSO

Aquelas alunas do turno da tarde (segunda série) eram inventivas, mas muitas alérgicas ao estudo. Quando eu lecionava Geografia Geral no Colégio Estadual do Amazonas, caiu numa prova escrita (ponto sorteado sobre a matéria dada e explicada em aula) algo semelhante como a fauna do Canadá. A aluna sentada na primeira carteira citou o urso. E como as turmas eram divididas em A-B, a fim de evitar parasitismo, a próxima colega ficava na terceira fila e a última na quinta. Essa última escreveu que o Canadá “produzia osso”.

OS PREGÕES DO PORTO

Antigamente, quando circulavam as velhas lanchas “Cauré” e outras disputavam a preferência dos reboques. Ajuntavam-se em torno das lanchas amarradas na praia do Mercado Adolpho Lisboa os catraieiros vendedores de pão, guloseimas, frutas, quin-quilharias. Havia entre eles um conhecido padeiro português que aliciava a atenção dos fregueses cantando:

“Quem vai ao Careiro
compra pão ao padeiro...”

Alguém engraçado que ia a bordo respondia no mesmo tom faceto

“Quem vai ao Cambixe
diz ao padeiro que se lixe...”

O BUÍQUE DO DR. J. A.

O Eclesiastes prega contra a vaidade humana, mas não contra a mesma postura que nos bichos pertence a um ritual de casamento. Eu já vi muito sujeito vaidoso, cultivando mais os bens materiais do que os espirituais, que estes últimos são modestos.

Quando cheguei a Manaus, formado em medicina, e muito badalado pela colônia sírio-libanesa (que mais tarde o esqueceria completamente), abriu magnífico escritório em casa nobre da avenida do Sete de Setembro.

Ele era um cidadão honesto, afável, benquisto nas rodas sociais, ele e a família. O pai, enriquecido no negócio de regatão, adquirira seringais e exportava borracha. Cheguei a ver no escritório da rua dos Barés uma péla de borracha de tamanho descomunal, de seus dois metros de diâmetro por um de altura! E não era para

exportar, mas para convencer os crédulos de que o patrimônio do velho era... robusto.

O Dr. instalou-se e mandou suspender o retrato do genitor na parede da sala de espera que dizia para a avenida. Gesto muito louvável, de respeito e veneração àquele que o mandara educar. O Dr. não se conteve só com essa maravilhosa demonstração e mandou publicar um folheto, onde ele aparece recostado no seu fulgurante Buíque importado. Na parte inferior da foto uma legenda explanatória: O Dr. J. A. ao lado do seu Buíque. Ao fundo o retrato do seu pai.

Esse folheto foi distribuído largamente.

O DIAGNÓSTICO DO DR. W. R. C.

Ele chegou aqui, na sua cidade, mais recomendado como intelectual do que como médico. Pelo menos de medicina não entendia patavina, mas conseguiu ser coronel médico da Polícia Militar do Estado, uma sinecura que já lhe assegurava o pirão diário. Como detestava o pai, desligou-se da comunhão da família e foi morar no “Esquadrão”, uma república de moços instalada nos altos do prédio de esquina da avenida do Sete de Setembro com rua do Dr. Guilherme Moreira. Lá residiam também os celibatários Dr. Genésio Cavalcanti, Mirandolino Borges etc. Ficava mais perto da “boia” gratuita na briososa. O homem já havia publicado o seu romance *No circo sem teto da Amazônia*, páginas em que o pai sentara a pua, corrigindo os erros de gramática. Por isso não se beijavam e toda vez que o Dr. R. se referia ao genitor era para chamá-lo “cavalier”.

O primeiro diagnóstico do médico da PM foi também a sua primeira deserção da área da medicina curativa. Ele compreendeu que os cinco anos de boêmia literária na Bahia não o autorizavam a exercer dignamente a profissão e abandonou tudo. Melhor assim: como intelectual era brilhante, e tanto poetava como cronicava, mau grado seus exageros fazerem mal a certos prosadores

da paróquia. Sustentou galhardamente uma coluna no jornal *A Tarde*, de Aristofano Antony, “Quadrilátero da quinta hora”.

O caso do diagnóstico criou fama e deitou ramalhos. A esposa de um da Polícia Militar surgiu na enfermaria com um problema que a torturava: dores uterinas e cefalalgias contínuas. O Dr. W. R. não teve dúvida: tamborilou no bucho da mulher e receitou quinino para paludismo (hoje os médicos diriam bestamente “malária”, imitando os do Sul). As doses fortes de quinino não surtiram efeito e a barriga da mulher intumescendo a olhos vistos: dois, cinco, sete, nove, doze meses... E tome quinino!

Chamaram apressadamente o Dr. Flávio de Castro e este ficou assombrado com o estado da mulher: havia engravidado e o filho jazia morto... Escapou, todavia, mas a infecção eliminou nela a possibilidade de vir a ser mãe algum dia.

SESSÃO ESPÍRITA MOVIMENTADA

Amigo meu dos gloriosos tempos de Ginásio, o Dr. Wilson Brasil se achava abarbadado com um problema difícil: fantasmagorias na sua casa da praça da Saudade. Visões e trasgos surgindo no escuro da noite. Ele pessoalmente não os via, mas os filhos eram, como se diz na linguagem espiritualista, bons captadores de eflúvios transcendentais, excelentes médiuns.

Aconselharam-no fazer uma sessão espírita em casa, podia ser algum membro desgarrado da família que estivesse em maus lençóis no limbo, quem sabe a alma do cunhado de nome Guara-ciaba, falecido recentemente.

Tudo combinado, solicitaram ao chefe do espiritismo “Bode Branco” e a uma senhora que se dizia médium vidente, presidissem a sessão. Armou-se na sala de janta, após o jantar, a mesa com cadeiras em volta, que foram ocupadas apenas pelos membros da família, os de dentro e os de fora. Estabelecida a corrente e solicitado o maior silêncio, foi iniciada a sessão com as luzes desligadas, e a voz do médium fez-se ouvir, soturna e abissal:

– Meu irmão, aqui estamos para ajudar-te nessa viagem, fala, diz o que desejas dos mortais para que eles te possam ajudar.

Esperaram um minuto a resposta, dois, três, e o médium repetiu a ladainha. Então, para surpresa de todos, ouviu-se nitidamente um assim como rascar de pés no chão. O médium advertiu:

– Não soltem as mãos nem falem, o irmão chegou e está regougando, querendo dizer alguma coisa...

O barulho em baixo da mesa continuou, até que uma pessoa do círculo se assustou e gritou. Todos se ergueram prontos para correr, acenderam a luz e uma galinha saiu de sob a mesa comboiando uma porção de pintos recém-nascidos, cacarejando festivamente.

BATALHÃO PATRIÓTICO

Aquele José Fernandes criou no bairro dos Tocos um Batalhão Patriótico, constituído de rapazes entre onze e vinte anos de idade, com as identidades bem esclarecidas e o consentimento dos tutores, que por sua vez deveriam arcar com as despesas do quepe. Eu não fui recrutado porque andava naquela altura pelos sete a oito anos de idade, mas meu irmão mais velho “sentou praça”, vestiu a farda, fez os exercícios de ordem unida, marchou, acampou, tomou parte nas paradas festivas etc. O batalhão levava as bandeiras nacional, estadual e mais a sua própria, a insígnia, pintada pela senhorita Donana Bacelar: uma cajazeira despojada de folhas, com a legenda inferior: OS FORTES MORREM DE PÉ. Não sei quem havia criado essa bela sentença, mas o fato é que ela viria mais tarde a servir de mangaça para o povo do bairro. A alusão à cajazeira é que havia muitas delas, no meu tempo de menino, sobrantes do destocamento da região no governo do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. A atual rua de Xavier de Mendonça Furtado chamou-se das Cajazeiras, e não o bairro como pretendem certas pessoas desinformadas.

O aguerrido batalhão não tinha quartel: os exercícios eram feitos na pracinha da escola e se não me falha a memória orientados pelo sargento Euclides, do Exército, que residia na “República dos Sargentos”, nas Treze Casas. A farda era de elefante azul e as divisas dos graduados em nastro branco nos braços e ombros. O arsenal era de madeira (espingarda e sabre-baioneta) fabricados pelo carapina seu Antão, um mestre de tirar o chapéu.

O maior destaque daquele amontoado de rapazes civicamente preparados (operários ou não) foi no dia cinco de setembro de 1920, quando se comemorava a criação da Província do Amazonas. O batalhão formou em frente ao quartel do antigo 36.º BC, a fim de receber a bandeira nacional ofertada pelo comando. Uma parada luzida, de dar inveja na meninada e orgulho nas famílias. Havia no batalhão dividido em três companhias (a última era a do abastecimento), dois soldados que não se davam bem: um porque era sórdido demais e o outro por ser demais humilde e quase relegado. O sórdido chamava-se Wilde e era filho daquele seu Oscar do dominó do Batistão; o outro era o índio Ituxi, residente no princípio da rua, numa casa de madeira inclinada perigosamente para o montão de lixo com que se aterrava o boqueirão. Os dois não se aguentavam na disciplina por causa do cão Mc Gregor II, que detestava as canelas do índio. Por isso o comandante Zé Fernandes passou o Ituxi para cerra-fila do batalhão, medida que não surtiria efeito, não por culpa dos rapazes, mas do cão que não largava o dono.

Formado o Batalhão Patriótico em frente ao quartel, foi dado sinal pelo corneteiro de apresentar armas ao tenente Vilaronga Fontenele, que vinha acompanhado da mascote, um belo cão pastor. Ao ouvir o toque de corneta, o cão Mc Gregor II julgou tratar-se de ordem de ataque e partiu decidido para cima do mascote, que, por sua vez, vendo aquele baixinho e comprido, sem rabo, com enorme mancha preta nos olhos, enfrentou o ataque, e os dois enrolados se misturaram aos soldados, que não tiveram dúvida em abalar com armas e bagagens. Uma confusão como poucas. Raros foram os valentes que sobraram para reconstituir a tropa e bater em retirada, sob vaias e assobios dos curiosos. Teve gente que desceu a rampa da rua do Doutor José Clemente Pereira já

se borrando. Era merda de verdade e o jeito foi tomar banho ali mesmo no igarapé da Bela Vista (e/ou Boa Vista) e pedir a algum benemérito que lhe fosse buscar calças limpas com a mamãe.

No bairro dos Tocos ninguém se aventurava comentar a tragédia burlesca. Um silêncio resignado, de vergonha e de decepção, acolheu e escondia o desastre, quando o jornalista português Vercigetorix Albano achou de trazer, num sábado, sua folha manuscrita. No dominó do Batistão o pasquim foi lido e comentado com gargalhadas. É que trazia um “suneto” anônimo, enviado pelo correio, sob o título Batalhão Patriótico:

Luzido, cada qual metido em sua farda
azulina do céu, são heróis da caserna
esses do batalhão patriótico, a guarda
disciplinada e fiel da nossa pátria eterna.

E as mães, as pobres mães enfáticas os filhos
contemplam do altar de suas emoções,
vendo neles, quem sabe, o fim dos seus cadilhos,
a solução final de muitas ambições.

Ei-los em marcha, altivos no seu belo porte,
– vão para a frente! – unidos numa só peça
como se fossem desafiar a própria morte.

Mas súbito, um rumor ocasiona a perda
do aspecto, há uma tragédia... E quando tudo cessa
do batalhão heroico resta apenas merda...

Esse pífilo “suneto” (como dizia o plumitivo) viera pelo correio e não trazia assinatura, por isso as dúvidas começaram a despertar a animosidade. Mas no dominó do Batistão a leitura do “suneto” ocasionou farta hilaridade e não faltou quem fosse ao botequim “O Gato Preto” avisar ao “comandante” Fernandes. Este veio pisando duro nos tamancos e arrebatando a folha a um leitor, leu já congestionado de cólera o insulto. Após o que, rasgando-a em mil

bocados, esfregou os restos na cara do jornalista, fê-lo engolir uns pedaços e se foi, ameaçando de esculacho a todo mundo. Nunca se soube quem havia escrito o soneto achincalhante.

VALENTÃO ENCAGAÇO

Na residência do Dr. Wilson Brasil, à praça da Saudade, costumavam seus filhos jogar cartas toda noite, depois do jantar, jogo limpo, sem outro ônus que não fosse o simples passa-tempo. Outras pessoas amigas costumavam tomar parte no carteadado, que durava às vezes até uma hora da madrugada, quando sábado. Um dos estranhos à família era o jovem Bohadana, moço de bom parecer e que havia sido meu aluno no Colégio Estadual do Amazonas. Quando o relógio assinalava dez horas o Dr. Wilson Brasil chamava a atenção da visita. Esta não residia longe, era só atravessar a praça da Saudade, naqueles tempos submetida ao apagão noturno e perigoso. Perigoso por causa dos tais “soldados da borracha” convertidos em assaltantes e criminosos. Era o que temia o Dr. Wilson Brasil, mas o Bohadana batia nos peitos e dizia estar preparado para o que “desse e viesse”. – Aqui com o degas é diferente, mando o braço!

– Não se trata de arigós, Bohadana, são fantasmas... Deu de aparecerem deles, dizem ser alma do outro mundo, e um tal de “Pai da Mãe”, que esgana o freguês. Outros dizem ser a “Mama não Mama”, aquela dos peitos de jaca madura, que obriga o sujeito a mamar até ficar de queixo caído... – Pois comigo é nove...

Bohadana suava frio mas era arrogante:

– Eles que se cuidem, eu faço ginástica todos os dias, estou pronto para esses arigós bravateiros.¹⁶

16 Arigó foi uma palavra que circulou na época, para definir aquele tipo de migrante nordestino forçado, o tal “soldado da borracha”, de quem o professor Samuel Benchimol traçou uma imagem um pouco destorcida do original verdadeiro, pois houve nordestinos que se comportaram abaixo da linha marginal. *O Jornal* levantou a questão de saber-se o que significava a palavra e responderam os filólogos João Leda e José Martins Santana, pelo mesmo jornal, cada qual oferecendo sua opinião, que não alcançava o culmen da verdade porque ambos ignoravam as raízes da língua tupi. Eu deixei correr o marfim e lasquei o pau, dando as razões finais. No entanto, ainda hoje, muito recentemente, o professor Samuel Benchimol continua

Uma noite de sábado o jogo seguia muito entusiasmado e as horas passaram. Bohadana não fora advertido senão pelo relógio batendo as fatídicas doze horas, a meia-noite milenar das bruxas, dos abantesmas, dos picardos falando fanhoso e embrulhados em diáfanas camisolas de eternos mensageiros da morte. O Dr. Wilson Brasil chegou a contar certas anedotas que corriam então no seu tempo de menino, quando era ali perto o silencioso cemitério de São José, como a do padeiro.

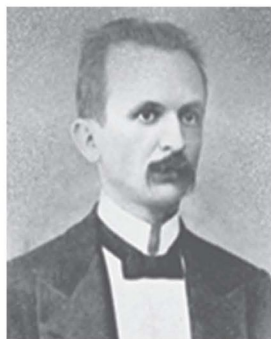
Bohadana teria de ir-se, de atravessar a praça mergulhada em trevas, posto morasse a dois passos, na avenida de Epaminondas, vizinho à barbearia. Estava suando frio e tentou uma companhia na pessoa do Armando, filho último do Dr. Wilson. O pai recusou, dizendo que o filho teria ido dormir. Bohadana tentou o filho mais velho, o Pedro, e este recusou, alegando ter de ir acompanhar a namorada. O jeito foi o bravateiro lançar-se na pavorosa aventura de atravessar a praça. Atravessou-a, naquele estado de espírito próximo ao delíquio nervoso, e quando passava perto do monumento a Tenreiro Aranha, ouviu aquela voz fanhosa: – Meu irmão, mê dá um cigarro...

Bohadana abriu os panos e chegou à porta de casa já necessitado de trocar de calças, aos gritos, martelando a porta e chamando pela mãe...

Quando esta acudiu do Bohadana só havia a roupa, o resto se desfizera em merda, e ainda assim rala e fedorenta.

dizendo haver Martins Santana resolvido o problema. Meu artigo foi publicado no mesmo jornal, sob o título "Arecó=Arigó." Passe...

O CONGRESSO FOGUETÃO OU MEIO-DIA ÀS DEZ HORAS



Fileto Pires Ferreira

O professor Agnelo Bittencourt relata o fato, mas admite que o sinal do meio-dia fosse dado pelo Congresso de Representantes, mudado para Assembleia Legislativa do Estado. Não era assim. O sinal do meio-dia em Manaus era dado pelo Observatório, e todas as pessoas que usavam relógio de bolso acertavam-nos pelo foguetão lançado ao ar com estrépito. Era a hora de iniciar-se a sessão ordinária do referido Congresso e isso se praticava todos os dias, à exceção dos inúteis. Portanto, mesmo nesses dias, o rojão costumeiro explodia.

O caso original do foguete ser lançado às dez horas se prende à renúncia forçada do Dr. Fileto Pires Ferreira, cognominado “O Bilontra”.

Ele havia viajado para a Europa, licenciado pelo Congresso. A ideia da viagem “para tratamento da saúde” partira do coronel deputado José Cardoso Ramalho Júnior, então presidente do Congresso de Representantes, que desejava apoderar-se do governo, de perfeita harmonia com Eduardo Ribeiro. O que houve para que a “renúncia” fosse homologada pelo Congresso, sempre foi

um tanto difícil de explicar,¹⁷ visto a maroteira haver sido muito bem arquitetada por um dos comensais do bródio, o tenente Fernando Guapindaia, que passa por ser o autor da falsificação da chancela do moço Fileto. Mas meu pai dizia-me, por informação do coronel PM Afonso de Carvalho, haver sido a causa as frequentes entrevistas do “renunciado,” em Belém do Pará e em Paris, que comprometiam o governo federal e o governo estadual.

Por isso, para liquidar com a posição esquerda do governador de direito, o Congresso reuniu às dez horas, antecipando a hora regulamentar, e soltaram um foguete. Os deputados da oposição correram para o Quartel de Polícia e lá chegando se depararam com a coisa já consumada.

COURACEIROS EM MAUS LENÇÓIS

De vez em quando estou encontrando uma foto batida por mim durante certa parada, ao lado do Teatro Amazonas. Não sei quem o autor intelectual da “patriótica” inovação, mas ela acabou em corre-corre quase fatal. Haviām metido dois soldados arigós dentro das armaduras medievais do museu da Polícia Militar, a fim de desfilarem.

Só mesmo uma cabeça desmiolada poderia conceber aquela farsa extemporânea. Quando o sol começou a esquentar o metal da armadura completa, os dois arigós não aguentaram o calor e se mexiam gritando, dando azo a que o povo saudasse a marmotada com gritos e assovios, isto porque, para desvestir os dois títeres deu um trabalhão. Quase morriam sufocados.

17 Veja meu opúsculo *A renúncia do Dr. Fileto Pires Ferreira*, Manaus, 1986; 2001.

AS DUAS CONFREIRAS

Foi uma notícia publicada no *O Jornal* de Manaus, falando das duas lanchas “Cauré” e “Xiborena”, tidas como rivais na disputa da velocidade e dos rebocados. Ambas faziam as linhas Manaus-Careiro, tocando nos portos intermediários Terra Nova, Cambixe, Paraná do Xiborena, Varre Vento. Ambas sempre preferidas pelas amabilidades de seus comandantes interessados em servir ao público da melhor forma possível, inclusive oferecendo música a bordo para os dançantes. Não oferecia comida nem bebida, a passagem era “seca”.

Às vezes as duas eventualmente se encontravam no rio e disputavam um “vale-tudo”, naturalmente sob os aplausos e incitações dos passageiros, mas nunca se deu uma tragédia, como acontece hodiernamente quase todos os meses, sem colisões.

O povo costumava cantar a lenga-lenga:

“A Xiborena quando vem lá do Careiro
vem fazendo truque-truque”.

A MÁ SORTE DO HORTELEIRO

Era eu menino quando sucedeu o fato. O horteleiro que vendia hortaliças em tabuleiro, na rua, era português de meia-idade. Uma manhã ele quase não deu atenção ao trabalho, preocupado, e a chorar, com a perda de um bilhete de loteria premiado. Tivesse ou não certeza de que fora ali, no monturo do lixo, que havia jogado fora a cautela que o redimiria do trabalho, ele passou o dia inteiro a revolver com os pés e com um pau, aquela espessa camada de lixo domiciliar que o carro deitava para “aterrar” o boqueirão do início da rua de Xavier de Mendonça Furtado, bairro dos Tocos. Com pouco, todo mundo sabia da infelicidade do homem e a garotada solidária passou a ajudá-lo naquela tarefa ingrata de revolver a fedorenta lixeira. Muitos dos que acudiam davam-lhe esperanças, propondo ir lá a baixo.

– É muito difícil achar uma bola de papel, atirada longe. Se o senhor tivesse jogado fora o bilhete sem amarrotá-lo, seria mais fácil dar com ele...

– É verdade, mas eu fiquei avorrecido quando um sujeito me disse haver dado o vurro, invés da vruvuleta... e envulei o raio do vilhete, deitando-o fora.

Ria e chorava ao mesmo tempo, da sua estupidez.

O VISCONDE DE TREVÕES

Era mesmo visconde, com carta adquirida por compra. Ele era natural de Trevões (Portugal) e viera moço como outros para a terra da borracha.

Mas invés de emborrachar-se (os portugueses não queriam nada com a enxada, o comércio ladroativo é que enriquecia depressa), usou os tamancos ruidosos para subir. Enriqueceu e mandou construir uma série de casinhas bem aparelhadas, a Vila Emília, na rua do Dez de Julho, atual do Comendador Alexandre Amorim. Numa delas, a maior, de duas portas, estabeleceu-se com mercearia bem aprovisionada. Eu não cheguei a conhecê-lo, mas ao filho, o Emídio Ló, que era a “cara do pai”, segundo a opinião das pessoas sensatas. Diziam do visconde que ele ficava na porta da mercearia, vestido de calças de giz, camisa, meias, gravatinha borboleta branca e tamancos. Aliás, isso era traje nacional e o famoso “Paneiro das Viúvas” também o usara.

Esse “sô visconde” era émulo do seu contemporâneo e pátrio, o rico Panhola, cujo mandara construir uma série de casas nobres (Casas Panhola) à ilharga da “Vila Emília”, só que este era comerciante de estivas, mais próspero, com armazém e casa própria de andar na avenida do Sete de Setembro, prédio vandalicamente destruído para que o terreno servisse de estacionamento aos carros dos funcionários do Banco da Borracha.

Uma manhã estava o Sr. visconde atrás do balcão, lendo o jornal, quando viu aquela tragédia bem sob seus olhos esbugalhados de estupor!

Um cão de cara mascarada de preto puxava o bacalhau seco e esmirrado pendurado do lado de fora da porta. Não teve dúvida: pegou a tranca, mas quando a lançou, o cão, que se chamava Mc Gregor II, o Mascarado, já havia escafedido para a rua, arrastando o bacalhau.¹⁸ A tranca fez mais barulho do que ofensa, ou prejuízo, porque o sô visconde foi empós dele e devolveu-o ao prego, mesmo conspurcado pela poeira. Dali por diante o bacalhau ficava à altura de braço de homem, longe da tentação.

As pessoas que viram e comentavam o caso, deplorando que a tranca não houvesse atingido o alvo, o grande homem consolava-se com dizer:

– Mas se lho pega!

TESE DE DIREITO REFUGADA

Um dos melhores advogados do foro de Manaus, e professor da Faculdade de Direito, o Dr. M. M. B., candidatou-se à cátedra de Direito Criminal e prestou exame, com uma tese que versava a “rixa”. Por negligência, falta de tempo, carência de numerário, a tese era resumida em pouco mais de dez folhas de papel ordinário. Lamentavelmente uma falha humana das mais reprocháveis, não somente pelo vulto da tese como pelo acabamento gráfico. Um dos ilustres examinadores (todos vieram de fora) examinou a tese, virou-a, revirou-a, e deu seu parecer de uma maneira sumária:

Parece folheto de propaganda contra o álcool...

18 Essa história vem melhor contada no meu livro *Cinopopeia ou A vida airada de Mc Gregor II*, ilustrada, Manaus, 1988.

UM MARIDO MALABARISTA

Eu os conheci a todos, até depois da Segunda Guerra Mundial, pois morava na mesma avenida de Joaquim Nabuco. A casa de residência do Dr. A. C. ficava mística à taverna da esquina com a rua dos Andradas. Pelo lado da taverna há uma casa de andar, e nele morava uma dona casada mas de conduta duvidosa, cujo mote fala por si: “Poeira grossa”, pelo costume de usar esta expressão no colóquio ordinário.

A casa do Dr. A. C. possuía uma despensa forrada e no teto um alçapão a fim de facilitar o acesso ao telhado, como aliás as outras casas. Uma janela da casa da senhora poeirenta se abria para o pátio, na mesma linha do telhado. A dona era uma mulher simpática, de um moreno suave e seguia sempre bem vestida e cheirosa e nunca parira pelos que suas cuancas eram bem fornidas como de potranca salubre, e o busto assaz generoso. Não usava sutiã e permitia que os mamões balançassem para atizar o cio dos machos.

A esposa do Dr. A. C. mantinha um joguinho a dinheiro, coisa inocente, muito doméstico, só para as amigas mais chegadas. Entre estas se contava a esposa daquele advogado da tese refugada.

Aproveitando a ocupação social da mulher, o Dr. A. C. marinava pelo telhado e ia, por sua vez, “dar as cartas”, às escondidas, na cama da vizinha. Para consegui-lo, o que era verdadeiro malabarismo, o magro e esguio funcionário da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional servia-se de uma escada, fazendo de ponte pênsil entre uma e outra casa, tendo o pátio de cimento cru, em baixo. Isto não é de admirar, porque o Romeu pretendia subir até os braços da Julieta pelas suas tranças, e outros namorados não o faziam com menos perigo e audácia, em escadas de corda de seda. Mas um dia a casa cai, é só faltar-lhe um estai, diz a parêmia. No caso aqui foi a escada que estalou de um lado, deixando o Dr. A. C. pendurado entre a alternativa: de gritar pelo socorro ou despencar-se lá de cima no saguão de cimento, onde haviam uma barrica com água e um galinheiro provisório. Era uma situação de extrema angústia.

– Julieta! – acenava ele para a namorada na janela. Chama o alfaiate e estende uma rede...

A entrada da casa havia sido alugada para um alfaiate, que me contou a presepada. Chamado a acudir, o alfaiate não se fez de rogado, porém o destino seguia mal-humorado e o jeito foi o dom Juan deixar-se cair em cima do galinheiro. Acudindo ao barulho, a esposa do Dr. A. C. só teve uma lembrança.

– Meu marido sempre anda às voltas com galinhas... por isso um dia quase me vejo engalicada... Escapei de uma gonorreia porque estava de bandeira vermelha...

O POETA DAS FORMIGAS

Chamava-se Humberto de Castro e era irmão do teósofo Dr. Gastão de Castro, luminar da Federação Amazonense de Espiritismo, cuja sede muito antiga continua sendo na rua do Doutor José Clemente Pereira.

Humberto, quando o conheci, era um sujeito de trinta anos, sempre metido numa roupa preta surrada, e nada mais fazia na vida que bangolar pelos jardins da cidade, atrás de fornos de formigas, as quais alimentava com açúcar, de que enchia os bolsos do paletó. Sua área preferida era o jardim da praça do General Osório.

Sem ironia, ele era poeta mesmo. E por isso pagava o pato toda vez que apareciam versos de maldizer. Só não apanhava porque o tinham como biruta e por causa da situação do irmão, que fornecia homeopatia para toda a população do bairro dos Tocos. A criançada do grupo escolar “Cônego Azevedo” se dava ao trabalho de ir chamá-lo para dar de comer as formigas, quando viam um foco no terreno da escola. Ele residia com a família nas “Treze Casas”, mas ou menos na do meio. Hoje não existem mais as fachadas antigas, foram reformuladas. Dizia-me o seu vizinho, professor Clóvis Barbosa, ser o Humberto um poeta espontâneo, lamentando-se apenas que desequilibrado.

O VOZEIRÃO DO ALFREDÃO

O Alfredo, este, era no tempo em que ocorreu o episódio, estudante de Direito. Branco, forte, graúdo, cara larga, comunicativo, o Alfredão só tinha um defeito: falava grosso e alto. Segredo que pretendesse dizer no ouvido de alguém, era segredo posto no mato, pois qualquer pessoa ouvi-lo-ia de longe.

Alfredão frequentava as vesperais do cine Polytheama, com a namorada.

Uma tarde a assistência do cine foi de repente assustada com uma frase que não vinha da boca dos artistas, mas lá da rabada das cadeiras mais afastadas: – Maria, me dá um beijo!

Era o Alfredão. A gargalhada que sucedeu a essa intempestiva lamúria fez o operador acender a luz e parar a projeção. Todo mundo olhava para trás, curioso, e o Alfredão envergonhado levantou-se e sumiu...

MISS COZINHEIRA, A NAMORADA DO BABÁ

Ali pela década de quarenta todo mundo conheceu a uma senhora de cor sequinha, já de idade, que circulava pelo Centro com uma cesta cheia de doces que ela mesma preparava e vendia. Ninguém a conhecia pelo nome de batismo, mas somente Miss Cozinheira, porque um jornal havia realizado um concurso, a fim de apurar quem a melhor cozinheira de Manaus. Ela ganhou e foi coroada numa festa na redação do órgão patrocinador.

A pobre mulher servia de mangação para os desocupados, inclusive do pessoal da redação do jornal *A Tarde*. É que ela havia sido cozinheira da família do Sr. Almir Neves, que se viu obrigada a dispensá-la por motivos de alta decência: ela se tomara de amores pelo filho mais novo do “papa-defunto” e a mania chegou a uma tensão psicológica desagradável. As pessoas da rua, principalmente normalistas, faziam a pobre mulher parar e enchiam-na

de esperanças e de recadinhos amorosos enviados pelo “Babá”. E a preta, convencida:

– Mas ele num me procura...

A funerária do Sr. Almir Neves ficava na esquina das ruas de Enrique Martins com Lobo d’Almada, na parte térrea, e a família residia em cima, portanto o “Babá” poderia ser visto a qualquer hora do dia, pois era o gerente da firma. E, portanto, ponto de atração magnética para a desequilibrada Miss Cozinheira e de fonte de exploração divertida para os desocupados do jornal citado, uns jornalistas Jovino Lemos, Júlio de Carvalho Filho e operários interessados em comer de graça os doces da pretinha namorada, deliciosos bom-bocados, rosquinhas de goma de mandioca, doce de macaxeira, mata-fome, pão de Ló, pé de moleque, colchão de noiva, suspiro, beijo-de-moça, pastel-de santa-clara, bolo-podre, puxa-puxa, rebuçado, um sem-fim de iguarias...

UM ATOR APRESSADO...

Levava-se em *première* a minha peça *Alvorada Redentora*, encomendada pela Prefeitura de Manaus para comemorar o centenário da instalação da Província do Amazonas. Armaram um palanque muito precário na calçada dos armazéns de J. G. Araújo, na avenida de Eduardo Ribeiro, em 1951. A peça foi ensaiada pelo Sr. João Braga e havia como ator principal ao Sr. Américo Alvarez, consagrado intérprete teatral à época, e que fez com muita galhardia o papel de Tenreiro Aranha. Fora anunciada e, portanto, atraiu numerosa assistência, que aplaudiu o desempenho de todos os artistas. Um drama patriótico referente aos atos de rebeldia de um povo sacrificado pelo regime monárquico de Dom Pedro I. Algumas das figuras mais representativas daquele movimento de 1835 eram os padres frei José dos Santos Inocentes, frei Joaquim de Santa Luzia, e soldados da guarnição do forte. Um desses soldados era o meu vizinho Ilder Oliveira, que estava ainda verde na arte de representar, mas já mostrava decidido talento. Numa das

cenas mais empolgantes do drama patriótico, o referido soldado é chamado e sobe os degraus do palanque carregando uma pesada Coblenz. No cimo da escada o Ilder tropeça na montoeira de fios da rádio e da luz elétrica e se estende ao comprido no palco, largando a arma. Houve um princípio de risos na assistência, que era realmente grande. Nesse instante o artista Américo Alvarez, com uma calma e uma oportuna advertência, diz:

– Soldado, se antes de entrares em campanha já estás encontrando obstáculos, o que será de ti quando começar o flagelo da revolução?

A assistência engoliu as risadas e a peça foi salva.

OS PATOS AMUADOS

Na avenida de Joaquim Nabuco existe um prédio construído depois de 1900 pelo cidadão português Pedreira, que era farmacêutico e possuía uma farmácia na rua do Marquês de Santa Cruz. A casa ainda existe e fica localizada quase na esquina da rua de Quintino Bocaiuva, sendo que a garagem diz para esta última rua, pois estávamos ainda no tempo das seges.

No frontão entrecortado da casa o proprietário mandou arrumar dois patinhos, de costas um para o outro, pelo que o povo passou a chamar “Casa dos Patos Amuados”. Nela residiu ultimamente o médico Dr. Almir Pedreira, que ficara de herdeiro com o irmão mais velho, arquiteto Dr. Ademar Pedreira.

A história dos patos amuados se prende a dois fatos comuns na história dos casamentos de conveniência. O jovem Almir Pedreira vivia quase amancebado com uma prostituta de alto-coturno, que residia nos altos do Palacete Khan Pollack e que financiou sua formação acadêmica. Quando ele regressou médico, casou-se com ela, e o fato sacudiu os velhos padrões da sociedade amazonense e os brios do velho, que impôs como condição deserdá-lo se não abandonasse a ideia sinistra. O jovem médico resistiu, casou-se, mas nunca o casal teve filhos. O irmão, seguindo as boas inten-

ções do velho, cortou relações com o médico. O Dr. Pedreira se foi para Minas Gerais, mas antes de viajar para sempre mandou construir a platibanda da casa e orná-la com aqueles dois patos de costas. Isto porque o velho era muito ranheta e quando se referia aos filhos era para injuriá-los: – São dois patos!

GAVETA INDISCRETA

Não sei se a história contém o sal da piada ou se o fato aconteceu. Foi-me contada como havendo acontecido numa residência no Entroncamento, na década de 1910, quando pessoas muito timoratas andavam vendo fantasmas pelos quartos e corredores de certa casa que ainda lá está apesar dos pesares.

A família do Sr. Jessé (de tal) passou a ouvir à noite uns ruídos estranhos que partiam de certo móvel da casa de jantar e o fato mexeu com a sensibilidade dos residentes. Pessoas da vizinhança aconselharam fazer uma sessão espírita no local mesmo de onde partiam os misteriosos ruídos e o Sr. Jessé concordou com a ideia, dizia ele que mais por curiosidade do que por interesse em saber “que diabo disso era aquilo”.

Armada a sessão, com a presença de poderoso médium vidente, o “espírito” baixou sem fazer muito barulho e pediu para virarem a mesa de pernas para o ar. Esquisito aquele pedido, mas obedeceram. E daí a gaveta da mesa começou a entrar e sair.

DIARREIA DE CAVIAR

Chegou a Manaus um navio hidrográfico russo e atracou no porto para que o povo visse de perto e avaliar a culminância da ciência soviética. Muita gente lá foi, e eu mesmo participei do número dos curiosos, porque o navio era de fato um belo laboratório

flutuante, que impressionava. Mas muita gente que nada entendia de Hidrografia, como o pintor Moacir Andrade, compareceu somente visando encher o bandulho com as boas iguarias que os amáveis tripulantes ofereciam. Na mesa destinada aos acepipes figurava o caviar russo. Moacir Andrade, que de caviar só conhecia o nome, não teve dúvida em fazer as honras àquela oportunidade e almoçou e jantou caviar. Foi para casa satisfeito e convencido, mas depois... Uma diarreia daquelas de estalar deu cabo de todo o caviar comido...

ARROCHA!

Passava eu um dia pela vitrine da casa de modas “Au bom marché” e vi um quadro óleo sobre tela, enquadrado em magnífica moldura dourada. O quadro pretendia representar um caçador atirando numa onça malhada. Pelo visto o artista, que eu não conhecia, nunca havia visto uma onça nem empalhada. O tônus daquele flagrante estético era o ridículo: no canto esquerdo baixo do quadro, o pintor fazia o cano da carabina apontar para o sedenho da onça e logo abaixo ele se identificava com o nome “Arrocha”.

Eu fui para o *Jornal do Comércio* e escrevi curto artigo, criticando o quadro e aquele arrocha tão fora de forma. No dia seguinte me apareceu o autor, um cidadão português, que residia e tinha ateliê ao lado do restaurante Avenida. Deu-se a conhecer, agradeceu a crítica e me disse haver retirado o quadro da exposição. Era o senhor Antônio Rocha e desde ali ficou meu amigo e me presenteou com alguns quadros pequenos, que passei adiante por não me agradarem.

L. F. CONTISTA E ILUSTRADOR



Coriolando Durand

O jovem L. F. foi meu contemporâneo no Ginásio Amazonense Pedro II.

E colaborava no nosso jornal *Estudante*, porque fazia parte do quadro de dirigentes do grêmio literário Pedro II. Num de seus contos curtos, por ele mesmo ilustrado, publicado no referido órgão, aparece um homem com as nádegas apoiadas nas grades da prisão. Um confrade explicava que o fulano seguia melancólico, torturado pelo confinamento, as faces lacrimosas encostadas nos ferros da janela. O jornal circulou e como sempre foi cair nas mãos dos professores. Coriolano Durand, professor catedrático de língua francesa, contista, poeta e dramaturgo, com muito espírito glosou o excesso de realismo daquela peça literária:

– Faltou perspectiva. O homem está mais perto da grade do primeiro plano às suas costas, do que da grade do segundo plano onde deveria estar com as faces apoiadas... Mostre ao professor Ricci, ele lhe explicará o que é perspectiva, mas eu lhe digo que se o homem estivesse com a face voltada para o leitor, a composição ficaria real. Assim como está é a bunda que verte lágrimas e suspira de saudade...

UM MUIRAQUITÃ PARA MISS AMAZONAS

A bela normalista Elza Frazão Ribeiro possuía realmente todas as qualidades físico-estéticas femininas para receber o galardão de Miss Amazonas, como o fora antes dela a morena Celeste Taumaturgo, um pedaço de fêmea que assustaria os cariocas. Ambas as duas tiveram igual receptividade popular e ambas chegaram a disputar o título de Miss Brasil, chegando até o patamar da glória, enfrentando o júri no Rio de Janeiro. Não foram escolhidas, mas isso não significava carência de um cabedal de graça, de beleza, de predicados esculturais e de capacidade intelectual para competir com qualquer Zezé Leone.

Elza Frazão Ribeiro eu a conheci pessoalmente, pois ela residia com a família na rua do Dr. José Paranaguá, quase na esquina com a da Princesa Isabel, e eu nesta. Era uma moça de boa envergadura e simpática, dona de uma discreta alegria, que seduzia e aliciava admiradores. Muito diferente daquelas miss que vieram depois, cheias de empáfia e vazias de conteúdo mental, de que se contam cobras e lagartos. Elza mereceu tanto a receptividade do povo que até uma loja foi aberta pelo sírio-libanês Calil, na esquina da avenida de Joaquim Nabuco com a de Dr. José Paranaguá e inaugurada com a sua presença “Loja Miss Amazonas”. Verdade que o Calil morria de amores pela bela normalista, mas ela veio a casar-se com o bacharel Dr. João Machado, de quem houve dois rapazes brilhantes médicos.

Quando Elza Frazão regressou do conclave (naquele tempo não havia transporte aéreo), o governo do Estado e Prefeitura Municipal organizaram magnífica recepção. Uma parte desta foi a guarda de honra montada, exercida pelos alunos do Ginásio Amazonense Pedro II, armados de lanças.

Naquele tempo não havia na cidade de Manaus três pessoas que possuíssem um muiraquitã legítimo. Aquele exposto era de propriedade de cidadão que o adquirira em Santarém e desfazia-se dele por galanteria, mas sabemos, porque o vimos, possuir um exemplar o colecionador Bernardo Ramos, e que passou à pro-

priedade do meu parente Dr. Mário Ramos, filho do fundador do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Mais ou menos uma semana depois de exposta ao público, a joia desaparecia da vitrine e em seu lugar havia uma belíssima pulseira de ouro cravejada de brilhantes, doação do governo. Sem dúvida alguma essa joia era mais apropriada a uma mulher jovem e bonita, como era a miss.

Que havia acontecido?

Contou-me o Dr. Vivaldo Palma Lima, que acompanhado do coronel Bernardo Ramos, foram a palácio e aconselharam o Dr. Álvaro Maia a não insistir naquele regalo em vista de ele carregar uma aura de erotismo em nada condicente com a festa que se preparava: é que as Amazonas costumavam dar aos machos com quem coabitavam, uma vez por ano, aquele símbolo da fecundidade. E que o batráquio representava (rã) Aru, entidade que presidia o ciclo das chuvas janeirinas, de que se fazia um ritual propiciatório para obter-se boa colheita da mandioca.

PÓ DELA...

Na Manaus do meu tempo de boêmias havia a singular tendência para glosar-se mancadadas alheias. Assim apareceram motes do tipo “Melódia” (com acento no ó), “Seu quiça” (com acento no i), “Mil e trinta”, e este “Pó dela”.

“Pó dela” ficou sendo para o resto da vida o mecânico (aliás, o melhor da praça) Alfredo, o Alfredinho, meio gago, mas um terrível conquistador, que não relaxava nos bons tempos uma calça de flanela, paletó de casimira azul-marinho, sapatos pretos de verniz (fobó), chapéu de feltro branco com fita azul e bengala de braço, grossa. Um terrível Belo Brumel, obrigatório em toda parte onde circulassem fêmeas predispostas.

Alfredinho era uma boa pessoa, muito gentil e bem-educado, apesar de não ter escolaridade e ficar mesmo na autonomia financeira, como mestre operário diligente e criterioso na área da

mecânica. Era mesmo, sem favor, o melhor médico de automóveis que tivemos. Alfredinho acabou rendendo-se ao casamento e teve dois filhos que foram meus excelentes alunos no Colégio Estadual do Amazonas, um deles formado em Direito.

O mote aplicado veio de uma mancada na conversa, quando ele, referindo-se a determinada criatura, disse: o pó dela é bastante cheiroso, do tipo Royal Briar. Foi o suficiente. Alfredinho faleceu em idade provecta, com aquele apêndice ao seu nome de batismo.

CARTAS DA FLORESTA



Raimundo Moraes. Foto do livro de Moacir Andrade.

Anunciada com uma “super” a obra geográfica de Raimundo Moraes, encontra-se, sob aquela crosta provisória de erudição, visíveis lacunas científicas. Para conhecer-se a extensão nociológica de certos livros do escritor paraense, devemos rastrear sua vida de “navegador”. Se ele falava inglês é porque havia sido grumete na mocidade, em navios de vela que transportavam caranguejos, camarões e cocos, do Pará e Maranhão para Miami. Daí aquela sua esdrúxula teoria de que as correntes marinhas arrastavam sedimentos

aluviônicos do estuário para acrescentar às terras norte-americanas da Flórida. Ele falou igualmente nas “Ilhas que andam” e isto pelo menos é verdade, mas não explicou o fenômeno, que depende das correntes de superfície e do fundo do rio Amazonas.

“O Morais”, como chamava seu filho mais velho Aldo, não teve escolaridade. Nem mesmo chegou a dispor de uma grande biblioteca particular. Quando diretor da Imprensa Oficial, requisitava livros à Biblioteca Pública, segundo o diretor Dr. José Chevalier, muitos dos quais não voltaram às prateleiras. Essa opinião foi homologada pelo oficial Ronildo, que punha em dúvida a parte referente ao extravio de obras do acervo público.

Não é de admirar, porquanto eu vi e li bilhetes de um governador dirigidos à diretora mandando entregar ao seu fulano tal obra. Pretendi ficar com ao menos um daqueles documentos, mas a funcionária negou-se a dar-me.

Como pessoa humana Raimundo Morais era antipático, de cenho carregado, linguagem brusca de mando, e arbitrário. O pai de família sempre ausente foi um desastre.

Raimundo Morais não iniciou a carreira de escritor cultivando a geografia regional. Era jornalista, escrevia crônicas e atreveu-se a publicar um livro sobre Machado de Assis. Ele próprio se dizia um emulo de Mark Twain, só porque o genial criador de Tom Sawyer era comandante de navios de rodas no rio Mississipi. Para chegar lá o Morais se fez ficcionista e andou publicando obras que não tiveram repercussão na área da literatura inventiva, mas pesaram na balança do conteúdo telúrico, do tipo *O homem do Pacoval* e *Igaraúnas*. Depois deste ensaio negativo, ele tentou as estórias populares do tempo em que animais falavam, e este parece ser o livro de inventiva melhor que os demais de literatura ficcionista.

Seu principal livro amazônico de repercussão nacional foi *Na planície amazônica*, quando disse ser a bacia amazônica do formato de uma lira.

A edição principes traz na capa desenho assinado por Branco Silva, uma lira. Lira ou harpa? Ele não o sabia, por isso na segunda edição alterou a concepção harmônica da paisagem, para harpa. Por que isso? Por causa da forma do instrumento musical cordofono ou do número de cordas?

Escrevendo da região como sendo planície, o Moraes errava, pois é mesmo geograficamente peneplanície. E elaborando Cartas da floresta, errava botanicamente, visto na Amazônia não existir floresta e sim mata, o que é diferente cientificamente. Não discutimos o conteúdo desse livro, que nos parece mais provisório do que remendo escarlate em bunda de engraxate italiano. Só se salva porque não possui unidade. São opiniões pessoais sobre vários assuntos. Foi esse o livro que deu azo a esta crônica. Na oportunidade o autor era diretor da Imprensa Oficial e muito antipatizado pelos operários. Certa manhã convoca a presença do administrador, que era um pobre-diabo de sobrenome Bahia e entregando-lhe o calhamaço, não sem certa arrogância:

– De ordem de sua excelência. Escolha o melhor linotipista para trabalhar no meu livro, sem prejuízo do serviço ordinário e sem ônus para a repartição. E eu quero matéria o mais tardar até sábado à tarde. Exijo pressa e limpeza nos galeões.

O nervoso Bahia desceu e avistou-se com o Carneiro (vulgo “Lanzudo”), que era o chefe das oficinas e distribuía a matéria a ser composta. Carneiro era o paginador do jornal e de qualquer volume impresso ali. Operário antigo, conhecia tudo aquilo, e era sobretudo honesto, passava o dia inteiro de pé, não dava trela a conversas (e a conversa enchia o tempo deles, operários, com anedotas e gargalhadas soltas). O “Lanzudo” da sua banca de trabalho só fazia desaprovar: – “Hum! Hum!”

Distribuiu o calhamaço manuscrito ao linotipista Joaquim Azpilicueta, com as observações recebidas. O moço Azpilicueta, que era realmente melhor linotipista de Manaus, o mais veloz e mais limpo, respondeu ser empregado do governo e trabalhar em regime de oito horas, como operário sindicalizado, portanto só executaria a obra mediante extras.

Quando soube da decisão do linotipista, o Moraes desceu (ele andava sempre armado, costume de a bordo), rubro de cólera, e tentou uma daquelas exibições chamadas “tesão de mijo”, exigindo satisfações e ameaçando o rapaz com demissão etc.

– Pode demitir-me, seu Moraes, mas não trabalho de graça fora do expediente. Além do mais, fique avisado de que estou com

a lei e o meu contrato de trabalho prevê pagamento depois das dezoito horas. Minha demissão vai custar-lhe muita dor de cabeça...

Nessa altura os operários suspenderam suas obrigações, dispostos a tomar parte na briga, a favor do colega.

– Dou-lhe uma semana para refletir...

Eu estava na oficina, fazendo o jornal *O Estudante*, do Ginásio, um sábado à tarde, e assisti o imbróglio.

TÍTULOS PUBLICADOS

- “Kréstos, o tísico do Golgotha”. In: *Revista Vitória Régia*, ano I, n.º 7, agosto, 1932.
- “Ayuricaba (Ensaio para o Rhapsodia Selvagem)”. In: *Revista Vitória Régia*, ano II, n.º 9, outubro, 1932.
- “A vingança da Cobra-Grande”. In: *Revista Fru-Fru*, ano III, n.º 26, Rio de Janeiro, 1933.
- “Alma Cobarde (Elocubrações)”. In: *Revista Vitória Régia*, ano III, n.º 19, dezembro, 1933.
- “Zé Gomes”. In: *Revista Fon-Fon*, ano XXVII, n.º 34, agosto, 1933.
- “O segundo vedanti”. In: *Revista O Malho*, ano XXXII, n.º 1.582, abril, 1933.
- “Estava vingado”. In: *Revista O Malho*, ano XXXII, n.º 4, junho, 1933.
- “Um prego num craneo”. In: *Revista O Malho*, ano XXXIII, n.º 72, outubro, 1934.
- “Letras da Amazônia”. In: *Revista Vitória Régia*, s/d.
- “Manuel Torto” (Conto amazônico). *Revista Vitória Régia*, Manaus. 1937.
- “A musa heráldica de Raimundo Monteiro” (Ensaio). *Revista A Selva*, Manaus. 1938.
- *O Aguadeiro*. Manaus. Serviço de Estatística do Amazonas (edição mimeografada), 1944.
- “O ‘Colombo’ de Madariaga”. In: *Inúbia*, ano 1.º, dezembro, 1944.
- “Fundação de Manaus”. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. XCVII, Seção “Publicações”, 1944.
- “Fundação de Manaus”. In: *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n.º 7, ano X, Seção “Povoamento”, maio de 1944.
- *Introdução à História dos Carros-de-bois no Amazonas*. Manaus (edição mimeografada), 1945.
- “O Estado Social do Índio Brasileiro”. Conferência realizada em Porto Velho, no Dia do Índio, a convite do SPI, Manaus, 1946.

- *In memoriam de Cid Lins* (Ensaio literário). Manaus, 1946.
- *Aspectos evolutivos da Língua Nacional* (Ensaio crítico). Manaus, 1946.
- *O Aguadeiro*. 1.^a edição, ilustrado. Manaus, 1947.
- “História das Ruas de Manaus”. *Jornal do Comércio*, Manaus, 1948.
- *Fundação de Manaus*. 1.^a edição. Manaus, 1948.
- *Elementos de Geografia Geral*. 1.^a série, ciclo 1.^o Manaus, 1948.
- “História dos Carros-de-Bois no Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, edição n.^o 15.827, ano LV, 1948.
- “Crônica da Cidade Velha”. *Revista Amazônida*, vários números. Manaus, 1948.
- *O espião do Rei* (Crônica histórico-novelasca). Ilustrado. Manaus, 1950.
- *Elementos de Geografia Geral*. 2.^a série, ciclo 1.^o. Manaus, 1950.
- *Elementos de Geografia Geral*. 2.^a edição, 2.^a série, ciclo 1.^o. Manaus, 1950.
- *Elementos de Geografia Geral*. 2.^a edição, 1.^a série, ciclo 1.^o. Manaus, 1950.
- *Folclore amazônico*. 1.^a série. Manaus, 1950.
- *Quarta Orbis Pars* (A Quarta parte do mundo) – Cristóvão Colombo. Manaus: Edição do IGHA, 1951.
- “A Epopeia Lusíada na Amazônia” (Comunicação). *Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, ilustrado, Lisboa, Portugal, 1951.
- “A Capitania de São José do Rio Negro”. In: *IX Volume dos Anais do IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro, 1951.
- “Fundação de Manaus” (Resumo). In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.^o 11-12, 1951.
- *O complexo gravidez-parto e suas consequências* (Folclore amazônico). Manaus, 1952.
- *Fundação de Manaus*. 2.^a edição. Manaus, 1952.
- “Dabacuri” (Comunicação). *Revista Oltremare*, Roma, Itália, ilustrado, 1952.
- “Tesouro Enterrado”. *Boletim de la Asociacion Tucumana de Folklore*. Tucumán, República Argentina, n.^o 29/30, Ano III, vol. II, set./out., p. 55-60, 1952.

- “Fundação de Manaus” (Resumo). In: *Revista Municipal e Institucional de Cuba, Havana*, Caderno n.º 4, de 1952.
- “Rimas Infantis. Folklore Amazônico” (Comunicação). *Revista Tradicion*, Cuzco, Peru, 1953.
- “A importância da Associação Comercial na Cultura Amazônica”. In: *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*, ano XIII, n.º 144, julho, 1953.
- *A Capitania de São José do Rio Negro*. 2.ª edição. Manaus (Tese de História Nacional, aprovada com louvor no 1.º Congresso de História Nacional no Rio de Janeiro), 1953.
- “Aiuricáua” (Comunicação). *Revista Oltremare*, Roma, Itália, 1954.
- “Apuntes Históricas del Municipio de Manaus”. *Cuadernos de História Municipal e Institucional*, La Habana, Cuba, n.º 10, 1954.
- “São Vicente de Paula”. In: Palestra proferida na sede da Sociedade em julho, 1954.
- “As festas do Espírito Santo”. In: *Literatura Portuguesa*, de Herbert Palhano, Rio de Janeiro, 1954.
- *Elementos de Geografia Geral*. 3.ª edição revista. 1.ª série, ciclo 1.º. Manaus, 1955.
- “II Conte Ermanno Stradelli e gli Amazonici” (Comunicação). *Revista Oltremare*, Roma, Itália, 1955.
- *Duas Danças Amazônicas* (Arara e Desfeiteira). Ilustrado. Manaus, 1955.
- “Entre a legenda e o conceito”. *Revista da Academia Amazonense de Letras*, Manaus, n.º 4, dezembro, 1955.
- “Os Ídolos” (Santos e Heróis). Ensaio sobre a militância do Homem. *Revista da Academia Amazonense de Letras*, Manaus, s/n, fevereiro, 1955.
- *Memória sobre a cerâmica popular do Manaquiri*. Ilustrado. Rio de Janeiro: Inpa, 1957.
- *O regatão* (Notícia histórica, primeira parte). Ilustrado. Manaus, 1957.
- *Elementos de Geografia Geral*. 4.ª edição, 1.ª série, ciclo 1.º. Manaus, 1957.
- *Geografia Geral*. 2.º ciclo (1.º clássico e científico). Manaus, 1958.

- “Pour ‘voir’ le Mimbáua” (Comunicação). *Jornal Tapejara*, Ponta Grossa, Paraná, 1958.
- *A catedral Metropolitana de Manaus*. Ilustrado. Manaus, 1958.
- *Geografia Regional*. 2.ª série, Curso Colegial. Manaus, 1959.
- *Geografia Geral*. 1.ª série, Curso Ginásial. 5.ª edição refundida e atualizada. Manaus, 1959.
- “Cariamã”. Pubertatsritus der Tucano Indianer. *Sonderdruck Zeitschrift für Ethnologie*, Bd. 85, Heft 1, Braunschweig. Hamburgo, Alemanha, 1960.
- “Os falsos intérpretes da Amazônia”. *Jornal A Gazeta*, Manaus, vários números, 1960.
- “Brinquedos de manja”. In: *A Gazeta*, São Paulo, 23/7/1960.
- “Festa dos Cachorros”. In: *Revista Brasileira de Folclore*, 29-43, ano I, n.º 1, setembro/dezembro, Rio de Janeiro, 1961.
- “Festa de São Joaquim no alto Uaupés”. In: *A Gazeta*, São Paulo, edições de 13 de março e 1.º de abril de 1961.
- “Alimentos preparados à base da mandioca”. *Revista Brasileira de Folclore*, Rio de Janeiro, n.º 5, ilustrado (Prêmio Sílvio Romero de 1962), 1963.
- “Jornal de Folclore”. *Jornal A Gazeta*, Manaus, 1963.
- “Murucututu”. In: *O Jornal*, edição de 2 de junho, Manaus, 1963.
- “Marapatã”. In: *O Jornal*, edição de 9 de junho, Manaus, 1963.
- *O sacado* (Morfodinâmica fluvial). Ilustrado. Manaus: Inpa (Prêmio Estelita Tapajós, do Governo do Estado do Amazonas de 1966), 1964.
- *Roteiro do folclore amazônico*. Ilustrado. Manaus, tomo 1.º (Prêmio Estelita Tapajós, do Governo do Estado do Amazonas de 1965), 1964.
- “Entre Colunas”. *O cinzel*, ano I, n.º 2, julho, 1964.
- *Antropogeografia do guaraná*. Ilustrado. Manaus: Inpa, 1965.
- “Ceramografia amazônica”. *Revista de Antropologia do Ceará*, Fortaleza, n.º 5, ilustrado, 1965.
- *Teatro Amazonas*. Ilustrado. Manaus, 1.º volume, 1965.
- *Folclore da Maconha*. Ilustrado, Rio de Janeiro: Inpa, 1966.
- “A Muhraida”. *Jornal de Letras*, n.ºs 193-194, maio de 1966.
- *Teatro Amazonas*. Ilustrado. Manaus, 2.º volume, 1966.
- *Teatro Amazonas*. Ilustrado. Manaus, 3.º volume, 1966.

- “O Arruador” (Artigo). In: *Jornal do Comércio*, 14/20 de junho, Manaus, 1967.
- “Comandante de Praia & Tabuleiros” (Artigo). In: *Jornal do Comércio*, 4/20 de junho, Manaus, 1967.
- *The Influence of Intellectuals in the Evolution of Brazil* (Comunicação), Alabama, USA, 1968.
- “A Academia Amazonense de Letras”. In: *Revista da Academia Amazonense de Letras*, ano XLVIII, n.º 12, julho, 1968.
- *Roteiro histórico de Manaus* (História das ruas de Manaus). *Jornal A Crítica*, Manaus (caderno especial), 1969.
- “Em memória de Th: Vaz”. In: *Revista da Academia Amazonense de Letras*, ano XLVII, n.º 14, dezembro, 1969.
- “Álvaro Maia, o educador”. In: *Revista da Academia Amazonense de Letras*, ano XLVII, n.º 14, dezembro, 1969.
- “Araújo Filho e a poesia do direito”. In: *Revista da Academia Amazonense de Letras*, ano L, n.º 15, dezembro, 1970.
- *História do monumento da praça de São Sebastião*. Ilustrado. Manaus, 1972.
- *Teatro Amazonas*. Ilustrado. Manaus (Série Turismo), 1972.
- *Comidas e bebidas regionais*. Ilustrado. Manaus (Série Turismo), 1972.
- *Manaus: sua história*. Ilustrado. Manaus (Série Turismo), 1972.
- *Danças dramáticas*. Ilustrado. Manaus (Série Turismo), 1972.
- *Fundação de Manaus*. 3.ª edição, ilustrada. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.
- “Elogio Histórico da Polícia Militar do Amazonas (1837-1973)”. In: Conferência, Manaus, 1973.
- *Roteiro do Folclore Amazônico*. Ilustrado. Manaus. 2.º tomo, 1974.
- *Artesanato Popular*. Ilustrado. Manaus (Série Turismo), 1974.
- “Alusão, Epígrafe & Plágio”. In: *Revista da Academia Amazonense de Letras*, ano LV, dezembro, 1974.
- *Fatos da Literatura Amazonense*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1976.
- *História da Cultura Amazonense*. Ilustrado. Manaus, 1.º volume, 1977.

- *Fases da Literatura Amazonense*. Ilustrado. Manaus: Universidade do Amazonas, 1977.
- *O Aguadeiro*. 2.^a edição, ilustrada. Manaus (Edição comemorativa dos cinquenta anos de vida literária do autor), 1977.
- *Danças Folclóricas Singulares do Amazonas*, em parceria com Marita Socorro Monteiro, ilustrado, edição *Livrorral*, Manaus, 1979.
- *Capela do pobre-diabo*. Manaus: Conselho Permanente de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado do Amazonas (Série Memória), 1980.
- *Síntese Histórica da Polícia Militar do Amazonas*. 2.^a edição, ilustrada. Manaus, 1981.
- *Dona Ausente*. Manaus (Poema ilustrado com desenhos originais de Amilde Pedrosa), Manaus, 1981.
- *História do monumento à Província do Amazonas*. Ilustrado. Manaus, 1981.
- “Elogio sentimental dos bichos amazônicos” (Entre a biologia e o folclore), poemas. *Revista da Academia Amazonense de Letras*, n.º 19, Manaus, 1981.
- “Programa histórico-estético da Igreja de São Sebastião”. *Revista da Academia Amazonense de Letras*, n.º 29, Manaus, 1981.
- “Um livro sobre Camões”. In: *Revista da Academia Amazonense de Letras*, ano LXIII, n.º 18, julho, 1981.
- *Carros & Carroças de Bois*. Ilustrado. Manaus (edição da União Brasileira de Escritores – Seção do Amazonas), 1982.
- “Oratório e Rosário”. In: *Antologia do Folclore Brasileiro de Américo Pellegrini Filho*, 1982.
- “Elogio sentimental dos bichos amazônicos” (Entre a biologia e o folclore), poemas. Separata da *Revista da Academia Amazonense de Letras*, Manaus, 1982.
- “As sentinelas perdidas”. In: *Jornal de Cultura*, outubro, 1982.
- *Cultos de Santos & Festas Profano-Religiosas*. Ilustrado. Manaus: Edição da Suframa, 1983.
- *Álbum Cartográfico dos Municípios do Estado do Amazonas*. Manaus: Governo do Estado (Colaboração nos Estudos Geográficos), 1983.

- “Abgvar Bastos – sessenta anos de literatura”. In: *Revista da Academia Amazonense de Letra*, ano LXV, n.º 19, fevereiro, 1983.
- “Gotas de Sangue”, poemas. Separata da *Revista da Academia Amazonense de Letras*, n.º 20, Manaus, 1986.
- “Aspectos da Cultura Amazônica”. Separata da *Revista do Conselho de Cultura do Amazonas*, n.º 1, Manaus, 1986.
- *Notas sobre a Imprensa Oficial do Estado do Amazonas*. Ilustrado (Edição comemorativa dos 90 anos da criação da Imprensa Oficial, Manaus), 1986.
- *Elogio do Lixo. Artesanato Popular*. Ilustrado. Manaus, 1986.
- *A presença do Índio na Cultura Amazonense*. Ilustrado. Manaus (Edições Nheenquatiara), 1986.
- “Guerra Junqueiro e os conflitos pareados”. *Revista da Academia Amazonense de Letras*, Manaus, 1986.
- “Guerra Junqueiro e os conflitos pareados”. Ilustrado. Manaus (Edições Nheenquatiara), 1986.
- *Sadoc Pereira, poeta satírico*. Manaus (Edições Nheenquatiara), 1986.
- *A renúncia do Dr. Fileto Pires Ferreira*. Ilustrado. Manaus (Edições Nheenquatiara), 1986.
- *Dr. Adelino Cabral da Costa* (Escorço biográfico). Ilustrado. Manaus (Edições Nheenquatiara), 1986.
- *Cinopopeia ou a vida airada de Mc Gregor II*. Ilustrado. Manaus (Edições Nheenquatiara), 1986.
- “Teatro Amazonas”. *Folha do Patrimônio* n.º 1, ilustrado. Manaus (Edição resumida em comemoração aos 90 anos do Teatro Amazonas), 1986.
- “Um livro nocivo”. *Ma forrêt au bord du grand fleuve*. Manaus (Edições Nheenquatiara), 1986.
- “Plantas medicinais e suas virtudes”. *Acta Amazonica*. Manaus: Inpa, 18 (1-2), 357366, 1988.
- “História faceta de Manaus”. *Jornal do Comércio e A Crítica*, vários números, Manaus, 1988.
- *Teque-teque, palita barata e outros tipos de mascates*. Manaus: Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas (Série Memória n.º 12), 1988.

- “Da capacidade ociosa do escravo forro às formas judicativas de contorná-la”. In: Conferência proferida em Belém do Pará, no Seminário Pró-abolição, 1988.
- *A ceia dos cozinheiros*. Comédia em verso, um ato. Manaus (Edições Nheenquatiara), 1989.
- *Memória sobre o Aéreo clube do Amazonas*. Ilustrado. Manaus, 1989.
- *Negritude & Modernidade* (Eduardo Gonçalves Ribeiro). Ilustrado. Manaus, 1989.
- *História do monumento da praça de São Sebastião*. 2.^a edição, ilustrada. Manaus, 1989.
- “A expressão da verdade” (Dendrolatria). *Jornal do Comércio* (Caderno A Selva), 1991.
- “Dois romances populares”. In: *Estudos de Folclore em homenagem a Manuel Diegues Júnior*, 1991.
- “A transição do Império para a República”. In: *Revista da Academia Amazonense de Letras*, ano LXVIII, n.º 21, 1992.
- *Fundação de Manaus*. 4.^a edição, ilustrada e aumentada. São Paulo: Editora Metro Cúbico, 1995.
- *Mocidade viril – 1930 – O motim ginasiano*. Ilustrado. Manaus, 1995.
- *Cobra-Grande* (Lenda-Mito). Ilustrado. São Paulo: Editora Hamburg, 1996.
- *Teatro Amazonas*. Ilustrado. Manaus: Sebrae, 4.º volume, 1997.
- *Dalila*, mimo. Folclore regional. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- *O Tigreiro*. Ilustrado. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- *Gotas de Sangue*. Segunda tiragem da Academia Amazonense de Letras. Manaus, 1997.
- *Fatos da Literatura Amazonense*. 2.^a edição, ilustrada. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1998.
- *História da Cultura Amazonense*. Ilustrado. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. 2.º volume, 1998.
- *Roteiro Histórico de Manaus*. Ilustrado. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. 1.º e 2.º volumes, 1998.

- *O Atravessador*. Ilustrado. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- *História da Igreja de São Sebastião*. Ilustrado. Manaus, 1999.
- *Elementos folclóricos na poética de Antônio Nobre*. Manaus, 1999.
- *História do Monumento à Província*. 2.^a edição, ilustrada. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- *A capela do pobre-diabo*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, Série Memória 1, 1999.
- *Teque-teque, palita barata e outros tipos de mascates*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. Série Memória 10, 1999.
- *A Capitania de São José do Rio Negro*. 3.^a edição, ilustrada. Manaus: Valer Editora, 2000.
- *Veículos (individuais) utilizados em Manaus nos séculos XVI a XIX*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. Série Memória 32, 2000.
- *Teatro Amazonas (I)*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. Série Memória 36, 2000.
- *Teatro Amazonas (II)*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. Série Memória 37, 2000.
- *Teatro Amazonas (III)*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. Série Memória 38, 2000.
- *Teatro Amazonas (IV)*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. Série Memória 39, 2000.
- *Iurupari e seus princípios*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001.
- “A César o que é de César”. In: *332 anos de Manaus – História e Verdade*. Manaus: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 2001.
- *Dois romances populares*. Coleção Documentos da Amazônia n.º 19. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *O Estado Social do Índio Brasileiro*. Coleção Documentos da Amazônia n.º 20. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *Guerra Junqueiro e os conflitos pareados*. Ilustrado. Coleção Documentos da Amazônia n.º 21. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.

- *Sadoc Pereira, poeta satírico*. Ilustrado. Coleção Documentos da Amazônia n.º 26. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *Presença do Índio na Cultura Amazonense*. Ilustrado. Coleção Documentos da Amazônia n.º 30. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *Elogio Histórico da Polícia Militar*. Coleção Documentos da Amazônia n.º 34. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *Folclore Afro-Negro no Amazonas*. Ilustrado. Coleção Documentos da Amazônia n.º 35. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *Teatro Amazonas*. Ilustrado. Coleção Documentos da Amazônia n.º 36. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *Manaus, sua história*. Ilustrado. Coleção Documentos da Amazônia n.º 37. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- “Um Livro Nocivo”. *Ma Forêt Au Bord Du Grand Fleuve*. Coleção Documentos da Amazônia n.º 38. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *A renúncia do Dr. Fileto Pires Ferreira*. Ilustrado. Coleção Documentos da Amazônia n.º 39. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *Notas sobre a Imprensa Oficial do Estado do Amazonas*. Ilustrado. Coleção Documentos da Amazônia n.º 40. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *In Memoriam de Cid Lins*. Coleção Documentos da Amazônia n.º 44. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *Alimentos preparados à base de mandioca*. Ilustrado. Coleção Documentos da Amazônia n.º 45. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *Folclore Amazônico*. Coleção Documentos da Amazônia n.º 46. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *Comidas e bebidas regionais*. Ilustrado. Coleção Documentos da Amazônia n.º 47. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.

- *Folclore: Danças Dramáticas*. Ilustrado. Coleção Documentos da Amazônia n.º 48. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *Artesanato Popular*. Ilustrado. Coleção Documentos da Amazônia n.º 49. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *Etnografia Amazônica*. Ilustrado. Coleção Documentos da Amazônia n.º 51. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *Complexo gravidez-parto e suas consequências*. Coleção Documentos da Amazônia n.º 56. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 2001.
- *O recheio das casas nos séculos XVII e XIX*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. Série Memória 88, novembro, 2002.
- *Sobre os ornamentos das praças*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. Série Memória 93, novembro, 2002.
- *Os piratas do rio Madeira (Caiari)*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. Série Memória 94, novembro, 2002.
- *De como se realizavam os dançarás nos séculos XVIII a XX*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. Série Memória 95, novembro, 2002.
- *Os divertimentos públicos de antanho*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. Série Memória 112, novembro, 2002.
- *Assepsia corporal das damas do passado*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. Série Memória 118, novembro, 2002.
- *O Espião do Rei*. 2.^a edição, revista e ampliada. Série Mário Ypiranga. Manaus: Valer Editora, 2002.
- *A Capitania de São José do Rio Negro*. 4.^a edição, ilustrada. Série Mário Ypiranga. Manaus: Valer Editora, 2002.
- *Teatro Amazonas*. 2.^a edição. Série Mário Ypiranga. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2003.
- *Boi-bumbá. História, análise fundamental e juízo crítico*. Roteiro do Folclore Amazônico. Manaus: Edição do autor, 2004.

- *Rondas Infantis*. Roteiro do Folclore Amazônico. Tomo V. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2006.
 - *Crendices & Superstições*. Roteiro do Folclore Amazônico. Tomo III. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2006.
 - *Lenga-lengas e Matracas*. Roteiro do Folclore Amazônico. Tomo VII. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2006.
 - *Brigues e Nau Catarineta*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2006.
 - *Arquitetura*. Tratado sobre a evolução do prédio amazonense. Manaus: Edição da família do autor, 2006.
 - *Pastoral e Pastorinhas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, Editora Valer, Academia Amazonense de Letras e a família do autor, 2009.
 - *Folguedos Populares*. Roteiro do Folclore Amazônico. Tomo IV. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2010.
 - *Papagaio de papel*. Ilustrado. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, Edua, 2010.
 - *O Pescador*. Histórias, instrumentos, técnicas e folclore. Ilustrado. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, Edua, 2010.
 - *Escravidão Indígena*. O trabalho escravo e legal na Amazônia. Ilustrado. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, Edua, 2010.
 - *História do monumento da praça de São Sebastião*. Ilustrado. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, Coleção Documentos da Amazônia, Documento n.º 147. 2012.
 - *A Catedral Metropolitana de Manaus* (sua longa história). 2.ª edição ilustrado. Manaus: Edições Muraquitã – Concultura, 2012.
- TEATRO:** *Alvorada Redentora*. Episódio da revolução de 1835, pela autonomia do Amazonas. Representado ao ar livre na avenida de Eduardo Ribeiro, em 1951, pelo grupo dramático de Américo Alvarez.
- NOVELA:** *A noite do passado*. Novela posta no ar em 1950 pela Rádio Baré com seu *cast* chefiado por Josafá Pires.
- ROMANCE POLICIAL:** “O mistério do solar Maglione”. Publicado em capítulos no *jornal A Gazeta Manaus*.

DISCO: *Incelências*. Disco animado pela cantora Ely Camargo. Cantigas do povo. Água da Fonte. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

– *Incelências*. Disco animado por Vozes Bugras, 2012, São Paulo.

POESIAS MUSICADAS: Tem várias de suas poesias musicadas pelo Núcleo de Teatro Jiquitaia, coordenado por Mauri Marques.



Este livro foi impresso em Manaus pela **Gráfica Moderna** – o miolo e capa – foram feitos pela Cultura Edições Governo do Estado



Mais uma observação: a experiência individual do autor, sua mania de coletar e arquivar fatos e fotos perecíveis é responsável por muitas das peças que não tiveram outra oportunidade e outro veículo que as paredes encaladas de reservados de bares e de botequins, panos de muros, rodapés de paredes de prédios, mármore de cafés, e também a transmissão oral. E está explicada a natureza destas historietas, que refletem o cotidiano de uma sociedade em mudança constante.





AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura

